



ESCOLA NAVAL

talant de bi-faire



Ricardo André Fernandes Gaspar Alberto

*Marinha na guerra de contra-subversão em
África: 1961-1974*

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências
Militares Navais, na especialidade de Marinha**



**Alfeite
2017**



ESCOLA NAVAL

la sante bi-faire



Ricardo André Fernandes Gaspar Alberto

***Marinha na guerra de contra-subversão em
África: 1961-1974***

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares
Navais, na especialidade de Marinha

Orientação de: CMG M RES Costa Canas

O Aluno Mestrando,

O Orientador,

ASPOF M Gaspar Alberto

CMG M RES Costa Canas

**Alfeite
2017**



“O inimigo avança, [nós] retiramos. O inimigo acampa, [nós] provocamos. O inimigo cansa-se, [nós] atacamos. O inimigo retira-se, [nós] perseguimos.”

(Mao Tsé-Tung)





Dedicatória

Dedico esta dissertação de mestrado à minha família e a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha educação, formação académica e carácter. Agradeço-vos imenso, ainda que só agora, todo o vosso incondicional apoio que a imprudência da juventude outrora não quis ouvir.





Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, Capitão-de-mar-e-guerra Costa Canas, por todo o conhecimento, apoio, conselhos, orientação, supervisão e disponibilidade demonstrados desde início. Foram, sem dúvida, fatores chave para o sucesso desta dissertação de mestrado.

À Biblioteca da Escola Naval e funcionários, à Biblioteca Central de Marinha, ao consequente Arquivo Histórico de Marinha, aos seus funcionários e, em especial, à Dra. Isabel Beato pela simpatia, entusiasmo, disponibilidade, profissionalismo e apoio na recolha da documentação e bibliografia que, de certo modo, foi a base de toda a presente dissertação. Espero um dia regressar a todos estes sítios, quem sabe para uma nova investigação de natureza académica.

Ao meu Pai. Se alguma vez esteve destinado que me debruçasse sobre o presente tema, a “culpa” é tua.

Por fim, agradeço a todos os professores, formadores, treinadores, militares e civis que me fazem ser a pessoa, em termos de conhecimentos e valores, que hoje sou.





Resumo

A Guerra Colonial Portuguesa, decorrida de 1961 a 1974, foi um conflito que opôs as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas dos movimentos de libertação das antigas colónias, à época Províncias Ultramarinas, de Angola, Guiné e Moçambique.

Ainda que só comece em 1961, o conflito nasce de todo um contexto histórico que se começa a compor no séc. XIX e que culmina com o cenário político internacional, imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, marcado pelas guerras de libertação, descolonização e independência das regiões afro-asiáticas de administração europeia. Em simultâneo, formam-se os dois principais blocos mundiais - liderados pelos EUA e URSS – que polarizam, politicamente, os movimentos de libertação.

A Guerra Colonial Portuguesa foi, fundamentalmente, uma guerra subversiva de inspirações políticas, baseada nos conceitos de guerra revolucionária, libertação, terrorismo e guerrilha. Posto isto, exigiu-se das Forças Armadas Portuguesas, e consequentemente da Marinha, uma preparação e empenhamento para um tipo de guerra a que as forças portuguesas não estavam habituadas.

A Marinha, dada a sua natureza operacional, foi vastamente empregue em todos os teatros de operações. Patrulhando as redes fluviais da Guiné, de Angola e Moçambique, exercendo presença naval oceânica nos principais portos das províncias, executando operações anfíbias com os fuzileiros ou tomando ação na propaganda e contra-subversão, a sua preponderância foi evidente.

Palavras-chave: África; Guerra Colonial Portuguesa; Guerrilha; Marinha; Subversão.



Marinha na guerra de contra-subversão em África: 1961-1974



Abstract

The Portuguese Colonial War, occurred from 1961 to 1974, was a conflict that opposed the Portuguese Armed Forces against the organized forces of the liberation movements from its former colonies, Overseas Provinces during that time, of Angola, Guinea and Mozambique.

Despite the fact it only begins in 1961, the conflict arises from a whole historical context that started to be composed during the 19th century that culminates with the international political scene, after the Second World War, marked by wars of liberation, decolonization and independence of the afro-asian regions of European administration. At the same time, the two main world blocs - led by the United States and the USSR - were politically polarizing liberation movements.

The Portuguese Colonial War was, fundamentally, a subversive war of political inspiration, based on the concepts of liberation, revolutionary war, terrorism and guerrilla warfare. Therefore, the Portuguese Armed Forces, and consequently the Navy, were required to adapt and engage its forces in this type of warfare which they were not used to.

The Navy, due to its operational nature, was vastly employed in all theaters of operations. Patrolling the river networks of Guinea, Angola and Mozambique, carrying out an oceanic naval presence in the main ports of the provinces, executing amphibious operations with the Marines or taking action in propaganda and direct counter-subversion, its preponderance was undoubtedly evident.

Keywords: Africa; Guerrilla; Navy; Portuguese Colonial War; Subversion.



Marinha na guerra de contra-subversão em África: 1961-1974



Índice Geral

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xvii
Introdução.....	1
1. Subversão e Contra-Subversão: noções e conceitos fundamentais.....	3
1.1 A Guerra Subversiva	3
1.1.1 As grandes dimensões da Guerra: externa e interna.....	3
1.1.2 Definições de subversão, guerra subversiva e as suas fases.....	4
1.1.3 População, propaganda e apoio externo	6
1.2 A Guerra Revolucionária como elemento derivado da Guerra Subversiva.....	8
1.2.1 A Revolução Industrial e o Proletariado de Karl Marx	8
1.2.2 Os pilares da guerra revolucionaria – de Lenine a Mao Tsé-Tung	9
1.3 Guerrilha, um método ao serviço da guerra subversiva	11
1.4 A Guerra de Contra-Subversão.....	16
1.4.1 O contraste entre subversão e contra-subversão.....	16
1.4.2 As ações da contra-subversão	17
2. A oposição à presença portuguesa e a contextualização diplomática da Guerra Colonial Portuguesa (1880-1961).....	20
2.1 A oposição à presença portuguesa.....	20
2.1.1 A exploração do interior africano e a Conferência de Berlim.....	20
2.1.2 As sublevações, as campanhas de pacificação e a Guerra de África de 1894-95	25
2.1.3 O caso do Timor-Português.....	28
2.2 O pós - 2ª Guerra Mundial, as inversões diplomáticas do Estado Novo e a instabilidade no Ultramar (1945 – 1960)	32
2.2.1 O final da 2ª Guerra Mundial e a entrada na NATO	32
2.2.2 Novo paradigma colonial: Revisão Constitucional de 1951, a Lei Orgânica do Ultramar de 1953	33
2.2.3 O apoio americano e a reestruturação da defesa	34
2.2.4 Instabilidade no Ultramar, os movimentos independentistas e a precaução portuguesa.....	35



2.2.5 A queda do apoio americano, o artigo 73º e a XV Assembleia Geral da ONU	37
2.3 O prólogo da guerra colonial portuguesa (1960-61)	39
2.3.1 A independência do Congo-Leopoldville e a reviravolta na ONU	39
2.3.2 Preâmbulo da guerra – da eleição de Kennedy ao 4 de fevereiro.....	41
2.3.3 15 de março, o dia do massacre da UPA	44
3. A Marinha na guerra de contra-subversão em África: 1961-1974.....	48
3.1 O papel da marinha na guerra subversiva	48
3.1.1 A importância da componente naval na guerra de contra-subversão	48
3.1.2 A política naval portuguesa pré-conflito	52
3.1.3 A criação da força de infantaria da Marinha para as operações anfíbias – os Fuzileiros	56
3.2 A Marinha nos teatros de operações da Guerra Colonial (1961-1974).....	57
3.2.1 A Marinha em Angola	57
3.2.2 A Marinha em Moçambique.....	65
3.2.3 A Marinha na Guiné	70
Conclusão	77
Fontes e bibliografia.....	79
Anexos	85
Anexo A - Tabelas	85
Anexo B – Mapas e Esquemas	89
Anexo C – Fotografias	107







Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

- CDMG** – *Comando de Defesa Marítima da Guiné*
CEMA – *Chefe do Estado-Maior da Armada*
CEMGFA – *Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas*
CF – *Companhia de Fuzileiros*
CNA – *Comando Naval de Angola*
CNM – *Comando Naval de Moçambique*
COREMO – *Comité Revolucionário de Moçambique*
DFE – *Destacamento de Fuzileiros Especiais*
DRIL – *Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação*
ELFG – *Esquadilha de Lanchas de Fiscalização da Guiné*
ELLN – *Esquadilha de Lanchas do Lago Niassa*
ELNA – *Exército de Libertação Nacional de Angola*
EPLA – *Exército Popular de Libertação de Angola*
EUA – *Estados Unidos da América*
FAP – *Força Aérea Portuguesa*
FLNG – *Front de Libération Nationale Guinéen*
FNLA – *Frente Nacional de Libertação de Angola*
FRELIMO – *Frente de Libertação de Moçambique*
LDM – *Lancha de Desembarque Média*
LDP – *Lancha de Desembarque Pequena*
LDG – *Lancha de Desembarque Grande*
LFG – *Lancha de Fiscalização Grande*
LFP – *Lancha de Fiscalização Pequena*
LP – *Lancha Patrulha*
MPLA – *Movimento Popular de Libertação de Angola*
MIG – *Mikoyan-Guerevich*
NATO – *North Atlantic Treaty Organization*
NRP – *Navio da República Portuguesa*
NU – *Nações Unidas*
ONU – *Organização das Nações Unidas*



PAIGC – *Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde*

PIDE – *Política Internacional e de Defesa do Estado*

PSP – *Polícia de Segurança Pública*

RFA – *República Federal Alemã*

UNITA – *União Nacional para a Independência Total de Angola*

UPA – *União das Populações de Angola*

UPNA – *União das Populações do Norte de Angola*

URSS – *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*





Marinha na guerra de contra-subversão em África: 1961-1974



Introdução

Esta dissertação de mestrado, mais do que subordinada ao seu tema, é também subordinada a três sub-temas – a guerra subversiva, a Marinha e a Guerra Colonial Portuguesa – intimamente relacionados, e que compõem o tema principal.

A Guerra Colonial, à semelhança das restantes guerras de libertação do pós – Segunda Guerra Mundial, caracterizou-se por ser uma guerra de características subversivas, guerrilheiras e de elevada exigência para as Forças Armadas Portuguesas, pela novidade e diferença de metodologia de empenhamento operacional associada ao tipo de guerra que foi. Pelas características geográficas e hidrográficas dos seus teatros de operações teve, obviamente, um grande empenhamento por parte da Marinha.

Posto isto, e salientando que a ordem de enumeração dos três sub-temas do primeiro parágrafo não foi escolhida ao acaso, enquadrou-se a organização e sequência na abordagem dos tópicos desenvolvidos pela presente dissertação, indiretamente, em três questões genéricas e principais:

- 1) Como se definem, e em que contexto surgem as concepções de subversão e contra-subversão?
- 2) Qual foi a contextualização histórica, política, nacional e internacional que desencadeou a Guerra Colonial?
- 3) Qual é o contributo da Marinha na guerra de contra-subversão, durante a Guerra Colonial?

Estas três questões correspondem, estruturalmente, à divisão da dissertação em três capítulos principais que, de alguma forma, tentam dar resposta às mesmas. Ao seguimento dos capítulos estão também associados anexos que, consultados à parte, permitem uma maior compreensão do que se descreve através de apoios estatísticos e gráficos.

No primeiro capítulo, procurou-se definir os conceitos de subversão e contra-subversão, com os quais se relacionam outras concepções como as de guerra interna, guerra revolucionária, guerrilha etc., e que, naturalmente, se encontram enquadrados com certos e determinados fatores históricos.

Já no segundo capítulo, é feita uma contextualização histórica que relaciona os acontecimentos históricos, desde a exploração do interior africano e Conferência de Berlim, a oposição à presença portuguesa nas colónias passando pelas sublevações mais



marcantes, pelos anos de mudança política e diplomática do pós – Segunda Guerra Mundial, culminando com os acontecimentos imediatamente anteriores ao arranque da Guerra Colonial, em Angola.

Na terceira e última grande divisão da dissertação, na qual se aborda especificamente a Marinha, em primeiro lugar, e diretamente relacionado com o prólogo da Guerra Colonial Portuguesa, são descritos e contextualizados os contributos estratégico e operacional da Marinha na guerra subversiva. Consequentemente, e por fim, são abordados os três teatros de operações – Angola, Moçambique e Guiné – sobre os quais se descrevem as características geográficas, a natureza do inimigo, empenhamento operacional e contributo da Marinha durante o período da guerra.

A conceção desta dissertação apoiou-se, fundamentalmente, na consulta de documentação do Arquivo Histórico da Marinha que, simultaneamente com uma vasta consulta bibliográfica da época ou mais atual, permitiu contextualizar e definir a preponderância da Marinha na Guerra Colonial, nomeadamente ao nível da contra-subversão.



1. Subversão e Contra-Subversão: noções e conceitos fundamentais

1.1 A Guerra Subversiva

1.1.1 As grandes dimensões da Guerra: externa e interna

A guerra subversiva não é propriamente um tipo de conflito, mas sim uma das várias dimensões que um conflito pode tomar. No entanto, restringe-se apenas aos conflitos internos dum determinado Estado pois caracteriza-se por ser um movimento de desordem contra a autoridade instituída e legítima. Torna-se assim relevante definir os diferentes tipos de guerra por forma a enquadrar, na mesma, o conceito de subversão.

A guerra é, como Carl von Clausewitz define, um instrumento às ordens da política¹, podendo distinguir-se, genericamente, em dois tipos: guerra externa e interna².

A guerra externa caracteriza-se por ser o tipo de guerra convencional que opõe as forças de dois, ou mais, Estados distintos e que Samuel P. Huntington designa de guerra formal, à qual confere ainda três sub-tipos: total, em que pelo menos um dos Estados emprega todos os meios disponíveis visando a destruição do inimigo; geral, em que, embora não sejam empregues todos os meios disponíveis, as intenções de destruição são equivalentes; e limitada, na qual os Estados oponentes possuem capacidades díspares e o mais forte possui intenções restritas, pelo que os seus meios são apenas parcialmente empregues e, normalmente, numa área geográfica mais limitada.³

A guerra interna é, contrariamente à anterior e, como o nome indica, interna de um determinado Estado. Possui como principal objetivo desintegrar a autoridade vigente, estabelecendo um novo regime, podendo assumir as formas de: revolta militar, em que as próprias forças armadas levam a cabo o conflito; golpe de Estado, em que, por via não constitucional, um determinado grupo político toma o Poder; e da própria guerra subversiva.

A guerra civil também pode ser considerada como uma forma de guerra interna dado que se enquadra na sua definição, no entanto, esta poderá assumir ou combinar qualquer uma das situações anteriormente descritas envolvendo as Forças Armadas,

¹ Karl von Clausewitz, *On war*, Nova Iorque, Princeton University Press, 1976, p. 82.

² Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, *Guerra Revolucionária e princípios de contra-insurreição*, p. GI 01.

³ Samuel P. Huntington, *Antologia da Guerra Subversiva*, ed.1966, 1966, pp. 1-2.



grupos de contexto civil e independente ou ambos. Mas neste caso, considerando um motivo político como originário do conflito interno e, enquadrando tal facto com a ascensão comunista do princípio do séc. XX, chegam adjacentes os conceitos de guerra revolucionária e guerra subversiva, mais complexos e relacionando praticamente todas as dimensões da guerra interna, que revelam, nitidamente, as características e motivações políticas com que Clausewitz define a guerra “convencional”.⁴

1.1.2 Definições de subversão, guerra subversiva e as suas fases

Palavras e expressões como desobediência, sublevação, insubordinação em relação às autoridades constituídas⁵, perturbação, revolta e, até, destruição⁶ estão, todas, relacionadas com subversão ou ato de subverter⁷. Pode ainda dizer-se que significa arruinar, revolucionar ou pôr em estado de desordem, não se pode no entanto, afirmar que quaisquer uma destas expressões sejam inteiramente sinónimas daquilo que se pretende definir – a subversão.

“Pôr em estado de desordem” subentende a existência duma ordem prévia, uma autoridade constituída, que é perturbada e que é tentativamente corrompida⁸, ou seja, que é subvertida. Todavia, a subversão, diga-se guerra subversiva, contrariamente ao que possa parecer, não é, em si mesma, um tipo de conflito mas sim uma metodologia que integra uma fase ou parte do mesmo, não devendo ser confundida com insurgência ou insurreição. Estas são, concretamente, componentes da revolta, a luta em si que é provocada por atividades subversivas levadas a cabo para denegrir uma determinada autoridade, sublevando a população.

O efeito psicológico é, sem dúvida, um dos fatores mais importantes para o sucesso de quem toma ações subversivas. Sabotagens a serviços públicos essenciais como a saúde, alimentação, comunicação e energia, são métodos eficientes para prejudicar o bem-estar populacional que, em conjunto com propaganda, desacreditam a

⁴ Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, p. GI 02.

⁵ Porto Editora, “Definição ou significado de subversão no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico”, Infopédia – Dicionários Porto Editora, 2003, <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/subversão>>, acedido em 16 de dezembro de 2016.

⁶ J. Almeida Costa, A. Sampaio Melo, *Dicionário da Língua Portuguesa*, “subversão”, 6ª Edição, Porto, Porto Editora, 1989, p. 1563.

⁷ *Ibid.*

⁸ António de Sousa Lara, *Ciências Políticas, O estudo da ordem e da subversão*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004, p. 295.



autoridade e capacidade do Governo aos olhos dos cidadãos, aumentando a sua recetividade para com os ideais defendidos pelo movimento subversivo.⁹

No entanto, deve ter-se em conta que a guerra subversiva não é um fenómeno singular, equilibrado e que carece de evolução no intervalo de tempo em que é aplicada. É na verdade possível dividi-la em cinco etapas distintas. Estas cinco etapas, do “ponto de vista português”, podem ainda ser combinadas em apenas duas fases principais – a pré-insurreccional e a insurreccional – que se distinguem precisamente por a segunda ser já uma fase de revolta declarada, com alguma capacidade e de atividade violenta.¹⁰

A primeira etapa, ainda passada na clandestinidade, denomina-se de “Preparatória”. Nesta etapa, a guerra subversiva procura planear as suas atividades para que estas se desencadeiem, futuramente, de forma eficaz. Recrutam-se elementos da população, são estabelecidos as ideias e os pontos-chave que deverão ser emitidos na propaganda e que visam a conquista do apoio populacional e são estudados os pontos fracos da autoridade que se pretende subverter. Neste momento, o Estado encontra-se ainda alheio a todo o movimento que se está a formar.¹¹

Na segunda etapa, a de “Agitação”, o movimento subversivo é ainda clandestino mas as suas atividades são, pela primeira vez, evidentes para a comunidade e para o Estado. Dão-se as primeiras perturbações visíveis através de greves, manifestações, entre outros desacatos que se podem até considerar, por vezes, de natureza terrorista. Nesta instância, a guerra subversiva tem como objetivo criar um “problema” que é visível para a população, que detém exposição internacional e que exige solução. Desta forma, o movimento subversivo obterá apoios internos e externos e aumentará a sua capacidade para a etapa seguinte.¹²

Surge a terceira etapa, “Terrorismo e Guerrilha”. Desencadeiam-se uma série de agitações violentas e irregulares que procuram sabotar a autoridade que estava instaurada. O movimento subversivo, nesta etapa, procura conquistar a maioria do apoio populacional em determinadas regiões passando a controlá-las pela influência que detém. O objetivo é, através de violência, ganhar vantagem em relação ao Estado.¹³

⁹ Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, p. GI 03.

¹⁰ John P. Cann, *Conta-Insurreição em África, 1961-1974, O modo português de fazer a Guerra*, 1ª edição, Estoril, Edições Antena, 1998, p. 79.

¹¹ Joaquim Pinheiro, *Subversão e Contra-Subversão*, “Natureza e fundamentos da guerra subversiva”, Edição nº 62, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1963, pp. 25-27.

¹² *Ibid.*, pp. 25-27.

¹³ *Ibid.*, pp. 25-27.



Na quarta etapa, a de “Estado Subversivo”, as regiões conquistadas tornam-se bases que constituem, de alguma forma, território de influência subversiva. O movimento que desencadeou a guerra subversiva adquiriu, neste momento, dimensão e capacidade tais para que se assuma como um movimento de libertação em que, por vezes, chega mesmo a estabelecer um Governo rebelde para as regiões que controla e “administra”.¹⁴

Chega-se à quinta e última etapa, a de “Insurreição Geral”. A capacidade das forças que desencadearam o movimento subversivo possuem agora legitimidade, conferida pela sua dimensão, influência e capacidade, para desencadear uma guerra, agora, em moldes convencionais. A conclusão da última etapa dar-se-á com a conquista total do território e derrota da autoridade anteriormente estabelecida – a autoridade do Estado.¹⁵

Em suma, a guerra subversiva, é um processo de rutura, evolutivo e de carácter provisório¹⁶ para com a ordem estabelecida que poderá conduzir, simultaneamente, à insurgência, revolta, guerra civil, guerra revolucionária, terrorismo, guerrilha, entre outras situações de desordem próprias da guerra interna – conceção genérica dum conflito revolucionário em que a subversão pode ser parte integrante.

1.1.3 População, propaganda e apoio externo

Dado que a subversão tem como objetivos claros difamar e desintegrar a autoridade vigente, a população é um alvo essencial para o sucesso insurrecional. Também o apoio externo é um agente fundamental que permitirá um aumento de capacidades ao movimento subversivo. A combinação dos dois fatores pode fazer, então, a diferença e representar uma clara vantagem para o insurgente relativamente à autoridade vigente. Deste modo, para ser bem sucedido nos dois fatores torna-se necessário, para o movimento, construir uma causa robusta e credível que justifique as suas atividades e que, mais importante, as torne populares.

As causas da subversão são diversas. Desde sociais, políticas, ideológicas, económicas ou até mesmo uma combinação destas.¹⁷ Deverão sempre ser causas

¹⁴ Joaquim Pinheiro, *Subversão e Contra-Subversão*, p. 25-27..

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ António de Sousa Lara, *Ciências Políticas, O estudo da ordem e da subversão*, p. 296.

¹⁷ Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, pp. GI 04-05.



capazes de reunir a aprovação das massas, procurando ter a opinião pública maioritariamente do seu lado. Atente-se que na guerra subversiva, a facção revolucionária nunca se irá envolver num conflito convencional, pelo menos nas primeiras três etapas, contra a autoridade, devido à sua inferior capacidade bélica pelo que procurará meios indiretos, que lhe tragam vantagem, para atingir os seus fins políticos. Estes fins ou intenções políticas antagónicas às atuais que procuram, no futuro, estabelecer-se permanentemente, dependerão sempre da concordância dos cidadãos para serem bem sucedidas.¹⁸ Posto isto, é claro e justificável que a população seja um fator importante para qualquer movimento subversivo e revolucionário. Como forma de obter o apoio público generalizado, a aprovação das massas, surge a propaganda.

A propaganda, fomentadora de distúrbio político e revolta, possibilita a chegada fácil, barata e esclarecedora de toda a informação que o movimento subversivo pretenda para conquistar o apoio populacional.

Primeiramente, é concebida uma ideia, frase, slogan, etc. que permita esclarecer, no país, a finalidade do movimento subversivo, baseada em causas como as anteriormente descritas (sociais, económicas, etc.) que evolui para uma propaganda intensa, alvejando as populações e opiniões públicas nacionais e globais. Após a fase de propaganda, começam os movimentos de sublevação que esclarecerão a opinião pública mundial.¹⁹

A propaganda é algo que está presente, não só na época precedente à fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mas em quase todas as revoltas comunistas, às quais é regularmente associada. Porém, a propaganda política, é algo relacionado com praticamente todos os movimentos revoltosos, desde a independência dos Estados Unidos da América (EUA), aos movimentos revolucionários nas colónias africanas ou até mesmo à implantação da República Portuguesa e oposição clandestina ao Estado Novo.

Para o insurgente, a propaganda pode ser utilizada sem limitações. Não lhe é necessário justificar seja o que for, podendo mentir de forma a fortalecer a sua posição porque não é julgado pelo que faz, mas pelo que afirma e promete. Já para a autoridade,

¹⁸ David Galula, *Counter-Insurgency Warfare, Theory and Practice*, Nova Iorque, Frederick A. Praeger, Inc., 1964, p. 6.

¹⁹ Alpoim Calvão, “Guerra Revolucionária e Guerra Subversiva”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1967, p. 719.



a propaganda poderá ter um efeito contrário e negativo dado que existe um passado e responsabilidade adjacentes à sua posição política, em que mentir poderá ter um efeito positivo de imediato mas desacreditar, definitivamente, as suas ações a longo prazo.²⁰

Por fim, o apoio externo é também outro aspeto a ter em conta. O cenário internacional que interceta temporalmente a guerra nas colónias africanas portuguesas – a Guerra Fria – é, sem dúvida, bastante influente no conflito. Durante tal período, maior parte dos movimentos insurgentes são apoiados pelos EUA e pela URSS, e na nossa Guerra Colonial tal não foi exceção. Para além dos fundamentos ideológicos muitas vezes impostos pelas potências apoiantes em prol dos seus interesses estratégicos, o apoio logístico como o fornecimento de material bélico, apoio político à subversão, educação dos líderes rebeldes, etc.,²¹ são ações realmente preponderantes para aumentar as capacidades dos grupos insurgentes, dificultando o cenário às forças armadas da autoridade legítima.

1.2 A Guerra Revolucionária como elemento derivado da Guerra Subversiva

1.2.1 A Revolução Industrial e o Proletariado de Karl Marx

A guerra revolucionária, conceito que se desenvolveu ao longo da história contemporânea, é resultante de diversos fatores sociais, políticos, filosóficos e do encadeamento de diversos acontecimentos históricos e contextos sociais que a tornam bastante complexa. É, também, uma perceção constante em praticamente todos os conflitos subversivos e insurrecionais do séc. XX, nomeadamente nos que envolveram colónias, devido à conjetura global de oposição entre os dois principais blocos políticos do mundo, encabeçados pelos EUA e pela URSS. No entanto, a génese da guerra revolucionária remonta, ainda, ao séc. XIX.

Durante o séc. XIX, tendo-se expandido a Revolução Industrial por praticamente toda a Europa continental, torna-se evidente a transformação social provocada por uma nova organização laboral, maioritariamente industrial e localizada nos principais centros urbanos de cada país. A burguesia, classe social que havia ascendido ao longo dos séculos, torna-se preponderantemente influente na sociedade, detentora da maior parte

²⁰ David Galula, *Counter-Insurgency Warfare, Theory and Practice*, p. 11.

²¹ Alpoim Calvão, “Guerra Revolucionária e Guerra Subversiva”, p. 720.



da indústria e responsável pelo crescimento do capitalismo. A manufatura e o artesanato perdem força, surgem as grandes empresas industriais e, com elas, surgem os primeiros sindicatos e doutrinas de defesa do operário, a “nova profissão” do povo e estrato inferior da hierarquia social. Existe, de facto, uma mudança marcada pela ascensão e liderança burguesa mas, apesar de tudo, a heterogeneidade manteve-se.²²

Baseando-se na filosofia de Hegel²³, Karl Marx aborda as diferenças sociais a favor do proletariado, a classe operária, escrevendo que a “*sua luta contra a burguesia começa com a sua existência*”²⁴, e que “o comunismo não é a abolição da propriedade [privada] em geral, mas a abolição da propriedade burguesa”²⁵. Marx recorre, sistematicamente, ao argumento de que o comunismo não se define pela abolição da propriedade privada mas sim pela oposição contra o “trabalho assalariado”, responsabilizando o capital pela obtenção da propriedade, capital esse que deriva das desigualdades económicas presentes na sociedade, que premeiam a burguesia, patrão industrial, e prejudicam o proletariado.²⁶

Em conclusão, o marxismo legitima e descreve a “luta” como um processo socialmente inevitável, uma “guerra civil oculta” e “revolução aberta”²⁷, criando os fundamentos sobre os quais, mais tarde, Lenine medita e aplica, como guerra revolucionária, com a Revolução Russa de 1917. Algo que alentou o marxismo depois de, no final do séc. XIX, este perder força devido à morte de Karl Marx e à ligeira melhoria das condições sociais para os operários.²⁸

1.2.2 Os pilares da guerra revolucionária – de Lenine a Mao Tsé-Tung

A contribuição e consequente criação do conceito de *guerra revolucionária* por Lenine advém do percurso histórico russo às vésperas da revolução de 1917.

No princípio do séc. XX, o regime czarista estava fragilizado aos olhos da população. A relutância para com reformas liberais ainda se mantinha, evoluindo a Rússia no sentido contrário às restantes potências europeias. Notava-se ainda uma

²² Karl Marx, Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, Editorial ‘Avante!’, 1997, pp. 11–13.

²³ Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, pp. GR 01 - GR 02.

²⁴ Karl Marx e Friedrich Engels, p. 20.

²⁵ *Ibid.*, p. 28.

²⁶ *Ibid.*

²⁷ *Ibid.*, p. 24.

²⁸ Soares Martinez, *Economia Política*, 5ª edição, Coimbra, Livraria Almedina, 1991, pp. 256–258.



desagregação populacional resultante de atritos entre minorias religiosas, nacionais e, nomeadamente, das péssimas condições, as piores da Europa, para o proletariado operário²⁹. Tais factos contribuíam para exaltar e radicalizar o povo e a oposição política mas, é com a Guerra Russo-Japonesa que o czarismo enfraquece, consideravelmente, a sua reputação. Apesar das tentativas japonesas de negociação de paz em nações neutras, Nicolau II insiste no conflito acreditando na vitória russa porém, alguns acontecimentos debilitam e alteram a posição diplomática do Czar: o “domingo sangrento”³⁰, a batalha naval de Tsoushima³¹, em que a Rússia saiu derrotada despoletando negociações de paz, e o consequente motim a bordo do couraçado *Potemkin*³².

Entretanto para Lenine, intelectual russo exilado na Suíça por atividades subversivas, começam a criar-se as condições políticas ideais para tornar realizável uma revolução. Combinando a doutrina marxista, que considera harmoniosa e completa com os escritos de Karl von Clausewitz, em que a guerra é um meio para a política atingir um determinado fim³³, Lenine acrescenta ainda que a “guerra e a paz são apenas dois aspectos da mesma luta”³⁴, concebendo assim os fundamentos da guerra revolucionária³⁵ como método de implementação do comunismo na Rússia e globalmente.

Relativamente à guerra revolucionária, distinguem-se quatro características principais: permanência, unidade, universalidade e totalidade³⁶. As duas primeiras, permanência e unidade, enquadram-se precisamente nas raízes do marxismo em que para que o proletariado derrote o capitalismo, é necessário que se encontre unido e

²⁹ José Miguel Moreira Freire, “Há cem anos a guerra russo-japonesa. Consequências diplomáticas. Equilíbrio internacional e europeu”, *Revista Militar*, 2427 – abril 2004, <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/394>>, acedido em 21 de dezembro de 2016.

³⁰ Massacre em São Petersburgo a 22 de janeiro de 1905. Parte da população juntou-se, em vários pontos da cidade, para se manifestar contra o regime czarista tendo diversos manifestantes sido abatidos a tiro, pela Guarda Imperial, em frente ao Palácio do Inverno.

³¹ Decorrida a 27 de maio de 1905, opondo as Marinhas Russa e Japonesa. A última, liderada pelo almirante Togo, saiu vencedora tendo a batalha sido preponderante para as negociações de paz e rendição russa com o Tratado de Portsmouth.

³² Motim ocorrido, em meados de junho, a bordo do couraçado *Potemkin*. Seria o ponto de partida dum movimento insurrecto com origens no Partido Social Democrata, partido opositor ao regime czarista. Terminou com a rendição dos amotinados, a 25 de junho de 1905, por escassez de apoio por parte dos seus semelhantes partidários. Ainda assim, a revolta deixou um legado preponderante para que se fizesse a revolução russa.

³³ Karl von Clausewitz, 'II - Purpose and Means in War'.

³⁴ Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, p. GR 06.

³⁵ Alpoim Calvão, “Guerra Revolucionária e Guerra Subversiva”, p. 713.

³⁶ Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, pp. GR 09-10.



perseverante na sua “luta permanente”. A universalidade refere-se ao expansionismo comunista, defendendo que o capitalismo deve ser combatido por todo o globo, princípio que Estaline executa enquanto está no poder.

Por fim, definida por Mao Tsé-Tung, surge a totalidade. Objetivamente, a totalidade consiste na legitimação da guerra revolucionária através da fundamentação de que todas as ações negativas, praticadas pelo Estado, têm um impacto no estado de espírito de cada um dos indivíduos da sociedade.³⁷

Em síntese, a guerra revolucionária caracteriza-se por ser um conflito interno do Estado, eventualmente apoiado pelo exterior, que resulta de ações subversivas e insurgentes que visam tomar o poder³⁸ e que, contextualizando com as suas origens e características, “é uma guerra permanente, universal e total, conduzida de acordo com a doutrina marxista-leninista”³⁹ que procura a implantação e expansão global do comunismo.

1.3 Guerrilha, um método ao serviço da guerra subversiva

O termo “guerrilha”, originário do castelhano, é pela primeira vez utilizado para designar os grupos armados da resistência espanhola que combatiam as invasões napoleónicas em Espanha, significando literalmente “pequena guerra”.⁴⁰ É, por definição, um grupo armado que não segue regras ou convenções internacionais, servindo-se de armamento ligeiro, de mobilidade rápida, e que atua com base na surpresa e emboscada.⁴¹

Embora a comunidade científica reconheça, oficialmente, que a guerrilha tenha sido criada em Espanha, no princípio do séc. XIX, deve dizer-se que estratégias de combate com características semelhantes já haviam sido utilizadas. Dê-se o exemplo das tribos lusitanas que expeliram as invasões romanas por quase dois séculos, da

³⁷ Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, p. GR 10.

³⁸ David Galula, *Counter-Insurgency Warfare, Theory and Practice*, p. 3.

³⁹ Alpoim Calvão, “Guerra Revolucionária e Guerra Subversiva”, p. 715.

⁴⁰ António de Sousa Lara, *Ciências Políticas, O estudo da ordem e da subversão*, p. 374.

⁴¹ Porto Editora, “Definição ou significado de guerrilha no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico”, Infopédia – Dicionários Porto Editora, 2003, <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/guerrilha>>, acedido em 29 de dezembro de 2016.



Península Ibérica, recorrendo a pequenos confrontos e emboscadas, geograficamente dispersas e irregulares.⁴²

Porém, para o contexto que se pretende estudar, deve enquadrar-se a guerrilha, na época contemporânea e sequencialmente, na guerra interna, subversiva e revolucionária, funcionando esta como um instrumento ou técnica ao serviço da subversão.

Considerem-se, primeiramente, alguns dos pensamentos que Sun Tzu deixa presentes n' *A Arte da Guerra*, a sua principal obra:

- “Se, depois de iniciado o combate, a vitória tardar, as armas dos homens tornar-se-ão pesadas e o seu entusiasmo esmorecerá. (...) Ainda para mais, se a campanha se prolongar, os recursos do Estado não farão face ao esforço exigido” (...) Nunca um país beneficiou de uma guerra prolongada.”⁴³.

Consiste, isto, num dos principais objetivos da guerrilha: o desgaste. Uma guerra prolongada implica um grande dispêndio de recursos humanos, materiais e, principalmente, de disponibilidade mental por parte das forças e do Estado que combate a sublevação. Este é um fator do qual quem pratica a guerrilha se pretende servir para ser bem-sucedido.

- “Ataque-o quando ele [o inimigo] esteja desprevenido, apareça onde não o esperem.”⁴⁴, “Se o inimigo está tranquilo, deverá atormentá-lo, (...) se acampado, fazê-lo movimentar-se.”⁴⁵, “Apareça em locais onde o inimigo tem de se apresentar para montar defesa; marche rapidamente para locais onde não é esperado.”⁴⁶.

Sun Tzu traça ainda, genericamente, algo que será mais uma das características da guerrilha: a emboscada, surpresa, a irregularidade e assimetria geográfica dos seus ataques, desconfortar o inimigo, etc. Fundindo tais pressupostos com a conceção política de guerra defendida por Clausewitz, embora esta se aplique à guerra convencional, juntam-se as componentes que motivam a doutrina contemporânea de

⁴² Alexandre de Sousa Pinto, “Guerrilha vs. Guerrilla na Guerra Peninsular”, *Revista Militar*, 2487 – abril 2009, <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/394>>, acedido em 21 de dezembro de 2016.

⁴³ Sun Tzu, *Arte da Guerra*, 1ª edição, Lisboa, Bertrand Editora, 2009, pp. 15-16.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 12.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 39.

⁴⁶ *Ibid.*



guerrilha, em concreto, presente nos ideais dos seus principais autores: T.E. Lawrence, Lenine, Mao Tsé-Tung, ou Ernesto “Che” Guevara, entre muitos outros.

T.E. Lawrence, oficial britânico, conhecido como o “Lawrence da Arábia”, e comandante militar durante a Grande Guerra servindo no corpo expedicionário destacado na Arábia e Palestina, é talvez o primeiro doutrinador contemporâneo da guerrilha. De formação clássica, baseada em Clausewitz, sofre diversas e pesadas derrotas ao enfrentar, “cara-a-cara”, o poderoso exército Otomano, chefiando apenas pequenas forças compostas de bandos árabes. Refletindo sobre tal, conclui que a maneira mais eficaz de derrotar os otomanos não seria enfrentá-los e vencê-los, de maneira convencional, mas sim fazê-los acreditar que não poderiam sustentar a sua própria presença no terreno. Lawrence procura, depois de tal conclusão, tornar a guerrilha em algo científico e exato, descrevendo nos “Sete Pilares da Sabedoria”, sua principal obra e influência para os seguintes pensadores do assunto, as técnicas guerrilheiras que empregou no conflito, chegando até a formular matematicamente a relação numérica de guerrilheiros para um determinado território.⁴⁷

Mais tarde, Lenine evoca princípios de guerrilha servindo-se mais uma vez de Sun Tzu e Clausewitz para fundamentar estratégica e politicamente a agregação e vínculo dos mesmos ao marxismo e à guerra revolucionária.⁴⁸ Para Lenine, a guerrilha representa a luta armada da guerra revolucionária.⁴⁹ Trotsky ou Estaline são, igualmente, nomes que refletem sobre tal. Mas, Mao Tsé-Tung vai mais longe, refletindo profundamente sobre o conceito, afirmando que a guerrilha deve ser empregue na revolução socialista mundial⁵⁰, aplicando-a à Guerra Civil Chinesa decorrida em dois períodos distintos, de 1927 a 1937 e de 1946 a 1949, opondo o Governo, republicano e capitalista, ao movimento revolucionário comunista e guerrilheiro, liderado por Mao. Durante a Segunda Guerra, a China fragilizada pela Guerra Civil é ocupada parcialmente pelo Japão, que anexa a Manchúria e a Coreia e a guerrilha é uma das técnicas empregues pela resistência popular chinesa, ao lado das

⁴⁷ António de Sousa Lara, *Ciências Políticas, O estudo da ordem e da subversão*, pp. 395-396.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 398.

⁴⁹ Vladimir Lenine, “A Guerra de Guerrilhas”, *Obras escolhidas em seis tomos*, Edições ‘Avantel!’, 1986, <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1906/09/30.htm>>, acedido em 3 de janeiro de 2017, pp. 296–306.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 401.



forças convencionais do Estado, por forma a combater as tropas japonesas mais numerosas e bem equipadas.

Sobre o conflito com o Japão, Mao define seis pressupostos que permitiriam a derrota japonesa, dos quais se destacam o emprego da guerra de guerrilha com base numa guerra de movimento, de decisões rápidas e irregulares no decurso da Guerra Prolongada.⁵¹ Divide ainda a Guerra Prolongada em três fases: a primeira consistindo numa defesa estratégica da resistência que procure sustentar ao máximo uma primeira ofensiva do inimigo; a segunda, uma consolidação ou estabilização estratégica do inimigo, que precede o contra-ataque da resistência; e por fim, a terceira, que consiste no contra-ataque e consequente retirada do inimigo.⁵²

Mao, depois de Lenine, Trotsky, ou Estaline e antes de Vo Nguyen Guiap, líder militar do Vietname durante a guerra com os EUA, são apenas alguns dos nomes associados à doutrina guerrilheira ao qual se pode ainda acrescentar Ernesto “Che” Guevara. Através d’*A Guerra de Guerrilhas*, a sua obra mais importante, Guevara escreve sobre a dimensão tática da guerrilha, criando uma espécie de manual para levar a cabo tal técnica com sucesso.

Destacam-se, n’*A Guerra de Guerrilhas*, três princípios fundamentais da Revolução Cubana e de qualquer movimento revolucionário na América e, que se podem transportar para qualquer guerra revolucionária:

- 1) “A população pode derrotar, em guerra, as Forças Armadas.”
- 2) “Não é necessário esperar para que se reúnam as condições necessárias para a revolução. O *foco insurreccional* criá-las-á.”
- 3) “Na América Subdesenvolvida [diga-se, América Latina], o terreno da luta armada deverá ser, fundamentalmente, o campo.”⁵³

Qualquer um destes pressupostos de Guevara, são algo que a autoridade pretende refutar, procurando inibir a população de apoiar o movimento revolucionário e,

⁵¹ Mao Tsé-Tung, “Problemas Estratégicos da Guerra de Guerrilhas contra o Japão”, *Obras Escolhidas de Mao Tsé-Tung*, Tomo II, Pequim, 1975, <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/guerra.htm#r3>>, acedido em 2 de janeiro de 2017, pp. 107–168.

⁵² Mao Tsé-Tung, “Sobre a Guerra Prolongada”, *Obras Escolhidas de Mao Tsé-Tung*, Tomo II, Pequim, 1975, <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/guerra.htm#r3>>, acedido em 2 de janeiro de 2017, pp. 169–317.

⁵³ Ernesto Guevara, *La Guerra de Guerrillas*, 1960, <http://www.tusbuenoslibros.com/la_guerra_de_guerrillas_che_guevara.pdf>, acedido em 4 de janeiro de 2017, p. 5.



consequentemente a guerrilha, nomeadamente no que se refere ao primeiro ponto.⁵⁴ Guevara define ainda o guerrilheiro como o “jesuíta da guerra”⁵⁵ e, seguindo a conceção maoísta inspirada por Sun Tzu - de surpresa, clandestinidade, expansão e planeamento - cria a teoria do *foco guerrilheiro*⁵⁶.

Régis Debray⁵⁷ analisa a obra de Guevara e, através da teoria do *foco guerrilheiro*, enuncia-se uma proposta de desenvolvimento estrutural e funcional para a guerrilha. Tal proposta caracteriza-se por uma sucessão de etapas. Primeiramente, existe uma divisão do núcleo inicial de guerrilheiros, ou foco inicial, em grupos de propaganda que procurarão agitar e recrutar a população e em seguida, conforme a expansão do grupo armado e o apoio populacional, a preparação militar aumenta, o nomadismo evolui para uma fixação parcial em zonas favoráveis (nomeadamente interiores, com escassas vias de comunicação) e é nesse momento que começam as ofensivas. Este procedimento desenvolve-se do micro para o macro, procurando conquistar cada vez mais a população até que se desenvolva uma rede de focos tão numerosa que origine uma frente nacional revolucionária e, consequentemente, um exército revolucionário que possibilitará uma ofensiva final. Em síntese, procura-se que exista uma evolução progressiva da capacidade do grupo armado que lhe permite escalar dos *focos guerrilheiros* para uma derradeira ofensiva convencional.⁵⁸

Deve ainda mencionar-se o terrorismo como parte integrante da guerrilha e da subversão, permitindo dominar a população pelo medo através de ameaças e ações de sabotagem.⁵⁹ O terrorismo é algo intimamente relacionado com a política visto que é um ato, normalmente, de cariz político e que foi bastante utilizado pelos movimentos de libertação anticolonialista.⁶⁰

Resumida, e genericamente, a guerrilha, do ponto de vista da guerra interna, vale-se duma série de características e fundamentos estratégicos.⁶¹

⁵⁴ Ernesto Guevara, *La Guerra de Guerrillas*, pp. 5-6.

⁵⁵ *Ibid.*, pp. 10.

⁵⁶ António de Sousa Lara, *Ciências Políticas, O estudo da ordem e da subversão*, p. 436.

⁵⁷ Jules Régis Debray, jornalista e filósofo francês conhecido por associar o marxismo e a conceção de guerrilha e guerra revolucionária de Che Guevara em diversas das suas obras, nomeadamente em *Revolução na Revolução*, de 1967.

⁵⁸ António de Sousa Lara, *Ciências Políticas, O estudo da ordem e da subversão*, pp. 436-439.

⁵⁹ Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, p. GL 07.

⁶⁰ António de Sousa Lara, *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002, pp. 47-48.

⁶¹ Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, pp. GL 08-11.



- a inferioridade inicial do movimento subversivo e revolucionário de quem a pratica, comparativamente às forças do Estado;
- a clandestinidade, necessária nos tempos primordiais do movimento;
- o carácter local, confusão com a população e o auxílio populacional, fatores intimamente relacionados dos quais a guerrilha depende, conferindo-lhe proteção e fonte de recrutamento;
- perspectiva de Lenine de associação entre a guerrilha e a guerra revolucionária, conferindo-lhe um fim político;
- o conhecimento íntimo da região operacional que, associado à mobilidade e surpresa nas ofensivas e à descentralização administrativa e de comando, concede vantagem à guerrilha pela irregularidade e imprevisibilidade dos seus movimentos;
- a rusticidade do seu equipamento e metodologia, permitindo-lhe operar em cenários adversos para as técnicas convencionais de quem a combate;
- a longa duração, conceito de guerra prolongada de Mao Tsé-Tung, de desgaste, que provoca o enfraquecimento pessoal, material e fadiga psicológica às Forças Armadas convencionais.

1.4 A Guerra de Contra-Subversão

1.4.1 O contraste entre subversão e contra-subversão

Na sua obra, *Counter-Insurgency Warfare: Theory and Practice*, David Galula descreve uma assimetria entre o insurgente e o contra-insurgente.⁶² Tal assimetria resulta precisamente do contraste das situações políticas de ambos os lados.

A iniciativa de começar a guerra subversiva pertence a quem subverte, não querendo isso dizer que será sempre quem parte para a violência em primeiro lugar. O movimento subversivo pode escolher, livremente, o momento mais conveniente para impor a sua vontade. Em princípio, para quem pratica contra-subversão, ele não passa duma potencial ameaça que não merece o emprego de esforços e meios contra algo que ainda nem sequer é uma ameaça real. Algo que se verifica, claramente, na primeira etapa da guerra subversiva, em que o movimento subversivo é clandestino e invisível

⁶² David Galula, *Counter-Insurgency Warfare, Theory and Practice*, p. 5.



aos olhos do Estado. Nesse momento, para a autoridade não é necessário, e nem sequer uma possibilidade, refletir acerca do emprego de meios contra um inimigo que não passa, ilusoriamente, dum mero “boato”.

Todas estas circunstâncias permitem que o insurgente aumente o seu nível de influência e comece a guerra em vantagem apenas com manobras políticas, pacíficas e legais, quase sempre clandestinas. Se a natureza política e jurídica do Estado permitir tal coisa, esta será uma vantagem que será explorada e que irá, eventualmente, crescer ao longo do conflito com base nos acontecimentos. Resumidamente, um movimento subversivo, para ser bem sucedido, deverá evoluir progressivamente ao longo do tempo, partindo em vantagem se justificar ideologicamente os seus atos tornando-os numa causa popular para os cidadãos.⁶³

Para o contra-insurgente, o Estado, embora este possua legitimamente todos os poderes necessários para reagir, a sua responsabilidade de manutenção da ordem enfraquece-o. Quaisquer falhas nas suas ações rotineiras, consequentes das suas responsabilidades e funções, tornam-se em ponto favorável ao insurgente, pelo que proporcionalmente ao crescimento e sucesso da subversão, a autoridade irá decrescer, enfraquecer e, em termos práticos, sucumbirá.⁶⁴

1.4.2 As ações da contra-subversão

Colocaram-se, anteriormente, alguns dos conceitos e perspetivas que definem o necessário e fundamental da guerra subversiva. Depois de colocá-la como contraste da contra-subversão, resta definir a metodologia e base fundamental da segunda.

A guerra subversiva é um fenómeno que se fundamenta, nos básicos da sua estrutura, na legitimação da sua ideologia política e apoio populacional. Para a conquista dessas bases, leva a cabo diversos métodos que, na sua maioria, englobam ações propagandistas, terroristas, guerrilheiras, etc. Assim, para a contra-subversão, será essencial focalizar-se na conquista dos fatores básicos que sustentam a guerra subversiva e não no combate aos métodos que esta emprega no terreno, o erro comum e repetido de quem se vê obrigado a lutar contra um movimento subversivo.⁶⁵

⁶³ David Galula, *Counter-Insurgency Warfare, Theory and Practice*, pp. 6-7.

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ Ventura Trindade, “Guerra Revolucionários e os Homens”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1966, pp. 351-354.



Atente-se, em primeiro lugar, na população. Este é, devido à sua volatilidade, o fator com que se deverá proceder com maior cautela. Qualquer indivíduo da população, numa guerra subversiva, será a favor, contra ou simplesmente indiferente aos motivos e aos movimentos que a provocam.

Para os que se encontram a favor, o desafio de alterar a sua ideologia é bastante exigente. No entanto, a chave do sucesso está, precisamente, naqueles que se encontram neutros ou contra as forças subversivas. São elementos muito inconstantes e, desta forma, quem pratica contra-subversão deverá proceder, nas suas ações, da forma mais coerente possível. A agressividade desapropriada e injustificada nas ações de contra-subversão, nomeadamente nos sistemas de informação que procuram antever as ações da facção subversiva, poderá ser decisiva para que a popularidade da autoridade enfraqueça. Desta forma, um possível elemento favorável, ou indiferente, para com o Estado, poderá passar a simpatizar com o movimento subversivo.⁶⁶

Em segundo lugar, deverá ter-se em conta a ideologia que se defende nas ações de contra-subversão. Deve promover-se, consistentemente, princípios sociais, políticos e culturais que unam a população e que descredibilizem a subversão. Tal promoção deverá alastrar-se às Forças Armadas dado que a ação militar, para além de necessária, é fundamental para a representação de poder, capacidade de intervenção e aproximação do Estado às populações.⁶⁷

Para além da ação militar, na conquista da população, distinguem-se ainda a ação psicológica, social e política como ações de contra-subversão.⁶⁸

A ação psicológica fornecerá à população, sem a pressionar, a informação necessária para que cada indivíduo tome consciência própria das condições envolventes à guerra subversiva que se encontra instalada. Como consequência da ação psicológica, a propaganda e ações violentas, por parte do movimento subversivo, intensificar-se-ão por forma a dominar pelo medo aquilo que a propaganda artificial e pacífica não dominou. A ação psicológica é assim, importante, mas não suficiente.

A ação social terá como objetivo solucionar problemas e preocupações da população que visam criar um clima de segurança e confiança entre as pessoas e o Estado, aumentando a sua popularidade.

⁶⁶ Ventura Trindade, “Guerra Revolucionários e os Homens”, p. 351.

⁶⁷ *Ibid.*, pp. 351-352.

⁶⁸ Hermes de Araújo Oliveira, *Subversão e Contra-Subversão*, “Resposta à Guerra Subversiva”, Edição nº 62, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1963, pp. 57-63.



A ação política procurará, dentro do domínio político, consumir reformas que atenuem a insatisfação social procurando implementar medidas que resolvam situações que, anteriormente, fossem motivo de descontentamento. A reação da subversão será, de imediato, descredibilizar o Estado. Justificará a atitude reformista como um indício de medo para com a agitação social que, no fundo, foi artificialmente criada. Assim, a ação política deverá ser progressiva e coerente, procurando implementar as medidas certas no momento certo.

Por fim, e voltando a referi-la, tem-se a ação militar. Esta consiste, para além do que foi anteriormente descrito, em ações destrutivas, policiais e construtivas. A primeira concentra-se na procura e destruição dos grupos armados, do movimento subversivo, que efetuam ofensivas bélicas como, por exemplo, guerrilha ou terrorismo. As ações policiais atentam, principalmente, na investigação e flagelação das células administrativas. Por fim, as construtivas, resumem-se a atos de pacificação que visam a reconquista da população pela direta ação das Forças Armadas.⁶⁹

Na obra *Counter-Insurgency Warfare: Theory and Practice*, a contra-subversão é também descrita para além dos traços gerais com que deve ser levada a cabo. David Galula dedica um capítulo completo à condução das operações contra-subversivas distinguindo oito etapas que passam pelo controlo da população e que culminam com a destruição dos últimos grupos armados guerrilheiros.⁷⁰

Em suma, pode concluir-se que a contra-subversão, para além de complexa, é um procedimento de etapas mais frágeis que as da subversão. Na guerra subversiva, a população é tão influente que se torna no fator mais importante a conquistar, nitidamente sobreposto às simples vitórias do conflito armado que a compõe. Assim, como o conceito “guerra de desgaste” indica, a contra-subversão deverá concentrar-se em vencer a guerra. Deverá resistir, psicologicamente, às desilusões das derrotas e deverá ser paciente com as vitórias que trarão resultados benéficos a longo prazo e nas quais as consequências não são evidentes nem imediatamente visíveis. A relação entre “perder a batalha” e “vencer a guerra” deverá ser transparente para quem se vê obrigado a combater numa guerra subversiva.

⁶⁹ Ventura Trindade, “Guerra Revolucionários e os Homens”, pp. 356-357.

⁷⁰ David Galula, *Counter-Insurgency Warfare, Theory and Practice*, pp. 78-98.



2. A oposição à presença portuguesa e a contextualização diplomática da Guerra Colonial Portuguesa (1880-1961)

2.1 A oposição à presença portuguesa

2.1.1 A exploração do interior africano e a Conferência de Berlim

Assina-se, em 1815, o Tratado de Viena⁷¹, em que Portugal e Inglaterra acordam regulamentar o tráfico de escravos. A partir daqui, e até ao final do séc. XIX, o tráfico negreiro é progressivamente reduzido, algo que diminui por algum tempo a preponderância de África para a política colonial. Em 1836, Sá da Bandeira⁷², interdita, através de decreto, o tráfico de escravos a sul do equador nas colónias portuguesas até que, em 1869, era finalmente promulgada a abolição da escravatura em todo o império português.⁷³

A redução da escravatura que culmina, em 1869, com a sua abolição, coincide com a viragem de política externa, ao nível europeu, que perdura até à Primeira Guerra Mundial. Depois do Congresso de Viena, a Rússia, Áustria e Prússia assumem-se, em conjunto com a Inglaterra, como as principais potências europeias, as primeiras continentais e a última marítima. No entanto, terminada a Guerra Franco-Prussiana, a Alemanha unifica-se, em 1871, por impulso de Otto von Bismarck⁷⁴. A recém-criada Alemanha, de maioria prussiana, desenvolve uma política expansionista, de investimento naval e colonial, que desafia a hegemonia colonial dos colonizadores históricos e a hegemonia naval britânica.⁷⁵

Durante o referido século, em simultâneo com a redução da escravatura e com o desenvolvimento do cenário político europeu de ascensão alemã, o continente africano

⁷¹ Tratado ou Congresso de Viena. Decorrido em Viena entre maio de 1814 e junho de 1815. Participaram no mesmo Portugal, Inglaterra, Rússia, Prússia, Áustria e França com o objetivo de, após a derrota da França napoleónica, redefinir-se o mapa político europeu.

⁷² Sá da Bandeira, militar e político, agraciado com os títulos de Visconde e Marquês por D. Maria II e D. Luís I, respetivamente. Presidente do Conselho de Ministros, por cinco vezes, entre 1836 e 1870. Defensor da monarquia liberal e fundador do Partido Reformista.

⁷³ Porto Editora, “Abolição do tráfico de escravos”, *Artigos de apoio Infopédia*, 2003-2017, <[https://www.infopedia.pt/\\$abolicao-do-trafico-de-escravos](https://www.infopedia.pt/$abolicao-do-trafico-de-escravos)>, acedido em 3 de junho de 2017.

⁷⁴ Chanceler alemão, de origem prussiana, entre 1871 e 1890. Defensor do expansionismo colonial alemão e organizador da Conferência de Berlim em 1885-86.

⁷⁵ Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês, Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, Publicações Alfa, 1990, pp. 27-33.



torna-se um território mais cobiçado, tendencialmente mais ocupado e com maior investimento por parte dos europeus.

A Revolução Industrial, o desenvolvimento da máquina a vapor, e consequente navio a vapor, amplificaram quantitativamente o fluxo comercial à escala global pelos facilitismos temporais e económicos que tal avanço tecnológico proporcionou. Esta evolução, para além de reforçar a importância estratégica da ocupação costeira do continente africano, motivou também a sua exploração interior para efeitos de descoberta e obtenção de matérias primas. Além disso, global alterou-se consideravelmente no séc. XIX, através duma queda acentuada de mortalidade e estagnação da natalidade.

Em suma, o intensificar da exploração do interior africano por parte das principais potências europeias pode justificar-se pela procura de novos recursos, expansão territorial e demográfica, pela importância estratégica e económica dos anteriores e pela inerente necessidade de cartografar e relatar as características de tais territórios, bem como interligá-los através de novas vias de comunicação terrestre, como caminhos-de-ferro.

Surgem as sociedades de geografia por toda a Europa, incentivando ao conhecimento, exploração geográfica e familiarização da opinião pública com as colónias e com o novo período de interesse e expansionismo colonial, nomeadamente africano. É neste contexto que surgem diversos exploradores: David Livingstone⁷⁶ que, de 1840 a 1873, explorou os lagos Niassa⁷⁷ e Tanganica⁷⁸, o último até à nascente do Zaire, tendo ainda identificado o percurso do rio Zambeze; Henry Stanley⁷⁹ provou, mais tarde, a navegabilidade desde o Tanganica à costa ocidental africana, através do rio Zaire; entre outros como Pierre de Brazza, Samuel Baker, Heinrich Barth, etc.⁸⁰

⁷⁶ Explorador e missionário inglês. Um dos pioneiros na exploração do interior africano.

⁷⁷ Localizado no Grande Vale do Rifte. A sua bacia hidrográfica encontra-se sob a soberania de três nações: Moçambique, Malawi e Tanzânia.

⁷⁸ Localizado, também, no Grande Vale do Rifte. Foi descoberto em 1858 por Richard Burton e John Speke. A sua bacia estende-se pelos seguintes países: Tanzânia, República Democrática do Congo, Burundi e Zâmbia. O seu principal afluente é o Rio Zaire.

⁷⁹ Explorador e jornalista inglês. Iniciou a sua primeira expedição procurando por Livingstone, julgado desaparecido durante vários meses.

⁸⁰ Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês, Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, pp. 41-43.



Nesta conjuntura, surge, de 1871 a 1879, a política naval e colonial de Andrade Corvo⁸¹. Durante tal período, são aumentados ao efetivo sete navios, de construção inglesa, que revelam a nítida política de aproximação a Inglaterra, por parte de Andrade Corvo. Desses sete navios, destacam-se o couraçado *Vasco da Gama*, as corvetas *Mindelo* e *Rainha de Portugal*, e as canhoneiras *Rio Lima*, *Rio Tâmega* e *Rio Sado*.⁸²

Para além da política naval, promove a consolidação da presença portuguesa e exploração dos territórios em Angola e Moçambique, bem como o relacionamento comercial com as colónias britânicas.⁸³

Em 1877, e no decorrer das circunstâncias estratégicas que privilegiam o desenvolvimento colonial africano, ocorre uma expedição com objetivo de estudar os territórios interiores, entre Angola e Moçambique, e as bacias hidrográficas do Zaire e do Zambeze, levada a cabo por Hermenegildo Capelo, Serpa Pinto e Roberto Ivens. Em 1884, à beira da Conferência de Berlim, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens voltam a envolver-se numa expedição na mesma área, desta vez atravessando África desde a costa angolana até à costa moçambicana. Ambas as expedições ficam bibliograficamente registadas nas obras “De Benguela às terras de Iaca” e “De Angola à contra-costa”, respetivamente, da autoria dos expedicionários.⁸⁴

Durante este período de “corrida colonial” para África, destacam-se Portugal, Holanda, França, Espanha, Império Otomano, Inglaterra, Bélgica e as recentes Itália e Alemanha. Em 1882, a Inglaterra havia-se instalado no Egito e começado a sua expansão para norte a partir da África do Sul iniciando, indiretamente, o Projeto Imperial Cabo-Cairo. A Bélgica aumenta cada vez mais a sua influência no Congo e a Alemanha, embora priorizando a presença continental na Europa, manifesta interesse para a expansão. Este interesse, em conjunto com a agitação e corrida ao expansionismo colonial, culmina em 1885 com a realização da Conferência de Berlim.⁸⁵

⁸¹ João de Andrade Corvo, ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1871 e 1878 acumulando as pastas dos ministérios da Marinha e do Ultramar.

⁸² António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, pp. 155-158.

⁸³ Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Conferência de Berlim*, <<https://idi.mne.pt/relacoesdiplomaticas/2-uncategorised/703-conferencia-de-berlim.html>>, acedido em 30 de maio de 2017.

⁸⁴ Silva Teixeira *et al.*, *A Marinha na Investigação do Mar 1800-1999*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 2001.

⁸⁵ Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês, Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, p. 47.



A Conferência de Berlim, decorrida entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, foi, efetivamente, a consequência diplomática resultante de todo o interesse estratégico europeu em África. Organizada pela Alemanha de Bismarck, a Conferência definiu a divisão territorial africana pelas principais potências europeias colonizadoras em que algumas delas, como a Alemanha, não detinham anteriormente colónias mas pretendiam administrar territórios.⁸⁶

Qualquer nação europeia que possuísse ou tomasse posse de uma determinada área na costa africana, teria que reportar esse facto aos elementos participantes na Conferência para que tal ação fosse validada.⁸⁷ Para além disso, a posse efetiva de determinado território só poderia ser assegurada, à luz do Ato Geral da Conferência, pela capacidade de ocupação territorial, descartando-se o direito histórico de descoberta – defendido por Portugal, seu beneficiário.⁸⁸

Em 1886, é ainda fixado um tratado anglo-alemão que legitimava a ocupação ilimitada de territórios interiores correspondentes à zona costeira já possuída por determinada nação.⁸⁹

No rescaldo da Conferência de Berlim, Portugal estabelece convenções com a França e com a Alemanha, de forma a delimitar oficialmente as suas fronteiras com as nações anteriores. Simultaneamente, a partir de 1887, lançam-se expedições que antevêm a preparação do Mapa Cor-de-Rosa, por parte da Sociedade de Geografia, e que haveria de ser divulgado em 1890, propondo a união da costa ocidental africana à oriental, unindo Angola e Moçambique. Ao mesmo tempo, partir de 1886, não havia sido negociado qualquer assunto fronteiriço com Inglaterra no que a África diz respeito. Assim, fruto de toda esta situação e da colisão de interesses entre o Mapa Cor-de-Rosa português e o Projeto Imperial Cabo-Cairo inglês é lançado o Ultimato Inglês de 1890, ao qual D. Carlos I cede.⁹⁰

Em 1891, chega a ser assinado um tratado com Inglaterra que cede direitos sobre territórios que anteriormente não pertenciam a Portugal, no entanto a opinião pública

⁸⁶Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁸⁷*Ibid.*

⁸⁸Themudo Barata *et al.*, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1988, p. 34.

⁸⁹Regina Anacleto *et al.*, *História de Portugal, Liberalismo (1807-1890)*, edição nº 2408, 8 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 306.

⁹⁰Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês, Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, pp. 55-62.



portuguesa ficaria efetivamente abalada com o Ultimato. As feridas seriam fundas e descredibilizariam o regime monárquico de D. Carlos I ao mesmo tempo que amplificavam o poder do movimento republicano. Após o Ultimato de 1890 e a reprovação do Mapa Cor-de-Rosa, o Império Colonial Português compunha-se de Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, os territórios portugueses da Índia, Macau e Timor. No que a África diz respeito, desencadear-se-iam nos anos seguintes uma série de missões de colonização aos territórios interiores como seria o caso de uma das missões de colonização de Benguela, em 1909.

Tomando como referência os estudos de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Alfredo de Andrade⁹¹, é levada a cabo uma missão de colonização no planalto de Benguela, na qual o último acabaria por participar por renúncia de membros que inicialmente a iriam desempenhar.

Num relatório elaborado por Henrique Paiva Couceiro, explorado e militar português, à semelhança dos seus congéneres, descreve-se a fauna, flora, acessos, custos e potencialidades da colonização de Benguela mas, deve destacar-se a caracterização exaustiva que é feita aos indígenas da região. A descrição vai ao pormenor cultural e social do relacionamento dos indígenas em termos intra e inter-tribais além do relacionamento com os missionários. Genericamente, esta descrição é feita com o objetivo de analisar a melhor forma de converter hábitos e costumes a bel-prazer do colono e das suas necessidades.⁹²

É registada, igualmente, a aplicação de castigo a indígenas “insubordinados” como algo fundamental para a submissão e obediência ao colono. Em complemento, descrevem-se que muitos sobas⁹³ são os motivadores das revoltas contra o domínio português no Huambo, Bailundo e Bihé⁹⁴, devendo ser aniquilados.⁹⁵

Desta forma, pode afirmar-se que o contexto político europeu do séc. XIX, acompanhado da evolução tecnológica dos transportes e vias de comunicação, foram

⁹¹ Explorador português, autor do “Relatório da Viagem de Exploração Geográfica no distrito de Benguela e Novo Redondo”, levado a cabo entre 1898-99.

⁹² Henrique Paiva Couceiro, *Relatório da Missão de Colonização no planalto de Benguela em 1909*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, pp 13-20 e 55-58.

⁹³ Individualidade que representa a autoridade nas tribos indígenas da região angola durante o período colonial. O soba poderia ser uma figura de autoridade duma tribo ou entre tribos.

⁹⁴ Regiões do centro-interior de Angola.

⁹⁵ Henrique Paiva Couceiro, *Relatório da Missão de Colonização no planalto de Benguela em 1909*, pp. 13-20 e 55-58.



fundamentais para a crescente importância de África. A partir desta época, e até ao período de descolonização, África seria vital para as nações colonizadoras europeias.

O interior passou a ser alvo de uma maior quantidade de explorações e o contacto com os povos indígenas, consequencialmente, intensificou-se. Dá-se, entre 1884-85, a Conferência de Berlim e, a divisão territorial de si derivada, que influenciaria para sempre a motivação de muitos dos conflitos que se desencadearão em África. Surgem as Campanhas de Pacificação, com elas surge o reforço da presença europeia em África e assim, no final do séc. XIX, intensifica-se ainda mais a já decorrente exploração africana.

É neste período que se dá, talvez, o primeiro passo que antevê o desfecho das colónias africanas portuguesas que culmina com a Guerra Colonial quase um quarto de século depois.

2.1.2 As sublevações, as campanhas de pacificação e a Guerra de África de 1894-95

As principais sublevações em África, nos finais do séc. XIX e durante o séc. XX até cerca do final da Segunda Guerra Mundial, derivam do conteúdo anteriormente abordado. O reforço da presença colonial europeia em África, motivada pela intensificação da exploração do interior do continente e pelo desfecho da Conferência de Berlim é, em parte, aquilo que se designa de “campanhas de pacificação”.

A segunda metade do séc. XIX, nomeadamente a partir de 1875, é caracterizada pela constante sucessão de episódios de tensão entre Portugal e a população indígena, bem como com outras nações europeias que competem, presencial e comercialmente, pelo domínio das regiões de influência lusa. Tal situação intensifica-se, progressivamente, com a Conferência de Berlim e até ao princípio da Primeira Grande Guerra. É neste contexto que a Marinha toma alguma preponderância pela natureza dos seus meios.

A foz do Zaire, em Angola e a baía do Tunge, em Lourenço Marques, são os principais pontos de tensão. Os vapores fluviais, de pequenas dimensões, protagonizam as missões de presença e pacificação nas redes fluviais interiores de Moçambique, o vapor *Guiné*, adquirido em 1879, atua na zona da Guiné e dos Bijagós. Mas, durante este período, a situação de Lourenço Marques é a mais delicada pelo desencadear das guerras anglo-zulu (1879-1880) e anglo-boér (1880-1881), às quais respondem as



corvetas *Rainha de Portugal* e *Mindelo*, e a canhoneira *Douro* com a missão de presença naval na área.⁹⁶

Em Angola, a situação é semelhante. São, em 1884, feitos bombardeamentos na foz do Zaire pelas canhoneiras *Bengo*, *Tejo* e *Rio Ave*, algo que se torna prática vulgar para as nações europeias que exercem a sua presença em África. A partir de 1885, após a Conferência de Berlim, a tensão entre nações europeias aumenta e a presença em África é, ainda mais, reforçada. As campanhas de pacificação continuaram e a Marinha continuou a assumir um papel preponderante, nomeadamente, no seu período áureo, de 1894 a 1898, do qual se destaca a Guerra de África, decorrida em Moçambique durante os anos de 1894-95.⁹⁷

A Guerra de África nasce duma rebelião, encabeçada por Gungunhana, que ficou conhecida como a rebelião dos cafres, ou a rebelião ronga. Os rebeldes, liderados por Gungunhana, último imperador de Gaza, tinham como seu principal território de influência tal região e instalariam, nos finais de 1894, a revolta nas regiões vizinhas de Lourenço Marques e Inhambane. António Enes, ex-Ministro da Marinha e do Ultramar, seria nomeado Comissário Régio de Moçambique à data do conflito e seria o principal estratega do lado português no combate a Gungunhana.⁹⁸

Nos finais de 1894, a presença naval em Moçambique estava bastante enfraquecida à imagem da capacidade financeira do país. Era apenas composta pelas corveta *Rainha de Portugal*, canhoneira *Quanza*, o quase inavegável vapor *Auxiliar*, o vapor *Neves Ferreira* e as lanchas-canhoneira *Xefina* e *Bacamarte*. No entanto, pode afirmar-se que a guerra teria de ser levada a cabo duma perspetiva anfíbia. Os cursos de água do Incomati, Limpopo e Inharrime dividiam a região de influência de Gungunhana. Assim, uma combinação de forças entre a Marinha e o Exército seria fundamental para o sucesso, algo que António Enes teve em conta na sua estratégia.⁹⁹

A corveta *Rainha de Portugal* e a canhoneira *Cuanza* ficam em Lourenço Marques enquanto que são criadas as esquadilhas do Incomati, Limpopo e Inharrime. Compostas, inicialmente, pelo dispositivo naval anteriormente mencionando são, mais

⁹⁶ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, pp. 182-184.

⁹⁷ *Ibid.*, pp. 183-185.

⁹⁸ Marques Esparteiro, “A Marinha na campanha e prisão do Gungunhana 1894-1895”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1954, pp. 41-45.

⁹⁹ *Ibid.*, pp. 41-45.



tarde, reforçadas pelas lanchas-canhoneiras *Bacamarte, Sabre, Carabina, Lacerda, Serpa Pinto, Capelo e Ivens*.¹⁰⁰

Das missões levadas a cabo pela Marinha destacam-se a escolta aos comboios fluviais que abasteciam as regiões de Lourenço Marques e Inhambane, pelo Limpopo, Incomati e Inharrime, bem como o abastecimento dos postos que se estabeleciam em território indígena. Simultaneamente, eram efetuadas ações de pacificação quer por ação artilheira efetuada a partir das embarcações, quer através de desembarques anfíbios.¹⁰¹ Este conjunto de ações revelou-se preponderante por alguns fatores estratégicos que Marques Esparteiro enuncia no seu artigo para os *Anais do Clube Militar Naval* e que, como se verá mais à frente, são de alguma forma empregues no contexto da Guerra Colonial. Podem resumir-se tais fatores nos três seguintes apontamentos:¹⁰²

- divisão natural do território inimigo através da patrulha das redes fluviais delimitantes da sua área de ação;
- concessão e reforço de vias de comunicação e abastecimento a pontos estratégicos ao mesmo tempo que se patrulha e que se nega tais vias ao inimigo;
- apoio às forças terrestres, quer através de desembarques anfíbios quer através de apoio artilheiro para as margens a partir dos rios.

Gungunhana seria derrotado e exilado nos Açores e seria criado o distrito militar de Gaza, de administração portuguesa.

O conflito de Moçambique não seria o último episódio com tais características a decorrer nos territórios portugueses de África no entanto, pode afirmar-se, salvo exceções isoladas, que o período intenso de revoltas perduraria apenas até aos anos imediatamente seguintes à Primeira Grande Guerra, sensivelmente até que se entrasse na década de 20. Quanto a Angola, da campanha dos Cuamatos, do Libolo, às dificuldades na ocupação de Bembe ou do Cassange, René Pélissier¹⁰³ descreve com algum pormenor tais eventos na sua obra “*História das Campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*”, uns com mais outros com menos preponderância

¹⁰⁰ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, pp. 191-193.

¹⁰¹ Almeida Brandão, “António Enes e a Marinha – A Guerra de África em 1895”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1981, pp. 534-537.

¹⁰² Marques Esparteiro, “A Marinha na campanha e prisão do Gungunhana 1894-1895”, p. 43.

¹⁰³ Historiador francês especializado na história colonial e militar portuguesa e autor de diversas obras sobre o tema.



por parte da Marinha.¹⁰⁴ É também descrita na obra *História de Angola*¹⁰⁵, do ponto de vista angolano, a presença portuguesa ao longo da história na colónia.

Pode assim concluir-se, partindo da descrição e análise do período final do séc. XIX marcado pela exploração e ocupação do interior africano, pela Conferência de Berlim, e pelas posteriores campanhas de pacificação das quais se destaca a Guerra de África de 1894-95, que o problema africano da descolonização, em parte a influência do arranque da Guerra Colonial, foi algo que se desenhou meio século antes. A participação da Marinha havia sido influente, desenvolvendo-se a coordenação de operações anfíbias entre a Marinha e o Exército. Em termos estratégicos, pode até afirmar-se que a participação da Marinha nas campanhas contra Gungunhana seria semelhante ao que se viria a desencadear na Guerra Colonial.

2.1.3 O caso do Timor-Português

À semelhança da situação africana, também o final do séc. XIX e princípio do séc. XX no Timor-Português foram marcados por várias sublevações nas quais a Marinha, pelo afastamento do território relativamente à metrópole e pela atribuição e constante presença de meios navais, teve um papel preponderante.

Em 1515 deu-se o primeiro contacto português com o oriente de Timor, território que Portugal controlaria como colónia a partir do decorrente séc. XVI.

Durante o séc. XVII, os holandeses iniciam a ocupação do ocidente de Timor, com a conquista de Kupang. Pode afirmar-se que a convivência entre Portugal e Holanda, no território de Timor, é marcada por algumas irregularidades ao longo do tempo, mas, ainda assim, a sua coexistência foi moderadamente pacífica até meados do séc. XIX.

A partir de 1840, torna-se evidente a instabilidade diplomática entre os dois países relativamente ao território, derivada da indefinição de fronteiras e falta de convenções que as determinassem concretamente. Segue-se uma série de negociações, marcadas por uma certa relutância devido à sensibilidade do assunto para as duas

¹⁰⁴ René Pélissier, *História das Campanhas de Angola, Resistência e Revoltas 1845-1941*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986.

¹⁰⁵ Grupo de Trabalho História e Etnologia, *História de Angola*, Porto, Centro de Estudos Angolanos, 1965.



potências colonizadoras, nas quais se assinam diversos tratados com resultados de cariz pouco concreto ou definitivo¹⁰⁶.

Por fim, a 20 de abril de 1859, um último tratado parece efetivamente resolver as negociações e satisfazer os propósitos de cada um dos países. No entanto, tal tratado, admitia a existência de enclaves chefiados por indígenas, ainda que dependentes dos colonizadores europeus, que levantavam alguma instabilidade por não serem sempre concordantes com a delimitação de fronteiras que vigorava, sendo necessárias até aos finais do séc. XIX negociações e cooperação próximas. Associado a tal, surgiram as necessidades de coadjuvação no combate a sublevações e do estabelecimento de acordos, visando limitar a obtenção de armamento, não só por questões de manutenção da paz entre os dois colonizadores mas também tendo em conta o impacto que tal ação tinha nos povos indígenas, com o eventual risco crescente de revoltas e possibilidade de aumento das suas capacidades bélicas¹⁰⁷.

Muito mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, a Holanda é ocupada pela Alemanha Nazi, ficando impossibilitada de defender o seu território colonial no sudeste asiático e Oceânia da ocupação japonesa. Tais acontecimentos culminam com a Proclamação da Independência, por parte da Indonésia, em 1945, reconhecida pela Holanda apenas em 1949. Timor Ocidental é assim integrado como parte do território indonésio.

A oposição à presença colonial portuguesa foi algo que sempre existiu, não só em África, mas também no território do Timor-Português, situação que, no período de transição entre os séc. XIX e XX, se intensificou.

No rescaldo da Conferência de Berlim, são executadas as Campanhas de Pacificação que procuraram reforçar o domínio português na região, nomeadamente no que se refere à proteção dos interesses coloniais e controlo de comerciantes chineses. A comunidade negociante chinesa presente na região e o seu atrito com os povos indígenas, trazia algum desconforto ao domínio português pelas diversas denúncias e acusações feitas de ambas as partes. Posto tal, a situação foi tratada de forma diplomaticamente cautelosa, por Macau ser geograficamente adjacente ao Império

¹⁰⁶ Fernando Augusto de Figueiredo, “Timor. A presença portuguesa (1756-1945)”, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2004, <<https://repositorio-aberto.up.pt/.../N5617TD01PFERNANDOFIGUEIREDO000069005.pdf>>, p. 269-276, acedido a 25 de novembro de 2017.

¹⁰⁷ *Ibid.*, pp. 276-281.



Chinês. Ainda assim, isso trouxe desconforto e desordem entre os indígenas e as autoridades portuguesas¹⁰⁸.

Intensificam-se as insurreições. Desde motins menores e isolados, até à *Revolta de Manufai*, são muitos os registos que provam tais rebeliões contra o domínio português. Aleatórias, relacionadas com o desagrado para com as campanhas de pacificação, criadas pela indefinição fronteiriça e “autonomia” das regiões controladas por chefes indígenas, outras possivelmente motivadas por influências holandesas de Timor Ocidental, algumas de devoção à monarquia e insubordinação à mudança para república e, até, já provocadas por pretensões ideológicas concretas de independência.

Um destes episódios regista-se, durante o verão de 1893, em que o oficial imediato da canhoneira *Diu*, o segundo-tenente Gonçalves Cortez, escreve num dos relatórios de comissão acerca de incidentes e combates travados contra uma pequena sublevação, na região noroeste do território, denominada de *Revolta de Atabai*.¹⁰⁹

Os relatos são claros acerca da existência de ações insurretas, ripostando os rebeldes aos bombardeamentos levados a cabo pela canhoneira que já havia sido alarmada da existência de rebeldes nas ditas povoações.

No entanto, o facto mais curioso de toda a descrição prende-se com a presença da bandeira holandesa hasteada numa das povoações da região que, pela proximidade com o Timor-Holandês poderia eventualmente revelar influência, promovendo o motim, da potencia colonizadora vizinha ou, simplesmente, ser um dos atos de rebelião, provocação e insurreição contra o domínio português na região.

Contudo, a *Revolta do Atabai* não é um caso isolado. Poucos anos depois, durante a sua comissão, a canhoneira *Bengo* reportou também desacatos e movimentações revoltosas contra a autoridade¹¹⁰. Mas, como o seu estatuto de notoriedade indica, o principal episódio de insurreição no Timor-Português decorre já no início do séc. XX – a *Revolta de Manufai* – com a duração de um ano e emprego considerável de meios, comparando com os motins anteriormente descritos.

A *Revolta de Manufai*, também conhecida como *Guerra do Manufai*, durou desde o natal de 1911 até outubro do ano seguinte, sendo desencadeada por Boaventura da Costa Sottomayor, rei de Manufahi conhecido por D. Boaventura, quando este

¹⁰⁸ Fernando Augusto de Figueiredo, “Timor. A presença portuguesa (1756-1945)”, pp. 423-425.

¹⁰⁹ B.C.M. - Arquivo Histórico, Canhoneira *Diu*, Documentação avulsa, 490-3, 1893.

¹¹⁰ B.C.M. - Arquivo Histórico, Canhoneira *Bengo*, Documentação avulsa, 483, 1895.



ordenou a execução do primeiro-tenente Álvares da Silva, comandante militar de Same¹¹¹. Generalizados por todo o oriente do território, nos seguintes dias ocorrem, desordeira e freneticamente, todos os tipos de atos desde roubos, pilhagens, assassinatos e tentativas de tal, ataques a instalações militares etc., prenunciando uma sublevação alargada e não apenas restringida ao episódio de Same¹¹².

Durante o conflito, a participação da Marinha não passou despercebida. Foi ordenada a presença da canhoneira *Pátria* por parte do governador de Macau, como se verifica num dos seus ofícios, datado de 12 de janeiro de 1912.¹¹³

A carente atribuição de unidades navais, apenas uma canhoneira, às colónias de Macau e Timor é, para além da dificuldade e demora das capacidades de comunicação, um entrave na resposta por meio de apoio naval ao combate que havia eclodido. Gago Coutinho, à época capitão-tenente e comandante da canhoneira *Pátria*, atraca em Díli somente no princípio de fevereiro¹¹⁴, comunicando tal acontecimento alguns dias depois.

A canhoneira entra, oficialmente, em operações de guerra registando-se diversas ações, quer por telegramas quer por documentação oficial diária da canhoneira, ao longo de todo o seu período de empenhamento no conflito.¹¹⁵

Com isto, pretendeu provar-se que Timor foi palco de diversas sublevações que, à semelhança das colónias africanas, se intensificaram nos finais do séc. XIX e passagem para o séc. XX. Em Timor, a Marinha assumiu uma preponderância notável e decisiva para o controlo as ações de insurreição sendo, maior parte das vezes, o único meio credível e capaz de responder às situações de crise.

A oposição à presença portuguesa foi algo que, historicamente, se revelou desde sempre. Quer por influência internacional e rivalidade colonial com outras nações, quer por conflitos derivados da administração colonial interna. Desde as campanhas de pacificação em África, à Guerra de África de 1895, revolta do Atabai,

¹¹¹ Graciosa Silva, “Timor Leste – Guerra de Manufahi tornou trabalho obrigatório para todos os timorenses”, Diário de Notícias, 2012, <<http://www.dn.pt/globo/africa/interior/guerra-de-manufahi-tornou-trabalho-obrigatorio-para-todos-os-timorenses-2907119.html>>, acedido em 3 de dezembro de 2016.

¹¹² Fernando Augusto de Figueiredo, “Timor. A presença portuguesa (1756-1945)”, p. 521.

¹¹³ B.C.M. - Arquivo Histórico, Álvaro de Melo Machado, Ofício 157, Macau- Repartição dos Serviços de Marinha, 72, 1912.

¹¹⁴ B.C.M. - Arquivo Histórico, Canhoneira *Pátria*, Gago Coutinho, Carlos Viegas, Registo de Telegramas da Canhoneira *Pátria* 1910-1929, 189, 1912.

¹¹⁵ *Ibid.*



Guerra do Manufai, etc., são muitos os episódios em que se pode verificar esta oposição. A Guerra Colonial portuguesa não é um evento único mas sim, talvez, o resultado dum percurso histórico, político e estratégico nacional e internacional que culmina em 1961 com o desencadear da derradeira guerra nos territórios coloniais portugueses.

2.2 O pós - 2ª Guerra Mundial, as inversões diplomáticas do Estado Novo e a instabilidade no Ultramar (1945 – 1960)

2.2.1 O final da 2ª Guerra Mundial e a entrada na NATO

De 1945 a 1960, Portugal alteraria consideravelmente, e mais do que uma vez, as suas prioridades estratégicas aos níveis nacional e internacional. A fundação das Nações Unidas (NU), o ingresso na *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) como estado-membro e fundador, as alterações constitucionais de 1951, a perspetiva das duas grandes potências mundiais – EUA e URSS - relativamente às nações europeias detentoras de colónias e a reação do Estado Novo perante tal temática foram, entre outros acontecimentos pontuais e independentes, alguns dos eventos marcantes que compuseram o prólogo da Guerra Colonial que culminou, a 15 de março de 1961, com os massacres do norte de Angola que, oficialmente, deram início à guerra.

Terminada a 2ª Guerra Mundial, Portugal e Espanha aproximam-se pela simpatia e semelhança de ambos os regimes liderados, respetivamente, por Salazar e Franco. Estabelecem-se vários acordos dos quais se destaca o acordo de defesa mútua em caso de guerra interna e golpe de Estado num dos países, o chamado Pacto Ibérico. Tal proximidade é ainda, pouco mais tarde e sem sucesso, tentativamente incutida à NATO por Portugal visando incluir o país vizinho nos planos de defesa da organização, ainda que este não fosse estado-membro. Fez também parte dos planos de Salazar tentar alargar a esfera de ação da NATO até África, mais uma vez sem sucesso.¹¹⁶

A própria entrada na NATO, em 1949, é politicamente contraditória. Para Salazar, a sociedade e a política americana, de liberalismo económico, são vistas como marginais e completamente antagonistas da visão conservadora presente, à época, no

¹¹⁶ António José Telo, “Política de defesa: a viragem”, *Guerra Colonial – Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa, Data, Editorial Notícias, 2000, p. 22.



fascismo do Estado Novo substancialmente inspirado em Mussolini.¹¹⁷ No entanto, a aproximação de Portugal aos EUA durante 1944 que precedeu, e de certa forma preveniu, a entrada na NATO esteve associada ao declínio britânico. O enfraquecimento de Inglaterra, durante a guerra, significava um decréscimo, futuramente, do apoio estratégico resultante da aliança secular que concedia uma certa segurança aos territórios coloniais portugueses devido à compatibilidade de interesses de ambas as nações. Sendo assim, tal como noutros tempos aconteceu com a aliança anglo-portuguesa, Portugal procuraria aliar-se à nova potência marítima do atlântico – os EUA – que já havia demonstrado permissividade política relativamente às colónias, algo que duraria até meados de 1959. Para esse fim, Portugal servir-se-ia dos Açores, posto avançado dos EUA desde 1941 que fortaleceu a sua presença atlântica durante a guerra, e que agora seria uma posição de interesse dada a competição com a URSS. Para além de tudo isto, a NATO era compatível com o acordo luso-espanhol, o que criou condições suficientes para que o desfecho de entrada na organização se concretizasse.¹¹⁸

2.2.2 Novo paradigma colonial: Revisão Constitucional de 1951, a Lei Orgânica do Ultramar de 1953

Em 1951 procede-se a uma revisão da Constituição de 1933, em que se insere um novo Ato Colonial mas, antes disso, recue-se para a promulgação do primeiro Ato Colonial a 8 de julho de 1930: documento nacionalista, defensor da conceção de império colonial e combatente da contestação internacional vigente, resultante da pressão exercida pela Sociedade das Nações e pela Organização Internacional de Trabalho para que o trabalho forçado terminasse nas colónias portuguesas. O enquadramento de tal legislação é importante para compreender as reformas da revisão constitucional de 1951 e a mudança de política colonial que lhe sucede. O Ato Colonial procurava uma situação de compromisso, evocando uma centralização do poder no Estado ao conferir capacidade administrativa apenas aos representantes diretos do Ministério das Colónias¹¹⁹, como é o caso dos governadores designados para cada uma das colónias, ao mesmo tempo que lhes concedia alguma autonomia financeira

¹¹⁷ José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991, pp. 20-25.

¹¹⁸ *Ibid.*, pp. 29-32.

¹¹⁹ República Portuguesa, Ministério das Colónias, DL 18:570, III – *Do regime político e administrativo*, 8 de julho de 1930.



mediante fiscalização da metrópole. Esta conceção seria alterada em 1953, na Lei Orgânica do Ultramar Português.¹²⁰

Eis que, em 1951, com a revisão constitucional, é radicalmente alterada a posição política portuguesa relativamente às suas colónias. As “colónias” passam a denominar-se “províncias ultramarinas”, o “Império Colonial” é rebatizado passando agora a vigorar, no léxico corrente, a palavra “Ultramar”. Definia-se assim uma nova perceção do império português, motivada pela independência dos domínios holandeses do Índico ou pela Guerra da Indochina e consequente enfraquecimento político das nações colonizadoras. Associavam-se agora os conceitos de unidade e pluricontinentalidade como método repressor dos movimentos libertadores que começavam a surgir em África na presente década. A partir deste momento, e até ao fim da Guerra Colonial, o Estado Novo defende tal paradigma de união ultramarina, representando o seu império uma nação única que se dispersa de Lisboa até África, sendo reto face à pressão internacional e recusando-se a negociar qualquer conceção adversa à que havia sido idealizada.¹²¹

2.2.3 O apoio americano e a reestruturação da defesa

Embora o conceito da NATO não fosse, ideologicamente, compatível com as colónias dos países europeus, existiu alguma permissividade para com tal facto. Assim, ao nível dos EUA, não se verificou envolvimento ativo na defesa dos impérios coloniais europeus mas existiu, até ao final da década de 50, tolerância e apoio indireto. Esta tolerância e apoio poderão ser justificados pela Guerra Fria, em que a manutenção da influência ocidental nas colónias significaria uma vantagem americana relativamente à URSS e, esse aspeto, seria algo que os EUA não poderiam negligenciar ainda que as colónias não fossem a sua preferência ao nível de política externa.¹²²

Relativamente a Portugal, o apoio americano chega em 1951 renovando a tecnologia e reestruturando a organização militar, através do acordo de defesa provocado pela NATO, que transformou as Forças Armadas portuguesas. No enalço de

¹²⁰ Porto Editora, “Ato Colonial de 1930”, *Artigos de apoio Infopédia*, 2003, <[https://www.infopedia.pt/\\$ato-colonial-1930](https://www.infopedia.pt/$ato-colonial-1930)>, acedido em 1 de fevereiro de 2017.

¹²¹ Fernando Rosas, “A lenta agonia do salazarismo”, *História de Portugal, O Estado Novo (1926-1974)*, edição nº 2410, Vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 516.

¹²² António José Telo, “Política de defesa: a viragem”, p. 22.



tal apoio, as principais mudanças surgem ao nível estrutural e de mentalidade de comando. Cria-se o Ministério da Defesa, reduzindo a autonomia militar e articulando-a com o poder político. A Força Aérea também surge neste período. Em 1952, o ramo recém-criado recebe, ao abrigo da NATO, uma grande quantidade de meios americanos fazendo de Portugal umas das nações mais bem apetrechadas.

De entre os meios cedidos, enumeram-se os *Republic F-47 Thunderbolt*, *Republic F-48 Thunderjet*, os *Lockheed T-33*, entre outros. Esta aquisição de meios fortalece assim, indiretamente, a preponderância da Força Aérea face à Marinha e Exército. Abandona-se a estratégia de concentração de meios em massa na metrópole que visava uma intervenção peninsular e baseada nos teatros de operações europeus, e procura-se dispersar as forças pelas capitais ultramarinas fortalecendo as capacidades militares ultramarinas para uma eventual situação de conflito. Por fim, anexada à renovação da estrutura militar influenciado pelo apoio americano, ascende rapidamente uma nova geração de oficiais inspirada pela doutrina americana, com formação superior e com ambições de mudança relativamente ao imobilismo estratégico e ideológico do Estado Novo.¹²³

O apoio americano foi sempre visto, por Salazar, como algo politicamente negativo. O próprio Plano Marshall¹²⁴ constituiu, para além de residual, uma importância decrescente ao longo do tempo, ao qual o Estado Novo mostrou sempre uma postura desinteressada face aos seus benefícios. Isto, em conjunto com a desarmonia política dos recém-formados oficiais da “geração NATO”, inquieta Salazar que patenteia as consequências da influência americana, politicamente antagonista dos seus ideais, como negativas.¹²⁵

2.2.4 Instabilidade no Ultramar, os movimentos independentistas e a precaução portuguesa

A instabilidade no Ultramar, durante os anos 50, não foi algo isolado às colónias portuguesas pois surgiam diversos movimentos independentistas afro-asiáticos, muitos resultantes da 2ª Guerra Mundial. A maior parte destes movimentos foi

¹²³ António José Telo, “Política de defesa: a viragem”, pp. 22-23.

¹²⁴ Oficialmente designado de Plano de Recuperação Europeia, foi uma programa de recapitalização, levado a cabo pelos EUA, com o objetivo de reconstruir os países europeus nos anos que sucederam à 2ª Guerra Mundial.

¹²⁵ José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*, p. 34.



maioritariamente influenciada e apoiada pela URSS, sob benevolência americana, o que aumentava a preponderância política do bloco de leste.¹²⁶

A Indonésia havia conquistado a independência, reconhecida pela Holanda em 1949. Na Indochina, atuais Camboja, Laos e Vietname, começa em 1947 uma guerra de guerrilha que opôs a potência administrante, França, ao Vietminh, movimento revolucionário que visava a independência vietnamita e que havia combatido pelo mesmo método a ocupação japonesa na 2ª Guerra Mundial. A guerra na Indochina terminaria em 1954 com a derrota francesa e independência vietnamita. No mesmo ano e na Argélia, outra colónia francesa, iniciava-se a guerra pela independência, também ela nos mesmos moldes subversivos e de guerrilha, que duraria até 1962 com nova derrota francesa.

Nas colónias portuguesas emergiam os sinais da instabilidade colonial que assolava todo o mundo e, o Estado Novo, investindo nas relações internacionais, procura estabelecer as suas ligações com os novos países desta “frente” afro-asiática, através de diversas visitas oficiais, mantendo ainda o apoio ocidental face à sua política colonial.¹²⁷ Surgiam as pretensões da União Indiana sobre Goa, Damão e Diu às quais Salazar mostrou-se negocialmente intransigente relativamente à soberania portuguesa nos territórios. Em todos os territórios de África são reprimidos diversos tumultos e sublevações ao longo da década e, a partir de 1954, criam-se os movimentos independentistas que mais tarde dão origem à União das Populações do Norte de Angola (UPNA), mais tarde União das Populações de Angola (UPA) e, durante a guerra, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em Angola, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na Guiné, e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), com menor preponderância que o anterior, em Moçambique.¹²⁸

Simultaneamente, de 18 a 24 de abril de 1955, dá-se a Conferência de Bandung. Defendem-se a autodeterminação, independência e liberdade política de todos os estados e o movimento independentista afro-asiático adquire maior preponderância política a nível internacional. Também a URSS tira partido da cena internacional

¹²⁶ Fernando Rosas, “A lenta agonia do salazarismo”, p. 514.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 517.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 515.



virando-se para África e procurando influenciar os movimentos de libertação africanos para os ideais comunistas, conferindo-lhes apoio, à medida que os EUA se mantêm neutros.¹²⁹ Torna-se evidente que a luta pela independência africana iria alastrar-se, mais tarde ou mais cedo, ao Ultramar Português.¹³⁰

Já se denotava, anteriormente, na mudança de paradigma estratégico de concentração de forças peninsulares para forças dispersas pelas capitais das províncias ultramarinas, que existia uma preocupação emergente com uma eventual situação de crise no Ultramar, resultante do alastramento dos movimentos independentistas.¹³¹ No entanto, com o cenário a agravar-se, a partir de 1957, torna-se evidente o investimento de Portugal. São enviados oficiais para cursos de contra-guerrilha, na Bélgica, Espanha e Argélia, visando a precaução e aquisição doutrinária acerca de tal tipo de guerra, recorrentemente aplicado pelos movimentos independentistas coloniais. Ao mesmo tempo, o apoio militar americano reduz, refletindo-se no decrescente número de oficiais que estes possibilitam participar nas suas formações no âmbito da NATO.¹³²

Mas em agosto de 1959, no Conselho Superior de Defesa Nacional, Salazar e Botelho Moniz, então Ministro da Defesa, tornam oficial a redefinição estratégica portuguesa claramente virada para a preparação duma guerra de características subversivas. Ao nível das relações com Espanha notar-se-ia a partir daí um decréscimo de interesse enquanto que, relativamente à NATO, o Estado Novo passa a procurar honrar apenas os acordos existentes evitando novos compromissos.¹³³

No Ultramar, a orgânica militar vigente nas províncias é remodelada procurando adequá-la à guerra subversiva. Angola, Guiné e Moçambique são, a partir deste momento, a principal prioridade estratégica portuguesa no que à defesa diz respeito.¹³⁴

2.2.5 A queda do apoio americano, o artigo 73º e a XV Assembleia Geral da ONU

¹²⁹ Hermes de Araújo Oliveira, “Subversão em África”, *Revista Militar*, julho, 1963, p. 9.

¹³⁰ Porto Editora, “Conferência de Bandung”, *Artigos de apoio Infopédia*, 2003, <[https://www.infopedia.pt/\\$conferencia-de-bandung](https://www.infopedia.pt/$conferencia-de-bandung)>, acedido em 16 de fevereiro de 2017.

¹³¹ Ver Anexo B, Figuras 1 e 2.

¹³² António José Telo, “A mudança: 1959”, *Guerra Colonial – Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa, Data, Editorial Notícias, 2000, p. 26.

¹³³ *Ibid.*, p. 27.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 27.



O decréscimo do apoio americano, já sentido na redução de vagas para formações de oficiais, é notado também na facilitação de meios. Em 1957 criam-se os comandos navais de Moçambique e Angola, estacionando permanentemente forças navais nas duas províncias e criam-se mais tarde, em 1961, os fuzileiros para intervenções anfíbias. Após inspeções militares levadas a cabo em 1958 às colónias africanas, conclui-se que uma outra carência consistia na fraca capacidade aérea existente. Era necessário criar condições de transporte e mobilidade aéreas que assegurassem a deslocação rápida das forças em situação de crise. Para tal é requerido, aos EUA, o fornecimento de aeronaves como o *C-130 Hércules* ou o helicóptero *Bell UH-1 Iroquois*, ao abrigo dos compromissos da NATO, dado que os meios de origem europeia, para além de mais caros, não detinham a qualidade pretendida. Estas solicitações são prontamente rejeitadas sob o argumento de que os EUA, embora permanecessem complacentes, não apoiavam guerras coloniais. Esta restrição de apoio por parte dos EUA dificulta a preparação para a guerra e torna-se, mais tarde, influente nos princípios da mesma, obrigando a Marinha e a Força Aérea a improvisar meios e metodologias que sirvam os desesperos imediatos.¹³⁵

Antes disto, em 1955, Portugal torna-se oficialmente membro das Nações Unidas. Um ano mais tarde, ao abrigo do artigo 73º da Carta das NU¹³⁶, é interrogado acerca da administração de “territórios não autónomos”.

O artigo 73º da Carta das NU estabelece as responsabilidades em que determinada nação incorre para a administração de territórios não autónomos, isto é, como especifica o documento, “territórios cujos povos ainda não se governem a si mesmos”. Assim, tal interrogação, procurou sinonimizar “territórios não autónomos” com “colónias” pelas circunstâncias políticas internacionais que se viviam, de momento, pela ascensão do movimento afro-asiático, influência e apoio da URSS relativamente à independência e revolução comunista de, agora, ex-colónias e a complacência americana apenas apoiando indiretamente as potências colonizadoras europeias.

Salazar já havia antecipado tal interrogação por parte das NU. A revisão de 1951 e a nova nomenclatura de “províncias ultramarinas” permitiram a Salazar

¹³⁵ António José Telo, “Política de Defesa: A viragem”, p. 25.

¹³⁶ Organização das Nações Unidas, *Carta das Nações Unidas (1945)*, <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>>, acedido em 18 de fevereiro de 2017.



responder, com toda a clareza, negativamente. Tal negação despoletaria uma agravante contestação do bloco afro-asiático, pós-Bandung, relativamente à política colonial portuguesa ou, por outras palavras, ultramarina. No entanto, a decorrente benevolência americana face à questão colonial demonstrar-se-ia, neste episódio, preponderante para que a pressão internacional fosse sustida.¹³⁷

Já a 15 de dezembro 1960, na XV Assembleia Geral da ONU, as colónias e os “territórios não autónomos” são sinonimizados. Negar o direito à autodeterminação e independência tornam-se, para as NU, uma “ameaça para a paz”. Tal resolução aliada à eleição de Kennedy nos EUA, à sua política anticolonialista e às abstenções americana e britânica relativamente às resoluções decisivas para o estado português, acendiam assim o rastilho que explodiria, em 1961, o barril de pólvora nas províncias ultramarinas.¹³⁸

2.3 O prólogo da guerra colonial portuguesa (1960-61)

2.3.1 A independência do Congo-Leopoldville e a reviravolta na ONU

O Congo Belga, atual República Democrática do Congo e anterior Zaire, foi palco, durante 1959, de várias manifestações e sublevações sangrentas que culminaram, em 1960, com a ponderação de concessão de independência por parte da Bélgica. Negociando os termos com os dirigentes nacionalistas e independentistas congolezes, a 30 de junho de 1960, é concedida a independência ao novo Congo-Leopoldville, ou República do Congo, precedida por eleições e transição legislativa através da criação duma Constituição provisória.¹³⁹

A surpreendente cedência belga quando, aparentemente, a sua colónia não se encontrava, descontroladamente, ameaçada pelo espectro independentista que assolava África na viragem da década foi motivada por mais do que a simples pressão popular congoleza. A população nativa, à época, possuía reduzidos quadros militares e administrativos. Também o número de indivíduos com nível de escolaridade universitário, constituía, para todo o país, um número próximo da primeira dezena. Esta conjectura era uma consequência direta da política belga, que pretendia orientar a

¹³⁷ José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*, pp. 38-39.

¹³⁸ Fernando Rosas, “A lenta agonia do salazarismo”, pp. 517-518.

¹³⁹ Dalila Cabrita Mateus, Álvaro Mateus, *Angola 61 – Guerra Colonial, Causas e consequências*, 2ª edição, Lisboa, Texto Editores, 2011, p. 22.



escolaridade para a formação profissional e nunca para o ensino universitário porque tal nível, a seu ver, seria conceder conhecimento e direitos políticos propício à agitação social. Desta forma, o novo Congo-Leopoldville, incapacitado de se governar, seria dependente da Bélgica. Instalaram-se a revolta e anarquia, procurando a africanização dos quadros militares e o afastamento da soberania belga disfarçada de independência amigável e progressiva.¹⁴⁰

O ex-Congo Belga, território fronteiriço do norte, tinha feito chegar a instabilidade colonial e os murmúrios de independência às portas de Angola. A independência que agora abria mão à violenta e sangrenta anarquia moderada pelos dois principais blocos da Guerra Fria – EUA e URSS – destabilizava Angola e seria, brevemente, a base territorial para a organização e intervenção de um dos principais movimentos de libertação angolanos.¹⁴¹

No entanto, embora a manifesta proximidade relativamente a Angola seja um fator de destaque para a independência do Congo-Leopoldville no que toca à destabilização da colónia portuguesa, este não era um exemplo singular e isolado. No período de 1959 a 1961 tornaram-se independentes 24 estados no continente africano, alguns nos mesmos moldes que o Congo-Leopoldville, sendo este o sinal claro da mudança global que se vivia e que ficava clara na Nações Unidas. Num total de 119 países, o continente africano representava 35, o maior número de representantes na Assembleia-Geral das NU, seguido da Europa com 32, 27 representantes asiáticos, 23 americanos e 2 da Oceânia. O movimento afro-asiático que ascendia desde a década de 50 representava agora a maioria absoluta da Assembleia-Geral das NU, algo que seria inegavelmente influente para os tempos que sucederiam.¹⁴²

E, assim, a 14 e 15 de dezembro de 1960 são aprovadas, correspondentemente, as Resoluções 1514 (XV) – a *Declaração Anticolonialista* – e 1541 (XV) – o *Relatório dos Seis* – que representavam a influência afro-asiática na nova Assembleia-Geral das NU. A última resolução, elaborada por três potências administrantes – EUA, Reino Unido e Holanda – e por três não administrantes – Marrocos, México e Índia –, redefinia o conceito de “territórios não-autónomos”, equiparando-os às colónias, definia as condições de prestação de informações sobre tais territórios, o que já havia sido

¹⁴⁰ Dalila Cabrita Mateus, Álvaro Mateus, *Angola 61 – Guerra Colonial, Causas e consequências*, p. 23.

¹⁴¹ José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*, p. 42.

¹⁴² Dalila Cabrita Mateus, Álvaro Mateus, *Angola 61 – Guerra Colonial, Causas e consequências*, p. 19.



exigido de Portugal em 1956, e define ainda as conjunturas em que se deverá proceder à progressiva independência e situação de governo-próprio. Por fim, no que diretamente diz respeito a Portugal, foi aprovada a Resolução 1542 (XV) que considerou, para a Assembleia-Geral, as colónias portuguesas como território não-autónomos, exigindo explicações portuguesas à luz do art. 73º e que seria o resumo do relacionamento português com as NU até ao final da Guerra Colonial.¹⁴³

Em todas as resoluções, Espanha mantém-se ao lado de Portugal, votando contra todas as resoluções enquanto que os EUA e o Reino Unido se abstêm, ao mesmo tempo que o grosso das nações afro-asiáticas se unem contra o colonialismo e, no fim, contra Portugal.

2.3.2 Preâmbulo da guerra – da eleição de Kennedy ao 4 de fevereiro

Após o, para Portugal, desastroso desfecho da XV Assembleia-Geral das NU, John F. Kennedy, eleito em novembro de 1960, toma posse como 35º Presidente dos EUA a 20 de janeiro de 1961. A opinião de Kennedy relativamente às colónias era, desde senador, de crítica. Fora, desde 1957, contestatário da benevolência de Eisenhower, seu antecessor como presidente, relativamente ao colonialismo europeu em África.¹⁴⁴

Agora, como presidente, torna a independência das colónias africanas um dos principais pilares da sua política externa e, Angola, estaria no centro das atenções no que à política africana diz respeito pelos acontecimentos que se sucederiam. Portugal não poderia, com certeza, contar com apoio americano.¹⁴⁵

Entretanto, também durante o mês de janeiro e no rescaldo da independência do Congo Belga, o princípio do caos começa por instalar-se na Baixa do Cassange. Verificam-se manifestações grevistas por parte de negros nas plantações de algodão e são queimadas pontes, missões católicas, casas e estabelecimentos de brancos enquanto se protesta pela independência de Angola. À revolta motivada pela UPA, as forças armadas portuguesas respondem, empregando aeronaves que lançam bombas incendiárias de napalm e companhias de caçadores especiais controlando a sublevação

¹⁴³ Josef Sanchez Cervelló, “Portugal e a ONU: Caso Angola”, *Guerra Colonial – Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa, Data, Editorial Notícias, 2000, p. 49.

¹⁴⁴ José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*, pp. 41-42.

¹⁴⁵ Josef Sanchez Cervelló, “Portugal e a ONU: Caso Angola”, p. 49.



mas, na metrópole, o evento que ficaria conhecido como a Guerra de Maria, é ocultado da opinião pública.¹⁴⁶

O princípio de 1961 já se assinalava crítico, mas a situação piorou quando a 22 de janeiro um grupo do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), movimento revolucionário adverso aos regimes de Salazar e Franco comandado pelo Capitão Henrique Galvão, toma, no mar das Caraíbas, o paquete transatlântico português *Santa Maria*. A “Operação Dulcineia”, como seria denominada pelo DRIL, pretendia desencadear uma insurreição contra os regimes ibéricos. Galvão planeava, fantasiosamente, atracar no Norte de Angola e aí estabelecer um governo provisório, algo que amedrontava o Estado Novo pela possibilidade de tal ser reconhecido e legitimado pelas NU. Tal desconfiança era motivada pela falta de apoio internacional.¹⁴⁷

Inicialmente classificado como “ato de pirataria” pelo Estado Novo, o caso do *Santa Maria* desencadeia a reação dos EUA e Reino Unido, que iniciam as buscas para capturar o navio. Mas, a 24 de janeiro, Galvão revela o propósito anti-salazarista da sua operação e a ligação ao General Humberto Delgado. Perante isso, Londres cancela as buscas e a França e Holanda, que haviam sido solicitados, decidem abster-se e ignorar a situação. Entretanto Galvão, visando desembarcar os feridos do assalto, decide alterar a sua rota e acaba por ser detetado pela marinha norte-americana que, aquando da interceção e suposta captura, negociam e protegem Galvão possibilitando a sua chegada ao Brasil, onde recebe asilo político.¹⁴⁸

Em Luanda, encontravam-se ainda vários jornalistas que se haviam deslocado para cobrir a eventual chegada do *Santa Maria*, quando na madrugada de 4 de fevereiro se desencadeia o primeiro dos grandes ataques que precederiam a guerra.¹⁴⁹

Cerca de 200 negros, armados com catanas e caçadeiras, efetuam um ataque em Luanda. Primeiro, montam uma emboscada a uma das patrulhas da Polícia Móvel assassinando os quatro ocupantes. Seguidamente, tentam tomar a Casa da Reclusão Militar com o objetivo de libertar presos políticos que, no fim de contas, nem se encontravam no estabelecimento. Simultaneamente são atacados, noutros pontos da cidade, estabelecimentos da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e da Polícia de Segurança Pública (PSP) onde, supostamente, existiram mais reclusos e dá-se

¹⁴⁶ José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 11.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 14-15.

¹⁴⁸ Fernando Rosas, “A lenta agonia do salazarismo”, pp. 532-533.

¹⁴⁹ *Ibid.*



uma tentativa de ocupação da emissora de rádio estatal, a *Emissora Oficial de Angola*. Nos confrontos, morrem seis polícias, um militar do exército e cerca de quarenta revoltosos. Nos dias que sucederam o 4 de fevereiro, continuou o derramamento de sangue, desta vez por milícias “brancas” que procuram vingança levando a cabo uma autêntica “caça ao homem” nos muceques¹⁵⁰ de Luanda.¹⁵¹

O MPLA, ainda que na realidade tenha tido pouca influência nos eventos, reivindicou o ataque de 4 de fevereiro descrevendo-o como algo planeado e que dava início à sua luta armada contra a soberania portuguesa em Angola.¹⁵² No entanto, para além desta reivindicação, existem mais versões que tentam explicar os eventos de 4 de fevereiro: a versão colonialista, que justifica os ataques como parte duma conspiração internacional que visava a agitação nas colónias portuguesas e que estaria relacionada com o assalto ao *Santa Maria*; a versão de que o cônego Manuel das Neves seria o mentor do ataque; a versão de Holden Roberto, que reivindica o ataque como plano da UPA sob orientação de Manuel das Neves; e, por fim, a versão de Manuel Pedro Pacavira, que defende, igualmente, a ligação dos eventos ao MPLA.¹⁵³

Ainda que não seja possível determinar com exatidão qual terá sido, efetivamente, o movimento que desencadeou o 4 de fevereiro é possível, através dos depoimentos d’alguns dos intervenientes relacioná-lo, maioritariamente com a UPA. Holden Roberto, nas vésperas de fevereiro e após o assalto ao *Santa Maria*, assume ter recebido uma proposta por parte de Gil Clemente, um suposto socialista e antagonista do Estado Novo, que solicitava a participação da UPA num movimento político à chegada do *Santa Maria*, visando atrair as atenções da comunicação social que se encontrava, na altura, em Luanda. No seguimento de tal revelação, Holden Roberto assume ainda que desconfiou de tal proposta, pois receava uma eventual ligação do indivíduo à PIDE, pelo que tal coisa poderia comprometer a já existente intenção da

¹⁵⁰ Termo utilizado durante o período do Ultramar para designar os bairros africanos dos subúrbios de Luanda.

¹⁵¹ José Brandão, *Cronologia da Guerra Colonial Angola – Guiné - Moçambique*, Lisboa, Editora Prefácio, 2008, p. 11.

¹⁵² Fernando Martins, “Angola, 1961: como os independentistas prepararam a guerra”, 2014, *Observador*, <<http://observador.pt/especiais/angola-1961-como-os-independentistas-prepararam-guerra/>>, acedido em 1 de março de 2017.

¹⁵³ Dalila Cabrita Mateus, Álvaro Mateus, *Angola 61 – Guerra Colonial, Causas e consequências*, pp. 74-90.



UPA em realizar tal movimento e que estaria a ser orientada, em Luanda, por Manuel das Neves.¹⁵⁴

José Mapoyokele, membro da UPA, descreve que no 4 de fevereiro participaram ativistas de ambos os movimentos, UPA e MPLA, e até independentes que se manifestaram solidários com o movimento. Silva Tavares, governador-geral de Angola em 1961, relembra que nem todos os negros eram solidários para com os ataques referindo que houve até populares que, nos morticínios consequentes do 4 de fevereiro, lhe pediram que prendessem os seus filhos para que estes não fossem recrutados pela UPA. Relembra ainda que, nos dias que se seguiram, manteve sempre uma postura adversa para com as milícias brancas que “caçavam” negros nos muceques, ameaçando que quem procurasse justiça pelas próprias mãos seria judicialmente penalizado.¹⁵⁵

Independentemente de quem o havia organizado e dos argumentos que o pudessem ter motivado, uma coisa era certa, o 4 de fevereiro tinha aberto um clima de desconfiança entre brancos e negros e tinha sido o ponto de partida para que o Ultramar ficasse às portas dum conflito armado mais sério. O pânico havia-se instalado de ambos os lados e o prelúdio de guerra, para além de lançado, seria consumado a 15 de março.

2.3.3 15 de março, o dia do massacre da UPA

Até ao final do mês de fevereiro, Portugal emprega meios aéreos e companhias de Caçadores Especiais do Exército de forma a controlar as sublevações irregulares que se haviam criado após os eventos do 4 de fevereiro. Dele resultaram os assaltos aos muceques por milícias brancas que registam, nos confrontos com negros, números de massacrados na ordem das centenas. Decorrente da atuação portuguesa em Angola, a Libéria solicita a 20 de fevereiro uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU condenando os acontecimentos, a qual é criticada por Portugal. O Conselho de Segurança viria mesmo a reunir-se no período de 10 a 15 do mês seguinte.¹⁵⁶

No Conselho de Segurança, após as abstenções da França e Reino Unido, a moção da Libéria é rejeitada a 15 de março. No entanto, os EUA votam, pela primeira

¹⁵⁴ Joaquim Furtado, *A Guerra*, série I, episódio 1, Portugal, RTP, 2007 (série televisiva).

¹⁵⁵ *Ibid.*

¹⁵⁶ José Brandão, *Cronologia da Guerra Colonial Angola – Guiné - Moçambique*, pp. 12-13.



vez e conjuntamente com a URSS, contra Portugal naquilo que seria uma amostra clara da nova política americana de Kennedy.¹⁵⁷

No mesmo dia, inicia-se o massacre organizado pela UPA.¹⁵⁸ A sublevação composta por um grupo de bacongos¹⁵⁹ que, empunhando catanas e outras armas improvisadas, a partir do Congo-Leopoldville, transformava o norte de Angola numa carnificina, sendo imparáveis pela crença de imunidade face às balas disparadas por brancos. Entre as vítimas dos assassinios em massa estavam brancos, mesmo mulheres e crianças, e até negros que não seriam cooperantes para com o movimento. Do massacre documentam-se violações em massa, centenas de cadáveres mutilados e queimados, povoações saqueadas e destruídas naquilo que foi um evento marcado pela brutalidade e pelo sangue.¹⁶⁰

São diversas as fontes e a diversidade de números de mortos. Segundo René Pélissier, estima-se que tenham morrido até 300 portugueses europeus, excluindo os números de mestiços e revoltosos. Mas outras fontes, portuguesas e angolanas, citam números na ordem dos 800 a 1200 portugueses europeus e de africanos numa dimensão cerca de cinco vezes superior.¹⁶¹

O massacre de 15 de março, embora detentor evidente de características caóticas e frenéticas que levam a pensar o contrário, não foi uma surpresa total pois diversas entidades políticas, militares e civis previram que um evento de tal magnitude pudesse acontecer em Angola.

Os militares portugueses defendiam, desde o final da década de 50, que deveriam ser feitas reformas no dispositivo operacional das forças armadas que reforçasse o Ultramar e que fosse capaz de responder à guerra de características subversivas. Algo que até, da melhor ou da pior maneira, Salazar procurou fazer nas inversões diplomáticas que estabeleceram o Ultramar como prioridade. A independência do Congo-Leopoldville foi outro fator que foi evocado pelos militares, que defenderam um aumento da vigilância no norte de Angola, junto à fronteira, acrescentando ainda a necessidade de melhorar os acessos às regiões de Carmona e São

¹⁵⁷ José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, p. 17.

¹⁵⁸ Ver Anexo C, Fotografias 1 a 4.

¹⁵⁹ Membros do grupo étnico, ou tribo, Bakongo. São o terceiro maior grupo étnico de Angola e, durante o período da Guerra Colonial, presentavam a maioria dos ativistas da UPA e, mais tarde, do FNLA.

¹⁶⁰ José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, p. 17.

¹⁶¹ Dalila Cabrita Mateus, Álvaro Mateus, *Angola 61 – Guerra Colonial, Causas e consequências*, p. 129.



Salvador que eram já referenciadas pelos seus antecedentes de sublevações. Mas, mais flagrante que toda a conjuntura apresentada, seria a informação americana concedida por um dos adidos da Embaixada dos EUA em Lisboa ao coronel Viana de Lemos, de que a UPA estaria a planear tumultos que chamassem a atenção da ONU no período correspondente à reunião do Conselho de Segurança. A agitação seria lançada no norte, a partir do Congo-Leopoldville. Viana de Lemos transmitiu a informação a Botelho Moniz que enviaria um telegrama a comunicar o sucedido ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), general Beleza Ferraz, que se encontrava em Angola, mas que nunca chegaria a receber tal telegrama.¹⁶²

A PIDE, desde os finais de 1960, que reportava intensificações nas atividades da UPA. Chegam mesmo, à polícia política, informações diretamente associadas ao 15 de março através de avisos clandestinos de populares negros a informadores da PIDE sobre os perigos que se avizinhavam para a semana de 13 de março, mencionando concretamente que seriam tomadas pela UPA ações insurretas em povoações do norte de Angola. Para além das informações da PIDE, os próprios colonos estariam a precaver-se para eventuais desacetos. Durante o ano de 1960, havia sido importada uma quantidade de armas seis vezes superior à do ano anterior, fruto da crescente subversão que se vivia em Angola em tal período e que se intensificara nos primeiros meses de 1961.¹⁶³

O próprio jogo político entre Portugal e EUA, nas vésperas do massacre, esteve interligado com os acontecimentos. A 6 de março, Charles Elbrick, embaixador dos EUA em Lisboa, transmite a Botelho Moniz e, seguidamente a Salazar, em nome de Kennedy, que o Estado Novo deveria alterar a sua posição política relativamente ao Ultramar, passando a caminhar na direção da descolonização e independência dos seus territórios. Salazar responde negativamente a tal solicitação, em vésperas do Conselho de Segurança e tal posição culmina com a votação dos EUA contra Portugal.¹⁶⁴

Os próprios EUA previam o “15 de março”¹⁶⁵ e tal previsão estava, para além de relacionada com o panorama do pós 4 de fevereiro e intensificação de atividades subversivas da UPA no norte de Angola, associada ao apoio que estes conferiam ao

¹⁶² Dalila Cabrita Mateus, Álvaro Mateus, *Angola 61 – Guerra Colonial, Causas e consequências*, p. 117-119.

¹⁶³ *Ibid.*, pp. 119-120.

¹⁶⁴ José Brandão, *Cronologia da Guerra Colonial Angola – Guiné - Moçambique*, p. 13.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 13.



movimento de libertação angolano. A posição dos EUA relativamente a Angola, o seu relacionamento diplomático com a UPA de Holden Roberto, conjuntamente com o contexto de reunião do Conselho de Segurança e com os avisos e evidências de que se avizinhava uma revolta de grande escala, constituía em si mais um presságio que profetizava o “15 de março”.

Angola não estava preparada, independentemente das advertências, para responder militarmente a uma insurreição de tais dimensões. A própria época sazonal, de chuvas torrenciais, em que se inseriu o evento fora planeada pela UPA porque tais condições dificultariam a mobilidade dos meios motorizados do exército colonial português retardando e limitando assim a sua capacidade de resposta.¹⁶⁶ No entanto, a capacidade de resposta da resistência portuguesa havia sido menosprezada. Os ativistas da UPA tiveram pela frente uma comunidade europeia nascida e fortemente enraizada em África, sem qualquer ligação à metrópole. Essa situação motivou a formação imediata de milícias que resistiram ao movimento bacongo atenuando os seus efeitos.¹⁶⁷

O “15 de março”, tal como o “4 de fevereiro”, apesar do seu terror e barbaridade visual, não teve como objetivo declarado iniciar a guerra que duraria 13 anos, a partir de 1961. Ambos os ataques haviam sido irregulares e débeis do ponto de vista logístico, quer pelo armamento rudimentar quer pela desorganização dos movimentos. No entanto, a projeção internacional que ambos os eventos tiveram, conjuntamente com a resposta portuguesa e reforço militar nos territórios ultramarinos, empurraram a UPA e o MPLA para a guerra. Caso a oportunidade não tivesse sido aproveitada e perpetuada para o conflito armado que se verificaria nos anos seguintes, seria provável que Portugal controlasse a situação e que a adiasse por mais tempo reduzindo assim a gravidade das consequências das sublevações futuras.¹⁶⁸

Mas, independentemente das motivações dos movimentos independentistas, dos jogos políticos da comunidade internacional e da previsão e preparação de Portugal para a guerra, ela havia começado. E, tal como nos anteriores conflitos de descolonização de outras potências colonizadoras europeias, a guerra iria ser de características subversivas e guerrilheira.

¹⁶⁶ José Brandão, *Cronologia da Guerra Colonial Angola – Guiné - Moçambique*, p. 14.

¹⁶⁷ José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*, (p. 190).

¹⁶⁸ Fernando Martins, “Angola, 1961: como os independentistas prepararam a guerra”.



3. A Marinha na guerra de contra-subversão em África: 1961-1974

3.1 O papel da marinha na guerra subversiva

3.1.1 A importância da componente naval na guerra de contra-subversão

O papel da Marinha na Guerra Colonial foi deveras fundamental devido às características subversivas do conflito, que exigiram adaptações de meios e de doutrina por parte da Armada.

As responsabilidades das forças navais foram além das exigências clássicas típicas dum cenário de guerra total, convencional, de oposição entre duas forças organizadas. Desta vez o papel da Marinha seria mais versátil, mais íntimo e, nomeadamente, mais próximo da população civil. Para além disso, na guerra subversiva, os resultados não são flagrantemente visíveis. Muitas vezes o sucesso surge na forma da manutenção da paz, da segurança de determinado local ou via de comunicação pela presença e pela patrulha e não pelos resultados claros duma batalha. Esta característica é claramente desmotivadora e apresenta-se como uma dificuldade psicológica para os militares que combatem neste tipo de conflito. Esta exigência da guerra de contra-subversão, centrada na ação psicológica, amplia consigo a necessidade de responsabilidades e esforços redobrados para os militares, tendo sido esta a situação para que a Marinha se teve de predispor.

Neste contexto, podem definir-se as linhas de ação genéricas das forças navais na contra-subversão que se opõe à guerra subversiva ou, diga-se baseado no que se desenvolveu no primeiro capítulo, à sua derivada – a guerra revolucionária.

Roboredo e Silva e Pereira Crespo, respetivamente almirante e capitão-de-fragata nos tempos que se antecedem ao conflito, são dos principais impulsionadores da adaptação da Marinha a um cenário deste tipo.¹⁶⁹ Mas atente-se a Pereira Crespo. Este define a doutrina de intervenção das forças navais em seis missões:¹⁷⁰

- 1) Fiscalização das fronteiras marítimas e fluviais;

¹⁶⁹ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, p. 526.

¹⁷⁰ Pereira Crespo, “As missões das forças navais na Guerra Revolucionária”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1960, pp. 543-544.



- 2) Transporte e reabastecimento das forças terrestres por via marítima e/ou fluvial;
- 3) Apoio artilheiro e aéreo às operações efetuadas em regiões litorais;
- 4) Operações de policiamento no litoral marítimo e fluvial;
- 5) Manutenção de comunicações marítimas e fluviais seguras para utilização civil;
- 6) Colaboração com forças terrestres em operações efetuadas em terra.

A fiscalização, as ações de policiamento em regiões fluviais e litorais marítimas têm como objetivo evitar o contrabando de armas, os movimentos das forças subversivas rebeldes e, também, reduzir a facilidade de receção de apoio externo. Executar tal missão requer uma lista de meios completa e adaptável às necessidades. Prevê a utilização de lanchas, de menores dimensões, para a rede fluvial e a sequencial evolução para a utilização de navios-patrolha, corvetas, avisos e *destroyers* consoante as exigências hidrográficas e meteorológicas. A própria composição da esquadra, diversificada em meios navais, encaixa numa lógica de apoio logístico e não só na correspondência de unidades às necessidades operacionais. O emprego destes meios, neste tipo de missão, prevê também o devido treino e preparação para as ações de fiscalização e policiamento. Como consequência direta do sucesso destas missões cumpre-se, indiretamente, uma das outras: a manutenção de comunicações marítimas e fluviais seguras para utilização civil, alternativa válida às, facilmente sabotadas, vias de comunicação terrestres.¹⁷¹

Restam três das seis missões enunciadas que, mais uma vez, se articulam entre si. O transporte e reabastecimento das forças terrestres por vias fluviais e marítimas, bem como o apoio artilheiro e aéreo às operações terrestres, são requisitos fundamentais para o sucesso da componente naval na contra-subversão. O transporte rápido, e por via tendencialmente mais segura, de forças e mantimentos para as regiões críticas são fundamentais para a resistência ao fator de “desgaste” criado pelas situações de guerrilha na guerra subversiva. E num cenário exigente do ponto de vista hidrográfico, como seria o caso da Guiné, a componente naval para a projeção de forças – operações anfíbias – e abastecimento são decisivas para o sucesso. Para além da projeção de forças de outros ramos, também o emprego duma força de infantaria especializada para as

¹⁷¹ Pereira Crespo, “As missões das forças navais na Guerra Revolucionária”, pp. 544-546.



operações anfíbias – os fuzileiros – é mais uma das missões relacionáveis que valida a colaboração naval com as forças terrestres. Associado ao apoio aéreo está, também, a capacidade aeronaval. Esta, segundo Pereira Crespo, era necessária e poderia ser ampliada com a obtenção e emprego de unidades porta-aviões e porta-helicópteros. Assim, projetar-se-ia a partir do mar, e com maior eficiência, aeronaves para as mais diversas situações.¹⁷²

Como verificado anteriormente, nenhuma destas seis missões se deverá considerar independente. Todas se encontram, de alguma forma, associadas como parte da mesma missão, dependendo e derivando umas das outras.

Alpoim Calvão, em 1963, descreve também algumas ações da Marinha. De características mais específicas e descritivas, importam destacar: as ações psicossociais e a defesa e execução de ações de sabotagem.¹⁷³

Para Calvão, as ações psicológicas e sociais junto da população são importantes e decisivas. Combater a propaganda subversiva deve ser um objetivo e possui resultados práticos comprovados por aplicações no passado, em conflitos de características semelhantes.

Como mergulhador-sapador e, mais tarde, fuzileiro especial, Calvão defende o desenvolvimento de ambas as especializações. O objetivo seria o emprego de ações de sabotagem terrestre ou aquática, através de minas derivantes ou submersas, bem como a defesa contra o seu emprego por parte do inimigo. A sabotagem era, por doutrina ou por experiência, parte integrante da guerra subversiva e um cenário real, por exemplo, no teatro de operações da Guiné.¹⁷⁴

É de ressaltar que, as missões e ações enunciadas por Pereira Crespo e Alpoim Calvão, possuem características mais operacionais e não tão genéricas e doutrinárias como os conceitos de contra-subversão expostos no primeiro capítulo.

Mas, já durante a guerra, o Comodoro Sequeira Araújo, também num artigo para os *Anais do Clube Militar Naval*¹⁷⁵, relaciona a doutrina geral com a ação da Marinha. Primeiramente, defende o princípio de mobilidade estratégica. Princípio intimamente

¹⁷² Pereira Crespo, “As missões das forças navais na Guerra Revolucionária”, pp. 544-547.

¹⁷³ Alpoim Calvão, “A Marinha na guerra contra-revolucionária”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1963, pp. 364-366.

¹⁷⁴ *Ibid.*

¹⁷⁵ Sequeira Araújo, “As missões da marinha à luz da doutrina da Contra-Subversão”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1963, pp. 239-249.



relacionado com a Marinha e com a capacidade dos seus meios, detentor de significativo impacto num teatro de operações de características subversivas. No seguimento, associa ainda, tal como Pereira Crespo, as unidades navais com capacidade de projeção de meios aéreos como fundamentais para a eficiência das intervenções em teatros de operações longínquos, como era o caso do Ultramar.

No entanto, a associação entre as linhas de ação da Marinha com a doutrina de contra-subversão lecionada no Instituto de Altos Estudos Militares é, realmente, o que introduz conceções complementares às que Pereira Crespo havia mencionado. As linhas de ação resumem-se a quatro aspetos principais – as ações gerais, manobra contra-subversiva interna, manobra contra-subversiva externa e ações especiais – que são sucintamente explicados no artigo. E é nas ramificações derivadas da manobra contra-subversiva interna, que se encontram as complementaridades de interesse.

A ação psicológica de responsabilidade militar, e consequentemente da Marinha, toma forma na transmissão de propaganda contra-subversiva pelas estações radionavais fixas, em território ultramarino. Esta seria uma das formas, ao alcance da Marinha, de atingir o, possivelmente, mais importante e volátil fator da guerra subversiva – a população.¹⁷⁶

Ainda dentro da mesma linha de ação, na manobra contra-subversiva interna, Sequeira Araújo descreve a manobra militar interna. Esta divide-se em mais quatro aspetos fundamentais – a quadrícula, o isolamento, a flagelação e a redução – aos quais correspondem certas incumbências.¹⁷⁷

A ocupação e a proteção – quadrícula – estão diretamente relacionadas com o conceito de presença militar, perante a população, que no caso duma guerra subversiva deverá ser dinâmica, resultado da assimetria dos movimentos inimigos.

O isolamento está relacionado com a fiscalização e policiamento de fronteiras, algo que já foi anteriormente explicado.

A flagelação e a redução são conceitos que estão diretamente interligados. A Marinha, durante a guerra, associou-se muitas vezes em funções de tais características, nomeadamente na Guiné. As operações anfíbias, apoiadas por unidades navais e, muitas vezes, levadas a cabo em operações conjuntas com o Exército e com a Força Aérea –

¹⁷⁶ Sequeira Araújo, “As missões da marinha à luz da doutrina da Contra-Subversão”, pp. 239-249.

¹⁷⁷ *Ibid.*, pp. 245-248.



flagelação – visavam aniquilar forças inimigas e conquistar pontos estratégicos de, anteriormente, forte influência subversiva – redução.

Desta feita, pode afirmar-se que numa circunstância de guerra subversiva, a Marinha assume um papel importante. As missões e ações práticas da componente naval derivadas das generalidades doutrinárias assumiram-se, durante a Guerra Colonial, e como é verificável pelas reflexões e pensamentos apresentados e desenvolvidos, imprescindíveis para o combate à subversão. E também em teatros de operações de hidrografia exigente, como é o caso da Guiné pela sua imensa rede fluvial, esta importância acresce.

Resumindo, a linha de ação deverá seguir a contextualização genérica que Sequeira Araújo empreende com a sua interpretação da doutrina e, deverá ser aplicada segundo as missões e ações que Pereira Crespo e Calvão enunciam e desenvolvem.

3.1.2 A política naval portuguesa pré-conflito

Na viragem da década de 50 para a de 60, Portugal trava um período de redefinição da política naval e de renovação da esquadra em que os seus principais pensadores e impulsionadores abordaram, inevitavelmente, a questão do Ultramar. Associada a tal abordagem, está a decorrência simultânea de diversos movimentos de libertação nos territórios coloniais europeus, como é o caso da Argélia, que influenciaram o pensamento e a estratégia naval da época.

Considera-se a substituição dos avisos da classe *Gonçalo Velho* que, durante os anteriores vinte e cinco anos, haviam sido os principais meios empregues nas comissões em território ultramarino, por fragatas ou patrulhas. Saturnino Monteiro defende que tal solução não é economicamente viável afirmando que a Marinha se deveria manter fiel à tipologia em vigor.¹⁷⁸

Esta tipologia de navio é descrita num contexto de fidelidade ao passado e de adaptação aprimorada para as características do Ultramar. Descreve-se um navio de pequenas dimensões, que seja capaz de navegar em águas litorais e interiores mas, ao mesmo tempo, com robustez suficiente para travessias oceânicas dada a dispersão dos territórios ultramarinos. Os equipamentos devem ser reduzidos ao estritamente

¹⁷⁸ Saturnino Monteiro, “Canhoneiras para o Ultramar”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1958, pp. 491-495.



necessário, evitando custos mais dispendiosos com manutenção e pessoal, assegurando-se apenas as capacidades mínimas no que toca à navegação e às comunicações com a metrópole. E, ainda que defendesse uma lotação mais reduzida, refere-se que os alojamentos deveriam ser amplos e com boas condições habitacionais dado que as comissões no Ultramar seriam de, aproximadamente, dois anos e a motivação do pessoal para tão longo termo deveria ser uma prioridade.

A esta descrição, Saturnino Monteiro associa a designação de canhoneira, considerando necessária a existência de, pelo menos, oito navios de tais características - distribuídos por Macau, África, Portugal continental e ilhas – aos quais se deveriam juntar um conjunto de bases e pontos de apoio naval estrategicamente localizados.¹⁷⁹

Já para Roboredo e Silva, o porta-aviões seria uma unidade fundamental para os interesses estratégicos e política naval portuguesa. A introdução de capacidade móvel de projeção aérea seria uma grande mais-valia para combater qualquer cenário e para apoio em desembarque anfíbio. Para além disso, o dispositivo naval que se forma com a adição de navios-escoltas, cria a capacidade de uma resposta rápida e completa, capaz de cobrir áreas de grandes dimensões. Assim sendo, segundo Roboredo, o porta-aviões nunca deveria ser uma unidade posta de parte, para nações oceânicas, ainda que o seu custo fosse dispendioso.¹⁸⁰

Ao pressuposto de aquisição do porta-aviões, interliga-se a dispersão territorial portuguesa. O Ultramar engloba pontos de elevado valor geoestratégico que Roboredo, à semelhança de Saturnino Monteiro, defende que deverão estar guarnecidos de bases navais que atenuem a sua vulnerabilidade em caso de guerra. E, a situação de guerra subversiva na Argélia, de elevada exigência aeronaval é algo que este tem em conta pela possibilidade de Portugal poder enfrentar um cenário semelhante a curto-médio prazo.

Assim, a estratégia de composição da esquadra para Roboredo assentaria em duas forças navais principais, cada uma delas composta por um porta-aviões e por pelo menos três escoltas. As forças estariam, permanentemente, distribuídas uma na Metrópole e outra nos territórios ultramarinos africanos, apoiadas por unidades de menores dimensões como patrulhas, vedetas, draga-minas, etc. Para além disso,

¹⁷⁹ Saturnino Monteiro, “Canhoneiras para o Ultramar”, pp. 491-495.

¹⁸⁰ Roboredo e Silva, “Um depoimento sobre a política naval portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1959, pp. 489-518.



relativamente ao desenvolvimento de capacidade anfíbia para a Marinha, defende a criação dum corpo de fuzileiros.

Com a situação do Congo Belga a profetizar um conflito nas colónias africanas, os fuzileiros são mesmo oficialmente criados em 1961. Um primeiro grupo é enviado para Inglaterra para receber um curso e, posteriormente, assumirem as funções de primeiros instrutores do curso em território nacional. A influência britânica leva ainda à divisão em fuzileiros navais, com a missão de segurança das instalações e operações de grau de complexidade mais reduzido, e fuzileiros especiais, mais focados na luta de anti-guerrilha.¹⁸¹

Com o propósito de suportar os custos da política de projeto que defende, Roboredo e Silva propõe reduções orçamentais no Exército e na Força Aérea que redirecionariam o investimento para a Marinha e para o aumento da aviação naval, necessários para suportar a operacionalidade dos porta-aviões.¹⁸²

Posto isto, as sucessivas guerras de libertação que tinham assolado e continuavam a assolar as principais colónias europeias como, por exemplo, Argélia, Indochina e, nomeadamente, o Congo Belga em 1960, confirmavam a necessidade de resposta a uma eventual crise no Ultramar. Portanto, dentro da disponibilidade financeira disponível, as intenções da política nacional e, consequentemente, naval teriam de se direccionar para a aquisição duma esquadra com presença oceânica, mobilidade e moldável à patrulha das águas litorais e interiores dos territórios ultramarinos de Angola, Guiné e Moçambique.¹⁸³

Adaptando pensamentos como os de Saturnino Monteiro ou Roboredo e Silva à realidade da capacidade de aquisição, a Marinha renova assim a sua velha esquadra de avisos e contratorpedeiros com cerca de 30 anos.

Durante o mesmo período, acentua-se a renitência dos EUA e da NATO no apoio a Portugal e no que às suas colónias diz respeito. Em termos operacionais chega mesmo a ser verificável pela negação da utilização da fragata *Pereira da Silva* em

¹⁸¹ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, pp. 550-551.

¹⁸² Roboredo e Silva, “Um depoimento sobre a política naval portuguesa”, pp. 489-518.

¹⁸³ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, pp. 556.



Angola, em finais de 1966, invocando que o navio não se deveria afastar das áreas de interesse da NATO.¹⁸⁴

Nesse contexto, Portugal aproxima-se diplomaticamente da França e da República Federal Alemã, situação que beneficia a Marinha. Desde 1956 que eram efetuados estudos que previam a necessidade de obtenção de navios preparados para a realidade africana, que fossem capazes de exercer designadas funções de patrulha e/ou desembarque no litoral e no interior. Resultado de tal necessidade, em 1961 chegam à Marinha, da República Federal Alemã (RFA), as primeiras lanchas de fiscalização pequenas (LFP) da classe *Bellatrix*¹⁸⁵, que viriam a ser fulcrais para a fiscalização litoral e de águas interiores no Ultramar. Também da RFA chegam os motores *Maybach* que equipavam as classes *Argos* e *Cacine*¹⁸⁶ surgidas já no decorrer da Guerra Colonial, para além de três corvetas da classe *João Coutinho* já em 1970, e de todo o armamento portátil que equiparia as Forças Armadas no conflito. Em 1967, e resultado da aproximação à França, surgem as fragatas classe *João Belo*, que já em 1958 se perspectivavam, e os submarinos da classe *Albacora*.¹⁸⁷

Em suma, conclui-se que a Marinha se encontrava desperta para a possibilidade do desencadeamento de um conflito de características subversivas no Ultramar, procurando adaptar a sua política naval em consonância com tal pressuposto. Desde cedo que diversos pensadores como Pereira Crespo, Saturnino Monteiro e Roboredo e Silva anteviram a missão e respetivas necessidades estratégicas e operacionais que se iriam enfrentar e, já durante conflito, Alpoim Calvão e Sequeira Araújo voltam a registar mais reflexões. Para além disso, dentro das possibilidades financeiras, a Marinha projetou e renovou a esquadra antes e durante o conflito, procurando assegurar as linhas de ação que poderiam levar ao sucesso e que, anteriormente, já haviam sido indicadas por alguns dos autores mencionados.

¹⁸⁴ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, pp. 525.

¹⁸⁵ Ver Anexo C, Fotografia 6.

¹⁸⁶ Ver Anexo C, Fotografias 7 e 8.

¹⁸⁷ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, pp. 524-525.



3.1.3 A criação da força de infantaria da Marinha para as operações anfíbias – os Fuzileiros

Devido a toda a conjuntura geopolítica, já abordada, que se desenhou após a 2ª Guerra Mundial, que culminou com o surgimento dos conflitos de características subversivas associados à descolonização e independência afro-asiática, e com a instabilidade nas colónias portuguesas em África, foi necessário reformular-se a política colonial e militar portuguesa. Neste contexto, dá-se em 1958 a independência da Guiné-Conacri, anterior colónia francesa, e teme-se que a Guiné Portuguesa seja afetada pela crescente onda de entusiasmo resultante da independência da nação vizinha. Tal receio é reforçado, em 1960, com a crise do Congo, o que aumenta a possibilidade de conflito nos territórios portugueses de África.

Assim, devido às características hidrográficas da Guiné Portuguesa, constituída por pântanos e uma rede fluvial enorme, equaciona-se a necessidade de criar uma força de infantaria de Marinha – os fuzileiros – especializada para as operações anfíbias.

Os fuzileiros, como sucintamente explicado e relacionado anteriormente pelas conceções de Pereira Crespo e Roboredo e Silva, eram necessários e fundamentais para a capacidade anfíbia da Marinha.¹⁸⁸

Em 1960, no cargo de Subchefe do Estado-Maior da Armada, Roboredo da Silva passa a defender tal questão junto do Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) afirmando que, para além da criação dos fuzileiros, seriam necessárias: a criação de um centro de formação para instruir uma força de tal natureza, a aquisição de quatro lanchas de fiscalização, o desenvolvimento de oficinas navais e a instalação de uma Estação Radionaval na Guiné.¹⁸⁹

Ainda durante o mesmo ano, é decidido que os fuzileiros portugueses seriam concebidos à imagem da doutrina inglesa e, assim, são enviados quatro militares para frequentar o *Command Course*, no *Infantry Training Centre Royal Marines*, localizado em South Devon, entre 22 de agosto e 30 de setembro de 1960. O segundo-tenente

¹⁸⁸ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, p. 550.

¹⁸⁹ Sanches de Baêna, *Fuzileiros, Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, pp. 19-21.



Pascoal Rodrigues e os marinheiros Santos Silva, Batista Claudino e Santos Santinhos, concluem o curso e é-lhes imposta a boina verde dos Royal Marines.¹⁹⁰

No entanto, só a 24 de fevereiro de 1961, e após o arranque das hostilidades em Angola, diga-se a revolta da Baixa do Cassange e o 4 de fevereiro, é recriada a classe de fuzileiros na Marinha para sargentos e praças¹⁹¹ e, posteriormente, para oficiais. Ainda em 1961, é criada a 3 de junho a Escola de Fuzileiros.¹⁹²

Dividir-se-iam os fuzileiros em Companhias de Fuzileiros (CF), compostas por fuzileiros navais e Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE). As primeiras teriam como principal tarefa a guarda e defesa de instalações navais e povoações aquarteladas. Os DFEs seriam uma força mais especializada a ser empregue em operações mais complexas. Estes teriam como tarefas: executar ações de assalto com projeção do meio aquático para o meio terrestre – operações anfíbias¹⁹³ –, a partir das lanchas de desembarque¹⁹⁴, e executar patrulhas ofensivas, ações de sabotagem e ações de neutralização na guerra de contra-guerrilha. Pela natureza das suas tarefas, os DFEs são associados, maioritariamente, ao teatro de operações da Guiné, ainda que tenham tido participação nas três frentes da guerra em África.¹⁹⁵

A criação dos fuzileiros foi bastante importante para o desempenho da Armada e, consequentemente, do país na Guerra Colonial, mais especificamente na luta de anti-guerrilha, patrulha e segurança das vias fluviais e águas interiores que se verifica no crescimento das unidades de fuzileiros ao longo do período da guerra.

3.2 A Marinha nos teatros de operações da Guerra Colonial (1961-1974)

3.2.1 A Marinha em Angola

No primeiro trimestre de 1961 iniciava-se em Angola, como descrito no capítulo anterior, a Guerra Colonial.

¹⁹⁰ Sanches de Baena, *Fuzileiros, Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, pp. 22-23.

¹⁹¹ República Portuguesa, Ministério da Marinha, DL 43515, 45, Série 1, art. 1º-3º, 24 de fevereiro de 1961, p. 200-201, <<http://www.leideportugal.com/primeira-serie/decreto-lei-n-o-43515-classes-condutores-escriturarios-dezembro-2760>>, acedido a 13 de junho de 2017.

¹⁹² Sanches de Baena, *Fuzileiros, Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, p. 23.

¹⁹³ Ver Anexo C, Fotografia 14.

¹⁹⁴ Ver Anexo A, Tabela 4; Anexo C, Fotografias 11 a 13.

¹⁹⁵ Sanches de Baena, *Fuzileiros, Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, pp. 48-49. Ver Anexo A, Tabela 5.



Mas, antes de se proceder à descrição de eventos da guerra em si, é necessário enquadrar geograficamente o território para que se tenha uma melhor perceção das especificidades ao nível do inimigo e do emprego das forças, nomeadamente navais, no terreno.

Angola é um território cerca de catorze vezes superior, em área, ao de Portugal, e vizinho dos ex-Congo Belga (Zaire ou atual República Democrática do Congo) a norte, Rodésia do Norte (Zâmbia) e Sudoeste Africano (Namíbia) a sul, que tornam a dimensão das zonas fronteiriças angolanas num valor de imensidão a rondar os quase 5.000 quilómetros, dos quais cerca de 1.300 quilómetros constituem os rios Zaire, Cuando, Cassai, Cuango, Zambeze e Cunene. Faz-se ainda compor, geograficamente, dum enclave entre o Zaire e o Congo-Brazzaville (atual República do Congo) cerca de dez vezes mais pequeno, em área, que Portugal.¹⁹⁶

Em termos hidrográficos e visto que, como se verificará mais à frente, os rios angolanos foram dos locais de maior ação por parte da Marinha, é importante destacar a ordem de valores da sua extensão navegável. Os rios Zaire, Zambeze, Quanza, Cunene e Chiloango, este último em Cabinda, independentemente da influência das épocas de chuvas eram navegáveis em extensões na ordem das centenas, algo que seria um dos principais desafios para as deslocações fluviais, patrulhas, fiscalizações e operações de neutralização.¹⁹⁷

O rio Zaire, uma fronteira que se revelaria também uma das frentes da guerra com maior atividade guerrilheira, é composto por diversas ilhas de floresta densa que serviam de camuflagem aos guerrilheiros facilitando-lhes as travessias. Ainda na região norte, ao longo de toda a margem do Zaire, o cenário de floresta densa tropical era idêntico. Em termos de relevo, Angola é composta, no interior, por um planalto de diversos relevos que constitui cerca de 60% do território. Tais características topográficas em conjunto com a extensão do território fazem com que a variedade climática vá desde o tropical húmido do norte, ao temperado litoral, tropical desértico no interior sul e semidesértico a sudeste.¹⁹⁸

¹⁹⁶ John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, p. 112.

¹⁹⁷ Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, pp. 11-12.

Ver Anexo B, Figuras 3 e 4.

¹⁹⁸ John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, pp. 112-113.



Estas condições geográficas seriam uma dificuldade acrescida para as comunicações, rapidez de deslocação e distribuição de meios por parte das forças portuguesas. As fações subversivas utilizar-se-iam dessa dificuldade para se aproximarem e aliciarem as populações mais isoladas para se juntarem à sua causa de política de libertação. No entanto, ainda que a assimetria do terreno fosse benéfica para tais aproximações bem como para incursões guerrilheiras, esta poderia ser uma dificuldade caso se assegurasse a proteção de tais populações negando oportunidades para a subversão.¹⁹⁹

Quanto às fações angolanas que defendiam a libertação e lutavam pela independência, podem distinguir-se três grupos principais: a UPA, o MPLA e a União Nacional para a Independência da Total de Angola (UNITA).

A UPA, em 1962 FNLA, liderada por Holden Roberto e responsável pelo 15 de março, foi um movimento de apoio e financiamento americano, ganês e libério sediado no ex-Congo Belga, operando fundamentalmente nas províncias do norte de Angola. Em junho de 1961, de forma a organizar os apoiantes e soldados que se juntavam à sua causa, é criado o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), organização militar da UPA/FNLA que seria a maior e principal organização militar que as Forças Armadas Portuguesas combateriam em Angola. De metodologias guerrilheiras, divulgava a sua propaganda, que a conduta operacional do ELNA deveria assentar na emboscada, oportunidade, assimetria dos movimentos e sabotagem.²⁰⁰

O MPLA, liderado por Agostinho Neto, era um movimento pró-comunista de ideais marxistas que defendia a independência e implementação dum Estado republicano comunista, democrático e laico que justificava a luta armada com meio para atingir tal fim. Criou também a sua organização militar, o Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA), como uma força guerrilheira inspirada nos ideais guerrilheiros maoístas de guerra móvel, prolongada e de desgaste. Dividia-se por seis regimentos que ocupavam todo o território angolano, incluindo Cabinda.²⁰¹

O MPLA distinguia-se pelas suas ações de propaganda política bem desenvolvidas. Com isso, visavam influenciar a população para a sua causa ao mesmo

¹⁹⁹ John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, p. 113.

²⁰⁰ Sanches de Baêna, Fuzileiros: *Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, pp. 77-81.

²⁰¹ *Ibid.*, pp. 83-86.



tempo que camuflavam e justificavam os seus fracassos e enalteciam com negativismo as ações militares portuguesas.²⁰²

Ainda que fossem dois movimentos de libertação angolanos, é importante distinguirem-se os níveis de preparação do MPLA comparativamente à UPA/FNLA. O treino preliminar dos recrutas de ambos os movimentos era administrado nos mesmos locais – Zâmbia, Leopoldville, Congo-Brazzaville e Tanzânia – no entanto, o MPLA investia na instrução dos seus militares de posto superior na Argélia, Cuba, Rússia e China²⁰³ que contrastava com as especializações da UPA/FNLA na Etiópia, Cairo e Índia. Os guerrilheiros do MPLA estavam, naturalmente, mais bem preparados.²⁰⁴

Para além disso, a UPA/FNLA era enfraquecida pela falta de disciplina em todos os níveis de comando, algo que se refletia na atitude bárbara dos seus guerrilheiros para com as populações indígenas dominando-os e obtendo recursos pelo medo. Tal postura contrastava com a do MPLA, que procurava recompensar e apoiar as populações que os apoiassem. Isso aumentava a sua popularidade, fazia com que a população os protegesse e escondesse, tornando-os mais difíceis de encontrar, distinguir e combater.²⁰⁵

A UNITA, por fim, liderada por Jonas Savimbi, um dissidente do FNLA, é criada em 1966. Defendia a junção de todas as frentes de libertação e mobilização do povo angolano visando, como derradeiro fim, a instauração dum regime democrático de características culturais genuinamente africanas e sem influência e gerência internacional. A UNITA operava fundamentalmente na região leste do território angolano chegando mesmo a combater ao lado do MPLA.²⁰⁶ Nos anos finais da guerra chegou a haver um acordo entre as forças portuguesas e de Savimbi que permitiam a coexistência entre ambas e o objetivo comum de combate ao MPLA.²⁰⁷

Os guerrilheiros destes movimentos de libertação armavam-se, nas suas primeiras agitações, com catanas, lanças, flechas, espingardas artesanais e algumas espingardas e carabinas que, ao longo do tempo, foram evoluindo para material de

²⁰² Sanches de Baêna, Fuzileiros: *Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, pp. 87-90.

²⁰³ Nações com as principais “escolas” dada a sua história. Principais responsáveis pelo desenvolvimento teórico e prático da doutrina de guerrilha. Enunciem-se nomes como Che Guevara e Mao Tsé-Tung e as suas perspetivas de guerrilha e guerra revolucionária, tópicos já desenvolvidos no Capítulo I.

²⁰⁴ Al J. Venter, *Portugal e as Guerrilhas de África, As guerras portuguesas em Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa 1961-1974*, 1ª edição, Lisboa, Clube do Autor, 2015, p. 146.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 147.

²⁰⁶ Ver Anexo B, Figura 9.

²⁰⁷ Sanches de Baêna, Fuzileiros: *Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, pp. 90-91.



guerra²⁰⁸ mais apetrechado. Este material seria fornecido internacionalmente ou obtido através dos saques resultantes das suas incursões contra as populações ou unidades militares.²⁰⁹

No contexto das anteriores descrições das características da geografia e do inimigo, em Angola, associado ao cenário político descrito no capítulo anterior que se desenvolve nas fronteiras angolanas nos anos que antecedem o conflito, pode afirmar-se que o território é de alguma forma previamente preparado para a “crise”.

Ao nível da Marinha, em 1957, cria-se o Comando Naval de Angola (CNA) e, a partir de 1959, depois de lançado o alarme com a crise política do Congo Belga, prevê-se a possibilidade ainda mais acrescida de guerra no Ultramar Português. Assim, o dispositivo naval de Angola é reforçado através das ativações do Grupo nº 1 de navios-patrolhas (2 patrulhas) e Grupo nº 2 de escoltas oceânicos (duas fragatas). Os patrulhas com o objetivo de patrulhar a costa a norte e o rio Zaire, e os escoltas com o de assegurar a existência de meios mais robustos, de capacidade oceânica.²¹⁰

A partir de 1960, e até aos eventos de 1961, o dispositivo era composto pelos patrulhas *Sal* e *S. Vicente*, pela fragata *Pacheco Pereira*, e pelo navio hidrográfico *Carvalho Araújo*. Com o começo da instabilidade no Congo Belga, em 1960, são concentrados todos os meios navais no norte de Angola, na costa e ao longo do rio Zaire, exercendo presença naval, controlando o tráfego fluvial entre Matadi e Nóqui e as deslocamentos de refugiados.²¹¹ Durante este período decorrem diversos incidentes fronteiriços dos quais se destaca, envolvendo unidades navais, os disparos contra o NRP *Carvalho Araújo* no porto de Nóqui. No seguimento da tensão constante que se verificava no norte de Angola são aumentados ao dispositivo naval, em 1961 e já depois do 4 de fevereiro em Luanda, o navio-patrolha *S. Tomé*, e duas fragatas, *Nuno Tristão* e *Diogo Gomes*.²¹²

²⁰⁸ Al J. Venter, *Portugal e as Guerrilhas de África, As guerras portuguesas em Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa 1961-1974*, pp. 139-140.

²⁰⁹ José Brandão, *Cronologia da Guerra Colonial Angola – Guiné - Moçambique*, Lisboa, Editora Prefácio, 2008, p. 24.

²¹⁰ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, p. 550.

²¹¹ Camões Godinho, “Algumas notas sobre uma comissão em Angola nos anos de 1960 a 1961”, *Anais do Clube Militar Naval*, Janeiro-Março, 1966, pp. 14-27.

²¹² John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, p.113.



Dão-se os massacres de 15 de março de 1961, pela UPA, e as escassas forças da Marinha, à semelhança do Exército e da Força Aérea, são chamadas a reagir e empregues para as necessidades de contenção da revolta e apoio à população.

É assegurada presença naval e são desembarcadas diversas forças em Ambriz, de 18 de março a 21 de abril, em Ambrizete, de 22 de março a 14 de julho, em Santo António do Zaire, até à chegada dos primeiros Fuzileiros Navais em janeiro de 1962, em Nóqui, Pedra do Feitiço, etc., com o objetivo de se efetuarem rusgas nas sanzalas, restabelecer-se a ordem, exercer-se ação psicológica na população e reforçar-se a defesa de tais regiões no rescaldo dos tumultos de março.²¹³

Em Cabinda, até maio, foram desembarcados regularmente pelotões das fragatas visando a proteção das localidades e a patrulha do rio Chiloango que permitiram à Companhia de Caçadores Especiais empenhar-se em operações no interior da província.²¹⁴ Também a lancha *Lué Grande*, destacada no Chiloango desde 1960, apoiava na patrulha do rio da qual se destacam as sucessivas aproximações psicológicas à população negra que estabeleceram relações de confiança, proximidade e apoio mútuo, requisitos fundamentais e positivamente influentes na guerra subversiva, dificultando a propaganda dos movimentos insurrectos.²¹⁵

Em Luanda é assegurada, nos períodos mais críticos, a presença de uma fragata e respetiva força de desembarque para assegurar a defesa da cidade em momentos de crise. E por fim, do Massabi ao Cunene, é assegurada a patrulha de costa.²¹⁶

De forma resumida, foram estes os principais empenhamentos da Marinha em Angola em resposta às consequências derivadas dos acontecimentos de março, até à chegada de reforços em junho.²¹⁷

Sustida esta primeira fase da guerra, a Marinha reorganizou o seu dispositivo, as suas missões e tarefas. A partir do terceiro trimestre de 1961, pode definir-se a missão da Armada em três aspetos fundamentais: patrulha e negação de infiltrações inimigas, em termos de pessoal e material, nas regiões fluviais fluviais fronteiriças e interiores,

²¹³ As reações iniciais da Marinha, em Ambriz e Ambrizete, após o tumultos de 1961 são descritos mais pormenorizadamente em: José Mexia Salema, *Nem a Pátria sabe*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1985, pp. 63-68; e John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, pp.115-121.

²¹⁴ Ver Anexo B, Figura 5.

²¹⁵ José Mexia Salema, *Nem a Pátria sabe*, pp. 95-99.

²¹⁶ Gomes Cardoso, “A Marinha em Angola 1961-1964”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1964, pp. 264-270.

²¹⁷ Ver Anexo B, Figuras 7 e 8.



destacando-se os rios Zaire, Cunene e Quanza, e ao longo da costa desde o Massabi ao Cunene; e cooperação com as restantes forças na repressão da subversão e guerrilha no litoral e águas interiores, isto é, nas zonas de ação de natureza naval.²¹⁸

Para o cumprimento das missões, acima mencionadas em termos genéricos, foram atribuídas mais unidades ao dispositivo naval de Angola.

No final de setembro de 1961 são aumentadas ao efetivo, e integradas na Esquadilha de Lanchas de Fiscalização do Zaire, as três recentes lanchas da classe *Bellatrix*, cognominadas “de trinta toneladas”: as LFPs *Espiga*, *Fomalhaut* e *Pollux*. À primeira é-lhe atribuída a patrulha e fiscalização no Quanza, enquanto as duas últimas são empenhadas no rio Zaire, as duas extensões fluviais em que a Esquadilha impedia ou aniquilava a infiltração do inimigo. Em novembro chega o primeiro Destacamento de Fuzilerios Especiais que rapidamente se vê envolvido na região do Zaire e Cabinda. Já em 1962, chegam a Companhia de Fuzileiros Navais nº1, o DFE 3, e são ainda armadas mais três lanchas²¹⁹ da classe *Bellatrix* – *Altair* e *Rigel* – e da classe *Antares* – *Regulus*²²⁰ – que seriam atribuídas também à esquadilha do Zaire.²²¹

Estas unidades, em conjunto com as unidades navais de capacidade oceânica, seriam empenhadas em diversas tarefas que asseguravam o cumprimento dos traços gerais e estratégicos da missão da Armada em Angola.²²²

- patrulha, fiscalização e segurança das águas costeiras, fluviais - tais como o Quanza, Zaire, Chiloango, lagoa de Massabi, Cunene - e águas de S. Tomé e Príncipe;
- escolta e transporte de pessoal e material ao longo da costa e da rede fluvial de forma a abastecer pontos estratégicos quer no interior quer no litoral;
- emprego dos DFEs em operações independentes ou conjuntas, com o Exército e Paraquedistas, de neutralização de forças de guerrilha.

O conflito em Angola, até 1964, passou-se maioritariamente na região norte²²³, concentrando-se os meios no Zaire. Ao dispositivo de 1962 juntam-se, entre 1963 e

²¹⁸ Gomes Cardoso, “A Marinha em Angola 1961-1964”, p. 270-271.

²¹⁹ Sanches de Baêna, Fuzileiros: *Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, p. 40.

²²⁰ Ver Anexo C, Fotografia 10.

²²¹ John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, pp. 123-128.

²²² Gomes Cardoso, “A Marinha em Angola 1961-1964”, pp. 271-272.

²²³ Ver Anexo B, Figura 6.



1964 mais duas lanchas – a lancha de fiscalização grande (LFG) *Pégaso* e a lancha de desembarque pequena (LDP) 105 – e três a quatro DFEs, aos quais se junta o apoio dos *Allouete III* da Força Aérea Portuguesa (FAP).²²⁴

Nesta frente fluvial do Zaire, e ainda em 1962, é criado o “Plano Ferrolho”. O plano consistia na atribuição de forças de guarnição e intervenção aos postos fixos de fuzileiros distribuídos pelo Zaire – Puelo, Macala, Quissanga, Tridente e Pedra do Feitiço – aos quais se juntam forças móveis de fuzileiros embarcados em LDPs – juntam-se à primeira, LDP 105, já anteriormente referida – que haveriam de chegar a partir de 1963. Na execução do plano eram levadas a cabo patrulhas fluviais sucessivas por parte dos patrulhas e das lanchas, muitas vezes acompanhadas de equipas de assalto dos fuzileiros especiais, às quais se juntavam observação e vigilância constante a partir dos postos fixos.²²⁵

O plano sofre, até 1971, diversas alterações e atualizações que envolvem a desativação e reativação dos postos fixos no Zaire bem como alterações nos quantitativos de unidades da esquadrilha empenhadas que são resumidamente enunciadas na obra de John P. Cann²²⁶.

Para além da frente fluvial do rio Zaire²²⁷, também o rio Quanza²²⁸, e a frente de leste²²⁹, a partir de 1966, são palco de instabilidade instaurada pelo MPLA e pela recém criada UNITA à qual se juntam as semelhantes operações de patrulha, fiscalização e eliminação²³⁰ dos movimentos guerrilheiros por parte da Armada. Estes cenários enumerados são, entre muitas outras situações, descritos com maior ou menor pormenor por Mexia Salema, Santos Baêna e John P. Cann nas suas obras.

Em 1970 é atingido o clímax de desenvolvimento e quantitativo de meios e infraestruturas da Armada em Angola.

²²⁴ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, p. 600.

²²⁵ Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, p. 44.

²²⁶ John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, pp. 138-139.

²²⁷ *Ibid.*, pp. 128-144.

²²⁸ Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, pp. 92-110.

²²⁹ José Mexia Salema, *Nem a Pátria sabe*, pp. 142-143.

²³⁰ Ver Anexo B, Figura 10.



Já no período final da guerra, o CNA era composto por uma esquadra de trinta e duas unidades, quatro CFs e dois DFEs que asseguravam a satisfação das exigências da dimensão naval do teatro de operações angolano.²³¹ A Marinha, ainda que o Exército tenha sido o ramo essencial, foi bastante importante num contexto de controlo das águas interiores e fronteiriças bem como na patrulha da costa. As ações das patrulhas e dos fuzileiros especiais, em conjunto com as restantes forças do contingente português em Angola, tiveram preponderância na redução e combate à guerrilha. No entanto pode afirmar-se que em Angola, devido à redução e localização focada das ações de guerrilha que eram controladas com maior ou menor dificuldade, o racional da Armada e das restantes forças portuguesas foi, em termos gerais, positivo.²³²

Pode ainda, à semelhança da reflexão para os anos de 1961-64 de Gomes Cardoso relativamente à participação da Marinha em Angola²³³, afirmar-se em termos de guerra subversiva que o cenário era exigente e de fácil desmotivação para as forças. As condições geográficas, climáticas, a assimetria do inimigo nas suas ações de guerrilha e a consequente influência da população quer positiva ou pejorativa para os objetivos da contra-subversão são, sem dúvida, condicionantes de peso. Assim, para quem pratica contra-subversão, a paciência e a crença de que as, aparentemente inúteis, ações de patrulha e negação de determinados pontos estratégicos são, para além de vitórias, fatores fundamentais de tanta ou maior importância que a destruição direta do movimento guerrilheiro. Angola foi, à semelhança dos restantes teatros de operações, um exemplo desta descrição.

3.2.2 A Marinha em Moçambique

Em 1964, na última Província Ultramarina em que faltava alastrar-se a guerra – Moçambique – desencadeia-se o conflito.

Devido aos estados do conflito nos restantes teatros de operações, Moçambique havia ficado para trás em termos de empenhamento militar e, consequentemente, naval.

Situado na costa sudoeste africana, a ex-Província Ultramarina de Moçambique faz fronteira com a Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Rodésia (atual Zimbabué), África do Sul

²³¹ Ver Anexo A, Tabela 1.

²³² António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, p. 608.

²³³ Gomes Cardoso, “A Marinha em Angola 1961-1964”, pp. 272-274.



e Suazilândia. Para além da imensidão da sua costa limitada de norte a sul pelo oceano Índico, Moçambique faz-se ainda compor numa rede fluvial na qual se destacam os rios Zambeze, Incomati, Limpopo, Save e o Rovuma, a fronteira norte do território.²³⁴ Deve ainda ter-se em conta nesta rede o lago Niassa, com uma área total próxima dos 30.000 quilómetros quadrados, comum a Moçambique, Tanzânia e Malawi. Niassa, que seria uma das regiões de maior intervenção militar portuguesa, caracterizava-se por ser, para além de constituída pelo grande lago do mesmo nome, uma área montanhosa. Em termos vegetacionais, a norte do Zambeze, o cenário é maioritariamente composto por savanas e vegetação mais dispersa. No entanto, em praticamente toda a província, a tendência é o desenvolvimento dos mangais, a partir do interior, para esse tipo de vegetação dispersa à medida que se está mais próximo do litoral.²³⁵

Como principal facção opositora à presença portuguesa, liderada inicialmente por Eduardo Mondlane e, mais tarde pelo trio Marcelino dos Santos, Samora Machel e Uria Simango, estava a FRELIMO. Criado em 1962, este movimento de libertação moçambicano surge no encalço da independência da Tanzânia e do apoio do correspondente chefe de estado, Julius Nyerere, que também seria um fervoroso apoiante dos movimentos de libertação da Rodésia, dos quais fez parte Robert Mugabe.²³⁶

A FRELIMO preparara-se para a luta armada enviando voluntários para a Argélia, Tanzânia e mais tarde para a Ucrânia, sob supervisão e apoio chinês e soviético, algo que justificava os seus ideais comunistas e métodos militares fundamental maoístas. Com isto, aquilo que nos primeiros anos seria um efetivo desorganizado passaria a, no final da década de 60 e início de 70, ser um contingente na ordem dos 2.400 elementos, treinado para a guerrilha e guerra subversiva, e bem sucedido em ambos.²³⁷

Inicialmente, procuraram instaurar a insurreição generalizada contra as autoridades portuguesas através dum programa subversivo junto da população, à semelhança do que se havia passado no norte de Angola. No entanto, a demografia não ajudava a tal plano. A população era muito dispersa e etnicamente diversificada, com

²³⁴ Maior parte deles rios que já haviam sido preponderantes na Guerra de África de 1895.

²³⁵ Sanches de Baêna, Fuzileiros: *Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Moçambique*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, pp. 13-14. Ver Anexo B, Figura 11 e 12.

²³⁶ John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, pp. 194-195

²³⁷ *Ibid.*, p.195



cerca de 19 etnias com 17 linguagens/dialetos diferentes, para além de que a própria etnia que constituía a generalidade das fileiras da FRELIMO – os macondes – era maioritariamente adversa ao movimento revolucionário. Posta esta dificuldade, procuravam tentativamente conquistar o apoio da população pela força, algo que limitou as suas pretensões subversivas de generalizar a insurreição. Até ao final da guerra, a FRELIMO conquistaria apoio populacional²³⁸, muito pouco significativo, que se concentrava maioritariamente no norte de Moçambique e em Tete.²³⁹

Para além disso, o movimento de libertação procurava servir-se da população com o objetivo de que estes lhes assegurassem facilidades logísticas. Algo que os portugueses combateram, realojando os populares em aldeamentos nas imediações das suas forças, mais facilmente controláveis.²⁴⁰

Contextualiza-se agora a Armada em Moçambique que, no seguimento da descrição anterior relativamente às condições geográficas, seria preponderante para as operações.

Em 1957, ao mesmo tempo que é criado o CNA, é também criado o Comando Naval de Moçambique (CNM). No seguimento da guerra em Angola e posteriormente na Guiné, seria expectável que o conflito se desencadeasse em Moçambique, nomeadamente no norte, dada a independência, em 1961, da Tanzânia. Assim sendo, a partir de 1962, torna-se preocupação da Marinha estabelecer-se no lago Niassa, em Porto Amélia, na Beira e Lourenço Marques – as bases principais – e também em Tete, Palma e Nacala – bases secundárias.²⁴¹

Começa oficialmente a luta armada em setembro de 1964, com as ações da FRELIMO no Cubué, junto ao lago Niassa, e no Cabo Delgado.²⁴²

Devido à concentração de meios nos teatros de operações das províncias da costa ocidental africana, estão apenas disponíveis: a fragata *Álvares Cabral*, o aviso *Bartolomeu Dias*, o navio hidrográfico *Almirante Lacerda*, a lancha *Antares* e a canhoneira *Tete*, o já reforço da LFP *Castor* e a CF2, que se treinava desde 1962 para

²³⁸ Ver Anexo B, Figura 13.

²³⁹ John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, pp. 196-199.

²⁴⁰ Sanches de Baêna, Fuzileiros: *Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Moçambique*, p. 108

²⁴¹ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, pp. 608-609.

²⁴² *Ibid.*, p. 609.



operações de contra-subversão pela escassez de DFEs. Os tumultos junto ao Niassa, e o empenhamento da CF2, em operações de patrulha²⁴³, contra-subversão e contra-guerrilha justificariam assim o posterior pedido de reforço e chegada do DFE1, já nos princípios de 1965.²⁴⁴

Os guerrilheiros infiltravam-se e operavam, a partir da Tanzânia, no Niassa, algo que exigia uma persistente e constante patrulha. Neste contexto, de forma a reforçar o Niassa, é criada, a 17 de setembro de 1965, a Esquadrilha de Lanchas do Lago Niassa (ELLN) que contaria, inicialmente com as LFP *Castor* e *Mina*, as LFP *Antares*, *Regulus* e as lanchas patrulha (LP) LP 1 e LP 2. No entanto, com o empenhamento dos DFEs e do Exército na região do Niassa, torna-se necessário reforçar a ELLN em termos de patrulha e vigilância e de meios capazes de auxiliar na projeção anfíbia. Assim, no final de 1965, leva-se a cabo a Operação *Atum*²⁴⁵, mais pormenorizadamente descrita num artigo dos *Anais do Clube Militar Naval* por Gomes Ramos²⁴⁶, que mobilizaria as LFP da classe *Júpiter*²⁴⁷ - *Marte*, *Mercúrio*, *Regulus* - e a lancha de desembarque média (LDM) 404 desde o Índico até ao Niassa, num difícil trajeto terrestre.²⁴⁸ No seu momento áureo, a ELLN fazer-se-ia compor de seis LFPs, quatro LDMs e três LDPs.²⁴⁹

Quanto aos fuzileiros, as principais dificuldades encontradas prendiam-se, em primeiro lugar, com o facto de o inimigo evitar o confronto direto com as nossas forças, recorrendo a métodos mais imprevisíveis e desmotivantes, tais como armadilhas, minas terrestres e subaquáticas que procuravam provocar desgaste às forças portuguesas. Outras dificuldades foram também o défice cartográfico das áreas de operações, a dependência da população e das informações dos inimigos capturados, inacessibilidade de determinadas regiões que complicavam as deslocações, evacuações e, por fim, a deficiência nas comunicações.²⁵⁰ A isto, a partir de 1966, juntam-se o nível de treino de guerrilha e capacidade do armamento, substancialmente mais elevados, das forças

²⁴³ Ver Anexo C, Fotografia 15.

²⁴⁴ John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, p. 199.

²⁴⁵ Ver Anexo C, Fotografia 16.

²⁴⁶ Gomes Ramos, “Por terras nunca de antes navegadas”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1966, pp. 292-304.

²⁴⁷ Ver Anexo C, Fotografia 9.

²⁴⁸ Gomes Ramos, “Por terras nunca de antes navegadas”, p. 212.

²⁴⁹ Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Moçambique* pp. 38-40. Ver anexo A, Tabela 2.

²⁵⁰ Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Moçambique*, pp. 39-43.



subversivas que, em conjunto com a dúvida relativamente à pacificidade das populações, complica o teatro de operações junto ao Niassa.²⁵¹

Posto o descrito anteriormente e, como já seria expectável, o lago Niassa revelar-se-ia a principal frente de guerra em Moçambique, pelo menos nos primeiros anos do conflito.²⁵²

Em 1968, a Zâmbia permite que a FRELIMO crie bases no seu território.²⁵³ Começam assim incursões em Tete e, por consequência, a guerra em Moçambique passa pelo seu período mais intenso. Simultaneamente, desencadeia-se o projeto da barragem de Cabora Bassa (1969-1974) ao qual se incube a Armada de patrulhar e defender a zona fluvial nas imediações do projeto. Estuda-se também a possibilidade de reforço de meios fluviais, como *hovercrafts*, a serem empregues no rio Zambeze devido às intensidade das correntes locais. No entanto, ambos os projetos acabam por ser cancelados por virtude do 25 de abril de 1974, conseqüente fim da Guerra Colonial e independência, em 1975, de Moçambique.²⁵⁴

Resumidamente, pode dizer-se que o papel da Marinha em Moçambique seria marcado, fundamentalmente, pelos dispositivos no Niassa, na Beira²⁵⁵ e no Zambeze²⁵⁶ que, ainda que não estivessem apetrechados duma quantidade de meios comparável aos teatros de operações da Guiné ou de Angola, proporcionaram uma intervenção importantíssima do ponto de vista estratégico. Os meios da Marinha eram, sem dúvida, os que maior valor, capacidade e adaptabilidade apresentavam para as exigências fluviais e marítimas dos cenários anteriormente mencionados.²⁵⁷

²⁵¹ Sanches de Baêna, Fuzileiros: *Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Moçambique*, pp. 53-54.

²⁵² A frente do Niassa é descrita, mais pormenorizadamente em: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Moçambique*, p. 31-105; e John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, p. 213-224.

²⁵³ Ver Anexo B, Figura 14.

²⁵⁴ António José Telo, pp. 615-619.

²⁵⁵ Empenhamento resultante do bloqueio naval da Beira, montado pelos ingleses à Rodésia, em virtude da declaração da independência da última (1965-1975). Mais pormenorizadamente descrito em António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, pp. 614-616.

²⁵⁶ Ver Anexo B, Figura 15.

²⁵⁷ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, p. 620.



3.2.3 A Marinha na Guiné

Finalmente, aborda-se a intervenção da Marinha no teatro de operações da Guiné. O cenário de, efetivamente, maior intervenção e preponderância por parte da Armada em que, devido às características do terreno, se estima que cerca de 80% dos movimentos de pessoal e material fossem feitos via fluvial.²⁵⁸

Aborde-se então, e pela seguinte ordem, os fatores que compõem o conflito da Guiné e a ação da Marinha no teatro de operações: as características do terreno, o inimigo, o relacionamento entre a autoridade administrativa e as forças armadas e, por fim, a subversão e a população.²⁵⁹

Relativamente às características do terreno, o território da Guiné, geograficamente limitado a norte pela República do Senegal, a oeste pelo Atlântico e a leste e sul pela Guiné-Conacri (República da Guiné), faz-se compor duma emaranhada rede fluvial, algumas ilhas adjacentes ao território continental e ainda o ligeiramente mais afastado arquipélago das Bijagós.²⁶⁰

Da sua rede fluvial, destacam-se os rios Cacheu, Mansoa, Geba, Tomabli, Cumbijã, Corumbal e Cacine, para além dum conjunto numeroso de afluentes e subafluentes. Acrescente-se ainda a influente amplitude da maré no litoral, que resulta na variabilidade de caudal e intensas correntes de maré. O seu terreno é maioritariamente constituído por mangais de vegetação pouco densa, de baixo e médio porte que constituía, em conjunto com a complexa rede fluvial, as principais áreas de ação dos meios da Marinha tanto na fiscalização dos rios como nas operações anfíbias.^{261 262}

No que diz respeito ao inimigo, existiam diversos movimentos de libertação na Guiné dos quais se destaca o PAIGC pela sua capacidade, organização militar e por ter sido, efetivamente, o único movimento que combateu organizadamente a autoridade.

²⁵⁸ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, p. 575.

²⁵⁹ Costa Santos, “A Marinha na Guiné 1963-65”, *Anais do Clube Militar Naval*, janeiro-março, 1965.

²⁶⁰ Sanches Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos na Guiné*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, pp. 9-10.

²⁶¹ Ver Anexo B, Figura 16.

²⁶² Sanches Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos na Guiné*, pp. 9-10.



Derivado de anteriores movimentos nacionalistas de libertação que se criavam durante a década de 50, fruto da instabilidade geral que se vivia nas colónias, é fundado o PAIGC em 1957.²⁶³ Registam-se desde esse período, diversos desacetos de origem subversiva que culminam, no verão de 1961, com a declaração de luta armada por parte do PAIGC. Liderado por Amílcar Cabral, contava nos seus quadros superiores com pessoal formado na URSS e na China, sendo os apoios externos em termos de armamento, originários das nações mencionadas, e a sua entrada na Guiné facilitada pela fronteira com a Guiné-Conacri.²⁶⁴

O PAIGC caracterizava-se, fundamentalmente, pelos seus ideais comunistas e natureza maoísta de luta armada, recorrendo à guerrilha, subversão e forte propaganda junto da população, que exigiu o emprego imediato do DFE2, na sua chegada à Guiné.²⁶⁵ Pode-se assim, caracterizar os seus principais objetivos ou linhas de ação em três aspetos, fundamentalmente subversivos e guerrilheiros, para além de profundamente enquadrados na conceção doutrinária descrita no primeiro capítulo.²⁶⁶

- 1) Condução duma guerra de guerrilha, provocando desgaste físico e psicológico ao seu inimigo;
- 2) Propaganda e foco na população, procurando o seu apoio, ao enaltecer os sucessos e esconder os insucessos operacionais, manipulando também a opinião da população relativamente aos movimentos da autoridade vigente;
- 3) Imposição de dificuldades na utilização de vias de comunicação terrestres e fluviais através de emboscadas e sabotagem.

Saliente-se aqui, mais uma vez, a importância da população para o PAIGC. Amílcar Cabral reunia o consenso e exercia a sua influência em grande parte das etnias guineenses, algo que complicava a situação para a contra-subversão. Também a presença das Forças Armadas, iniciada a luta armada, era psicologicamente negativa para a população, muitas vezes passando uma imagem de fragilidade da autoridade administrativa da província e da segurança no território. Era assim, de todo,

²⁶³ Sanches Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos na Guiné*, pp. 14-17.

²⁶⁴ Costa Santos, “A Marinha na Guiné 1963-65”, pp. 7-8.

²⁶⁵ Manuel Pires da Silva, *Homem Ferro, Memórias de um combatente*, Porto, Edição do autor, 2008, pp. 32-33.

²⁶⁶ Costa Santos, “A Marinha na Guiné 1963-65”, pp. 8-9.



fundamental uma eficiente coordenação entre ambas para que se colmatasse tal circunstância.²⁶⁷²⁶⁸

Ainda sobre o PAIGC e relativamente ao seu armamento, pode dividir-se o progressivo aumento das suas capacidades em quatro fases que começam por constituir-se, em 1961, de armamento ligeiro como pistolas, pistolas-metralhadoras, espingardas, granadas de mão, etc. Progressivamente, a partir de 1964, o material evolui para metralhadoras pesadas, morteiros, foguetões de 120mm, colminando em 1973 com o emprego do míssil terra-ar *Strella*, que teria um impacto enorme para que as forças portuguesas reformulassem as suas ações táticas.²⁶⁹

Descritas as características do terreno, a natureza do inimigo e as suas linhas de ação, enumeram-se agora as missões e envolvimento da Marinha no teatro de operações da Guiné.

Definam-se, resumidamente e em primeiro lugar, as missões do Comando de Defesa Marítima da Guiné (CDMG) logo em 1962, antes de se iniciar para Portugal a luta armada na província, só em 1963:²⁷⁰

- patrulha e fiscalização das áreas costeiras e fluviais, negando ao inimigo o uso de tais vias de comunicação;
- intervenção em missões de neutralização do inimigo através de operações anfíbias e terrestres, empregando meios navais e unidades de fuzileiros;
- apoio logístico a pontos estratégicos através do transporte de recursos via fluvial;
- proteção da navegação civil nas áreas de incidência guerrilheira, procurando instaurar um ambiente de segurança e confiança na população.

Em 1962, o dispositivo naval da Guiné contava apenas com o navio hidrográfico *Pedro Nunes*, três lanchas de fiscalização da classe *Bellatrix* – as LFPs *Bellatrix*, *Canopus* e *Deneb* –, as LDPs 301 e 302, que compõem, desde 1961, a Esquadrilha de Lanchas de Fiscalização da Guiné (ELFG)²⁷¹, as embarcações *Corubal*, *Pecixe* e

²⁶⁷ Ver Anexo A, Tabela 6; Anexo C, Fotografia 5.

²⁶⁸ Costa Santos, “A Marinha na Guiné 1963-65”, p. 7-8.

²⁶⁹ Sanches Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos na Guiné*, p. 98.

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 10-11.

²⁷¹ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, p. 578.



Formosa, a draga *Geba*, o rebocador *Atro* e com o DFE2 que era empenhado em todos o tipo de missões anfíbias e de infantaria.²⁷²

A luta armada intensifica-se em 1963, e a ELFG é reforçada com as LP 1 e 2, dois DFEs (7 e 8) e as três primeiras LFGs – *Argos*, *Dragão* e *Escorpião*.²⁷³ O teatro de operações estava essencialmente virado para a “batalha dos rios” que, inspirada nas lições aprendidas da Indochina, segue uma linha de ação que encadeia a reação instantânea, o maior volume de fogo possível²⁷⁴ e cooperação aeronave-navio no combate às súbitas emboscadas que se montavam a partir das margens.²⁷⁵ O combate da Marinha nas redes fluviais e águas interiores da Guiné foi, sem dúvida, a principal ação que fez, permanentemente, parte das suas missões. A composição das suas forças, a sua estrutura de comando e o emprego tático na patrulha, fiscalização e projeção de forças, estavam bem definidos para além de serem boa parte de documentação oficial da época alusiva à guerra de contra-subversão.²⁷⁶

Quanto aos fuzileiros, tropa anfíbia por excelência, pode dizer-se que retiraram da Guiné uma maior porção de protagonismo do que nos restantes teatros de operações africanos. Do relacionamento aeronave-lancha-DFE, surge a série de acontecimentos deteção, projeção anfíbia e aniquilação do inimigo. Juntando-se ainda a utilização dos DFEs em operações conjuntas.²⁷⁷ Destaquem-se, de entre várias, a Operação *Tridente*, ainda em 1964, e a Operação *Mar Verde* em 1970.

A Operação *Tridente*, decorrida no início de 1964, foi uma operação conjunta que envolveu meios dos três ramos das Forças Armadas tendo sido empenhados, da parte da Marinha três DFEs, o contratorpedeiro *Vouga*, a fragata *Nuno Tristão*, uma LFG, três LFPs, seis LDMs e quatro LDPs. A operação pretendia reduzir as ações subversivas e guerrilheiras entre Cacine e Catió, nomeadamente na ilha do Como. Para tal, tinha como principais objetivos: o controlo das vias marítimas da região, proteger a população da subversão, propaganda e intimidação do PAIGC e reforçar a autoridade administrativa e melhorar o bem-estar económico da população na zona. A Operação

²⁷² Manuel Pires da Silva, *Homem Ferro, Memórias de um combatente*, p. 34.

²⁷³ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, p. 581.

²⁷⁴ Ver Anexo C, Fotografia 17.

²⁷⁵ Costa Santos, “A Marinha na Guiné 1963-65”, pp. 13-16.

²⁷⁶ B.C.M. - Arquivo Histórico da Marinha, Coleção Coloredo, Guiné-Bissau, Pasta 175, *Guerra Subversiva da Guiné – Elementos para a sua história 1965-74*. Ver Anexo A, Tabela 3.

²⁷⁷ B.C.M. - Arquivo Histórico da Marinha, Coleção Coloredo, Guiné-Bissau, Pasta 175, *Guerra Subversiva da Guiné – Elementos para a sua história 1965-74*, p. 16-22.



Tridente foi também, para além de um exemplo de contra-subversão, um exemplo da focagem das forças armadas portuguesas e da Marinha na população, retirando influência ao PAIGC e procurando a vitória nos fatores subjetivos tão característicos da guerra subversiva, que são normalmente as vantagens pretendidas pelos guerrilheiros. Ainda que não se tenha assegurado a permanência de forças por um longo período de tempo, pelos resultados não compensarem o emprego de meios, pode-se dizer que a Operação *Tridente* tenha sido uma vitória “camuflada”, tão característica da guerra subversiva.²⁷⁸

Neste seguimento, no que se refere à subversão, é relevante destacar a importância que a Marinha lhe conferia. Dá-se assim o exemplo dos relatórios quinzenalmente emitidos pelos DFEs, nos quais constavam informações como a situação social referente à subversão nas diversas áreas operacionais da Guiné, o contexto diplomático das nações adjacentes e o seu impacto para as operações, os quantitativos e descrições das ações dos DFEs, as ações tomadas pelo inimigo, etc.²⁷⁹

Em 1968, com a chegada do General António de Spínola à Guiné, assumindo os cargos de Governador-Geral e Comandante-Chefe, chega uma nova conceção estratégica para o empenhamento das forças portuguesas na Guiné – a contra-penetração – que visava impedir as infiltrações dos guerrilheiros do PAIGC a partir das fronteiras com a Guiné-Conacri e Senegal²⁸⁰, priorizando-se a segunda. Os DFEs passam então a ser empregues como tropa de quadrícula, ou seja, são atribuídos a uma determinada zona tal como as restantes unidades de infantaria das Forças Armadas, nas quais levam a cabo as suas ações de patrulha fluvial e projeção anfíbia.²⁸¹

A conceção de emprego dos DFEs seria mais uma vez alterada em meados de 1972, reduzindo-lhes a preponderância, excetuando os casos de operações conjuntas de maior envergadura.²⁸²

Entretanto, a 22 de novembro de 1970, dá-se a polémica Operação *Mar Verde*. As forças portuguesas, comandadas por Alpoim Calvão, eram compostas pelas LFGs

²⁷⁸ John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, pp. 172-181.

²⁷⁹ B.C.M. - Arquivo Histórico da Marinha, Coleção Coloredo, Guiné-Bissau, Pasta 156, Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, *Relatórios quinzenais 1970-71*.

²⁸⁰ Ver Anexo B, Figura 17.

²⁸¹ Sanches Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos na Guiné*, pp. 99-103.

²⁸² *Ibid.*, pp. 219-220.



Orion, *Cassiopeia*, *Dragão* e *Hidra*, pelas lanchas de desembarque grandes (LDG) *Bombarda* e *Montante* – em termos navais – e pelos DFE21 (fuzileiros africanos), a Companhia de Comandos Africanos, por elementos da *Front de Libération Nationale Guinéen* (FLNG) e por um restante contingente de militares especialmente destacado para a execução da operação – em termos de infantaria.²⁸³

A missão consistia em: destruir o quartel-general central do PAIGC, localizado em Conacri libertar os prisioneiros portugueses retidos nas instalações; destruir as embarcações do PAIGC e da República da Guiné que se encontravam no porto da Conakry (objetivo comum com a FLNG); neutralizar duas aeronaves, *Mikoyan-Guerevich*-15 e MIG-17 (MIG) pertencentes à República da Guiné; e criar condições para o desembarque da força da FLNG. Para tal, dividir-se-iam as forças em 15 equipas de assalto que cumpririam objetivos que contribuiriam para atingir o sucesso nas principais tarefas da missão, anteriormente enumeradas. O desfecho da operação não foi exatamente o esperado, não se tendo cumprido todos os objetivos, nomeadamente os que à FLNG dizem respeito, pelos mais variados motivos desde deserções, falhas no planeamento baseadas em informações falsas, fugas de informação, etc.²⁸⁴

São tão diversos, extensos e complexos os relatos do empenhamento da Marinha no teatro de operações da Guiné que seria, sem dúvida, impossível descrevê-los a todos com a merecida importância e menção.²⁸⁵

Posto isto, pode-se dizer que o teatro de operações da Guiné foi, como já havia sido referido no início, o mais exigente no que ao empenhamento dos meios da Armada diz respeito, quer em termos quantitativos quer pela complexidade da missão. A Guiné foi, inequivocamente, o “palco principal”, mais complexo e mais difícil para a luta armada, contra-subversão, anti-guerrilha e para a Marinha, quer pela natureza do terreno quer pela organização do inimigo.

²⁸³ José Castanho Paes *et al.*, *Olhares sobre Guiné e Cabo Verde*, 1ª edição, Lisboa, DG Edições e Caminhos Romanos, 2012, pp. 240-241.

²⁸⁴ *Ibid.*, pp. 243-245.

²⁸⁵ Aconselham-se, por exemplo, as leituras de: Alpoim Calvão, “Dois anos de missão na Guiné Portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1966; José Castanho Paes *et al.*, *Olhares sobre Guiné e Cabo Verde*, pp. 191-263; António Luís Marinho, *Operação Mar Verde, Um documento para a história*, 1ª edição, Lisboa, Temas e Debates, 2006; e John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, pp. 145-193; etc.



Conclusão

Os aspetos mais relevantes desta dissertação de mestrado foram, como a própria investigação e estrutura de desenvolvimento do tema deduzem, toda a contextualização conceptual e histórica que explica o princípio da Guerra Colonial e que culmina com uma descrição e análise da participação da Marinha no conflito, quer em termos genéricos quer do ponto de vista da contra-subversão.

A partir do cruzamento e da sequência de consulta de diversos autores foi possível a conceção de certas conclusões que conduziram ao único elo existente entre guerra subversiva e uma qualquer outra guerra, constituindo-se, ambas, como um meio de obter um fim político. No entanto, a sua origem histórica e a doutrina de que se faz valer, tornam-na muito diferente da guerra convencional tanto pela natureza e capacidades das forças opositoras como pelas metodologias empregues e prioridades de ambas as fações. Para além da propaganda que visa a conquista da população, que se constitui como um fator fundamental para o sucesso, a guerrilha, a assimetria de movimentos, o terrorismo, a sabotagem, o desgaste e a ascensão inicialmente silenciosa, faseada e progressiva são algumas das características que a tornam especial e um difícil adversário para qualquer Estado que a combata.

Foi assim no contexto desta rápida e breve conclusão, que se pretendeu responder à primeira questão principal, apresentada na introdução da dissertação, e que se desenvolveu essencialmente ao longo do primeiro capítulo.

Quanto à segunda conclusão retirada, à qual se associa a segunda questão inicialmente colocada, pode afirmar-se que a Guerra Colonial é o desfecho duma série de acontecimentos e fatores que surgem muito antes dos eventos do 4 de fevereiro e 15 de março de 1961, em Angola. A divisão africana resultante da Conferência de Berlim, a oposição à presença portuguesa nas colónias, as campanhas de pacificação, o desfecho da Segunda Guerra Mundial, a Conferência de Bandung e o associado surgimentos dos movimentos de libertação afro-asiáticos são uma série de acontecimentos que contribuem para a instabilidade do Ultramar Português. No entanto, ao contrário da percepção que muitas vezes se poderá ter, Portugal esteve consciente da conjuntura que se desenhava e preparou-se, dentro das suas possibilidades políticas e financeiras, para uma guerra exigente que se estenderia até ao 25 de abril de 1974.



Em terceiro lugar, e no que à Marinha diz respeito, no seguimento da preparação política e militar virada para África por que Portugal enveredou nos anos 50, esteve também o caminho adotado pela política e estratégia naval. Como se aborda antes da descrição da envolvência da Marinha no conflito propriamente dito, o empenhamento de forças navais na guerra contra-revolucionária, diga-se guerra subversiva, que se idealizava foi efetivamente adequado à realidade.

Como se pode verificar nos três teatros de operações, a missão da Marinha esteve intimamente relacionada com a fiscalização e patrulha das fronteiras marítimas e fluviais assegurando vias de comunicação às populações e forças portuguesas, ao mesmo tempo que negava tais vias de comunicação e infiltração aos movimentos independentistas. Para além disso, também a execução de operações anfíbias, defendidas por Roboredo e Silva e associadas aos fuzileiros, foram preponderantes e talvez as protagonistas no que ao emprego de forças navais diz respeito.

Dentro destas missões/funções da Marinha, surge, inerente, a envolvência na guerra subversiva. Nesta, cada negação de área geográfica, de influência na população ou cada missão de aniquilação de forças guerrilheiras e de bases logísticas constitui-se como um sucesso e como uma forma de contra-subversão e que é, ao fim ao cabo, o tópico que se pretende, direta ou indiretamente, abordar e relacionar com toda a contextualização e descrição que se vai tomando ao longo da dissertação.

Por fim, de forma a complementar a presente dissertação e partindo precisamente da sua tentativa de abordagem geral, analisando a participação da Marinha na guerra de contra-subversão em África dum ponto de vista mais estratégico, recomenda-se uma análise isolada a cada um dos teatros de operações cruzando informação e eventuais relatórios dos restantes ramos das Forças Armadas de forma a construir-se uma noção mais operacional do empenhamento da Marinha.



Fontes e bibliografia

Fontes:

B.C.M. - ARQUIVO HISTÓRICO DA MARINHA, Canhoneira *Diu*, Documentação avulsa, 490-3, 1893.

———, Canhoneira *Bengo*, Documentação avulsa, 483, 1895.

———, Álvaro de Melo Machado, *Ofício 157, Macau- Repartição dos Serviços de Marinha*, 72, 1912.

———, Canhoneira *Pátria*, Gago Coutinho, Carlos Viegas, *Registo de Telegramas da Canhoneira Pátria 1910-1929*, 189, 1912.

———, Coleção Coloredo, Angola, Pasta 197, *Relatórios PIDE-DGS – Serviços de Segurança*.

———, Coleção Coloredo, Angola, Pasta 250, Artigos diversos sobre Angola, 7. *Luta contra a subversão e a colaboração civil-militar*.

———, Coleção Coloredo, Guiné-Bissau, Pasta 156, Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, *Relatórios quinzenais 1970-71*.

———, Coleção Coloredo, Guiné-Bissau, Pasta 175, *Guerra Subversiva da Guiné – Elementos para a sua história 1965-74*.

Bibliografia:

ANTUNES, José Freire, *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.

———, *A Guerra de África (1961-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

ARAÚJO, Sequeira, “As missões da marinha à luz da doutrina da Contra-Subversão”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1963, pp. 239-249.

BAÊNA, Sanches de, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, Comissão Cultural da Marinha – Edições Inapa, Lisboa, 2006.

———, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006.

———, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Moçambique*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006.



———, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos na Guiné*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006.

BARATA, Themudo *et al.*, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1988.

BASTOS, Pereira, “Dois anos de comissão no Zaire”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1965, pp. 48-81.

BRANDÃO, Almeida, “António Enes e a Marinha – A Guerra de África em 1895”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1981, pp. 534-537

BRANDÃO, José, *Cronologia da Guerra Colonial Angola – Guiné - Moçambique*, Lisboa, Editora Prefácio, 2008.

CAIO, Horácio, *Angola – os dias do desespero*, 9ª edição, Lisboa, Grupo de Publicações Periódicas, 1961.

CALVÃO, Alpoim, “A Marinha na guerra contra-revolucionária”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1963, pp. 355-366.

———, “Guerra Revolucionária e Guerra Subversiva”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1967, pp. 713-721.

———, “Dois anos de missão na Guiné Portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1966, pp. 113-121.

CANN, John P., *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014.

———, *Conta-Insurreição em África, 1961-1974, O modo português de fazer a Guerra*, 1ª edição, Estoril, Edições Antena, 1998.

CARDOSO, Gomes, “A Marinha em Angola 1961-1964”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1964, pp. 261-276.

CLAUSEWITZ, Karl von, *On war*, Nova Iorque, Princeton University Press, 1976.

COSTA, J. Almeida, MELO, A. Sampaio, *Dicionário da Língua Portuguesa*, “subversão”, 6ª Edição, Porto, Porto Editora, 1989, p. 1563.

COUCEIRO, Henrique Paiva, *Relatório da Missão de Colonização no planalto de Benguela em 1909*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

CRESPO, Pereira, “As missões das forças navais na Guerra Revolucionária”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1960, pp. 538-550.



ESPARTEIRO, Marques, “A Marinha na campanha e prisão do Gungunhana 1894-1895”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1954, pp. 41-51

FIGUEIREDO, Fernando Augusto de, “Timor. A presença portuguesa (1756-1945)”, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2004, <<https://repositorio-aberto.up.pt/.../N5617TD01PFERNANDOFIGUEIREDO000069005.pdf>>, acedido a 25 de novembro de 2016.

FREIRE, José Miguel Moreira, “Há cem anos a guerra russo-japonesa. Consequências diplomáticas. Equilíbrio internacional e europeu”, *Revista Militar*, 2427 – abril 2004, <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/394>>, acedido em 21 de dezembro de 2016.

ESCOLA DE FUZILEIROS, Gabinete de Estudos, *Guerra Revolucionária e princípios de contra-insurreição*.

GALULA, David, *Counter-Insurgency Warfare, Theory and Practice*, Nova Iorque, Frederick A. Praeger, Inc., 1964.

GODINHO, Camões, “Algumas notas sobre uma comissão em Angola nos anos de 1960 a 1961”, *Anais do Clube Militar Naval*, Janeiro-Março, 1966, pp. 14-27

GRUPO DE TRABALHO HISTÓRIA E ETNOLOGIA, *História de Angola*, Porto, Centro de Estudos Angolanos, 1965.

GUEVARA, Ernesto, *La Guerra de Guerrillas*, 1960, <http://www.tusbuenoslibros.com/la_guerra_de_guerrillas_che_guevara.pdf>, acedido em 4 de janeiro de 2017.

HUNTINGTON, Samuel P., *Antologia da Guerra Subversiva*, ed.1966, 1966.

INSTITUTO DIPLOMÁTICO, MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, *Conferência de Berlim*, <<https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/2-uncategorised/703-conferencia-de-berlim.html>>, acedido em 30 de maio de 2017.

LARA, António de Sousa, *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002.

———, *Ciências Políticas, O estudo da ordem e da subversão*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004.

LENINE, Vladimir, “A Guerra de Guerrilhas”, *Obras escolhidas em seis tomos*, Edições ‘Avante!’, 1986, <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1906/09/30.htm>, acedido em 3 de janeiro de 2017.

LUCAS, Maria Manuela, “Organização do Império”, Luís Torgal, Lourenço Roque, *História de Portugal, Liberalismo (1807-1890)*, Volume V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 235-314.



MARINHO, António Luís, *Operação Mar Verde, Um documento para a história*, 1ª edição, Lisboa, Temas e Debates, 2006.

MARTINEZ, Soares, *Economia Política*, 5ª edição, Coimbra, Livraria Almedina, 1991.

MARTINS, Fernando, “Angola, 1961: como os independentistas prepararam a guerra”, 2014, *Observador*, <<http://observador.pt/especiais/angola-1961-como-os-independentistas-prepararam-guerra/>>, acedido em 1 de março de 2017.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, *Manifesto do Partido Comunista*, Editorial ‘Avante!’, 1997.

MATEUS, Dalila Cabrita, MATEUS, Álvaro, *Angola 61 – Guerra Colonial, Causas e consequências*, 2ª edição, Lisboa, Texto Editores, 2011.

MONTEIRO, Saturnino, “Canhoneiras para o Ultramar”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1958, pp. 491-495.

OLIVEIRA, Hermes de Araújo, *Subversão e Contra-Subversão*, “Resposta à Guerra Subversiva”, Edição nº 62, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1963.

———, “Subversão em África”, *Revista Militar*, julho, 1963.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Carta das Nações Unidas (1945)*, <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>>, acedido em 18 de fevereiro de 2017.

PAES, José Castanho *et al.*, *Olhares sobre Guiné e Cabo Verde*, 1ª edição, Lisboa, DG Edições e Caminhos Romanos, 2012,

PÉLISSIER, René, *História das Campanhas de Angola, Resistência e Revoltas 1845-1941*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986.

PINHEIRO, Joaquim, *Subversão e Contra-Subversão*, “Natureza e fundamentos da guerra subversiva”, Edição nº 62, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1963.

PINTO, Alexandre de Sousa, “Guerrilha vs. Guerrilla na Guerra Peninsular”, *Revista Militar*, 2487 – abril 2009, <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/394>>, acedido em 21 de dezembro de 2016.

PORTO EDITORA, “Definição ou significado de guerrilha no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico”, Infopédia – Dicionários Porto Editora, 2003, <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/guerrilha>>, acedido em 29 de dezembro de 2016.

———, “Definição ou significado de subversão no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico”, Infopédia – Dicionários Porto Editora, 2003,



<<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/subversão>>, acedido em 16 de dezembro de 2016.

———, “Abolição do tráfico de escravos”, *Artigos de apoio Infopédia*, 2003-2017, <[https://www.infopedia.pt/\\$abolicao-do-trafico-de-escravos](https://www.infopedia.pt/$abolicao-do-trafico-de-escravos)>, acedido em 3 de junho de 2017.

———, “Ato Colonial de 1930”, *Artigos de apoio Infopédia*, 2003, <[https://www.infopedia.pt/\\$acto-colonial-1930](https://www.infopedia.pt/$acto-colonial-1930)>, acedido em 1 de fevereiro de 2017.

———, “Conferência de Bandung”, *Artigos de apoio Infopédia*, 2003, <[https://www.infopedia.pt/\\$conferencia-de-bandung](https://www.infopedia.pt/$conferencia-de-bandung)>, acedido em 16 de fevereiro de 2017.

RAMOS, Gomes, “Por terras nunca de antes navegadas”, *Anais do Clube Militar Naval*, abril-junho, 1966, pp. 292-304.

REPÚBLICA PORTUGUESA, MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, DL 18:570, *III – Do regime político e administrativo*, 8 de julho de 1930.

———, MINISTÉRIO DA MARINHA, DL 43515, 45, Série 1, art. 1º-3º, 24 de fevereiro de 1961, p. 200-201, <<http://www.leideportugal.com/primeira-serie/decreto-lei-n-o-43515-classes-condutores-escriturarios-dezembro-2760>>.

ROSAS, Fernando, “A lenta agonia do salazarismo”, *História de Portugal, O Estado Novo (1926-1974)*, edição nº 2410, Vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 503-544.

SALEMA, José Mexia, *Nem a Pátria sabe*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1985.

SANCHEZ CERVELLÓ, Josef, “Portugal e a ONU: Caso Angola”, *Guerra Colonial – Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa, Data, Editorial Notícias, 2000.

SANTOS, Costa, “A Marinha na Guiné 1963-65”, *Anais do Clube Militar Naval, Separata*, janeiro-março, 1965.

SILVA, Graciosa, “Timor Leste – Guerra de Manufahi tornou trabalho obrigatório para todos os timorenses”, *Diário de Notícias*, 2012, <<http://www.dn.pt/globo/africa/interior/guerra-de-manufahi-tornou-trabalho-obrigatorio-para-todos-os-timorenses-2907119.html>>, acedido em 3 de dezembro de 2016.

SILVA, Manuel Pires da, *Homem Ferro, Memórias de um combatente*, Porto, Edição do autor, 2008

SILVA, Roboredo e, “Um depoimento sobre a política naval portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1959, pp. 490-518.



TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês, Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, [s.l.], Publicações Alfa, 1990.

TEIXEIRA, Silva *et al.*, *A Marinha na Investigação do Mar 1800-1999*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 2001.

TELO, António José, “Política de defesa: a viragem”, *Guerra Colonial – Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa, Data, Editorial Notícias, 2000.

———, “A mudança: 1959”, *Guerra Colonial – Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa, Data, Editorial Notícias, 2000.

———, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, Lisboa, Academia de Marinha, 1999.

TRINDADE, Ventura, “Guerra Revolucionários e os Homens”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1966, pp. 343-360.

TSÉ-TUNG, Mao, “Problemas Estratégicos da Guerra de Guerrilhas contra o Japão”, *Obras Escolhidas de Mao Tsé-Tung*, Tomo II, Pequim, 1975, <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/guerra.htm#r3>>, acedido em 2 de janeiro de 2017.

———, “Sobre a Guerra Prolongada”, *Obras Escolhidas de Mao Tsé-Tung*, Tomo II, Pequim, 1975, <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/guerra.htm#r3>>, acedido em 2 de janeiro de 2017.

TZU, Sun, *Arte da Guerra*, 1ª edição, Lisboa, Bertrand Editora, 2009.

VENTER, Al J., *Portugal e as Guerrilhas de África, As guerras portuguesas em Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa 1961-1974*, 1ª edição, Lisboa, Clube do Autor, 2015.

Audiovisuais

FURTADO, Joaquim, *A Guerra*, série I, Portugal, RTP, 2007 (série televisiva).



Anexos

Anexo A - Tabelas

Anos	Fragatas	Corvetas	Patrulhas	LP	Hidrog.	LDG	LDM	LDP	Navios
1961	3		2	-	-	-	-	-	2
1962	3		2	3	-	-	-	-	8
1963	3		3	6	1	-	-	-	13
1964	2		4	7	1	-	-	1	15
1965	2		5	10	1	-	3	2	23
1966	1		6	11	1	1	3	4	27
1967	1		6	11	1	1	3	6	28
1968	1		6	11	1	1	3	7	30
1969	1		4	10	1	1	4	8	29
1970	1		7	10	1	1	4	11	35
1971	1		4	11	1	1	4	10	32
1972		1	4	11	1	1	4	10	31
1973		1	4	10	1	2	4	10	32
1974	1		4	10	1	1	4	10	31
1975	1	1	4	15	1	3	4	7	36

Tabela 1 - Evolução dos meios navais no CNA 1961-1975.

Fonte: António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, p. 635.

Anos	Fragatas	Corvetas	Patrulhas	LP	Hidrog.	LDG	LDM	LDM	Navios
1961	1			1					2
1962	1		1	1					3
1963	1		1	2	1				5
1964	1		1	2					4
1965	1		1	3	1		2		8
1966	1		1	8	1		2	3	16
1967	2			8	1	1	4	3	17
1968	3			10	1	1	4	3	22
1969	3			9	1	1	4	3	22
1970	3			7	1	1	4	3	19
1971	3	1		5	1	1	4	3	19
1972		3		7	1	1	4	3	20
1973		3		8	1	1	4	3	21
1974		3		8	1	1	4	4	22
1975		3		8	1	1	4	3	21

Tabela 2 - Evolução dos meios navais no CNM 1961-1975.

Fonte: António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, p. 636.



Anos	Fragatas	LP	Hidrog.	LDG	LDG	LDP	Sec. Merg.	Navios
1961	-		-	-	-	-	-	0
1962	-	3	-	-	-	2	-	5
1963	-	3	-	-	-	2	-	6
1964	1	6	-	-	4	4	-	16
1965	1	7	-	-	18	4	-	31
1966	1	8	-	1	18	6	-	34
1967	-	8	-	2	18	6	-	34
1968	-	8	-	2	18	8	1	36
1969	-	11	-	2	23	8	1	44
1970	-	14	-	3	23	8	1	48
1971	-	15	1	3	25	8	1	52
1972	-	14	-	3	26	8	1	51
1973	-	13	-	3	23	7	1	46
1974	-	13	-	4	26	7	1	50
1975	-	0	-	0	0	0	0	0

Tabela 3 - Evolução dos meios navais no CDMG 1961-1975.

Fonte: António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, p. 637.

Classe	Número de unidades	Deslocamento máximo (ton)	Dimensões (metros)	Velocidade (máxima)	Guarnição
LDP 100	5	18	14,0 x 3,4 x 0,7	9,5 nós	4
LDP 200	17	18	14,0 x 3,4 x 0,7	9,0 nós	4
LDP 300	4	18	14,0 x 3,4 x 0,7	9,5 nós	6
LDM 100	19	65	17,8 x 5,0 x 1,6	9,5 nós	6
LDM 200	5	50	15,3 x 4,3 x 1,2	8,5 nós	6
LDM 300	13	56	17,1 x 4,3 x 1,2	8,5 nós	6
LDM 400	26	58	17,8 x 5,0 x 1,1	9,2 nós	4
LDG 100 (<i>Alfange</i>)	4	480	56,5 x 11,8 x 1,3	10,3 nós	20
LDG 200 (<i>Bombarda</i>)	2	652	56,2 x 11,8 x 1,9	9,5 nós	20

Tabela 4 – Lanchas de Desembarque (1961-1974)

Fonte: John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, p.230.



Datas		Guiné		Angola		Moçambique		Total	
Ano	Mês	DFE	CF	DFE	CF	DFE	CF	DFE	CF
1961	Novembro			1				1	
1962	Maio			1	1			1	1
	Junho	1		1	1			2	1
	Agosto	1		2	1			3	1
	Outubro	1		2	1		1	3	2
1963	Fevereiro	1		3	1		1	4	2
	Junho	1	1	3	1		1	4	3
	Setembro	1	1	4	1		1	5	3
	Outubro	2	1	4	1		1	6	3
	Novembro	3	1	4	1		1	7	3
1964	Fevereiro	4	1	4	1		1	8	3
	Novembro	4	1	4	2	1	1	9	4
1965	Março	4	1	3	2	1	1	8	4
	Junho	4	1	3	2	2	1	9	4
	Novembro	4	1	3	2	3	2	10	5
1966	Agosto	4	2	3	3	3	2	10	7
	Dezembro	4	2	2	3	3	2	9	7
1967	Fevereiro	4	2	2	3	4	2	10	7
1968	Agosto	4	2	2	4	4	2	10	8
1969		4	2	2	4	4	2	10	8
1970	Junho	5	2	2	4	4	2	11	8
1971		5	2	2	4	4	2	11	8
1972		5	2	2	4	4	2	11	8
1973	Abril	5	2	2	4	3	3	10	9
1974	Fevereiro	6	2	2	4	3	3	11	9
	Abril	5	2	2	4	3	3	10	9
	Maio	6	2	2	4	3	3	11	9

Tabela 5 – Número de DFEs e CFs atribuídas a cada um dos teatros de operações, por anos.

Fonte: John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, p.230.

	Total população estimada	Total	Refugiada Senegal	Refugiada na Rep. Guiné	Sob controlo insurgente no teatro de operações
Quantitativos	600 000	160 000	60 000	20 000	80 000
Percentagens		27%	10%	4%	13%

Tabela 6 - Potencial humano (valores aproximados) controlado pelo inimigo na Guiné, em dezembro de 1970.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos na Guiné*. Comissão Cultural da Marinha - Lisboa. Edições Inapa. 2006. p.97.



Anexo B – Mapas e Esquemas

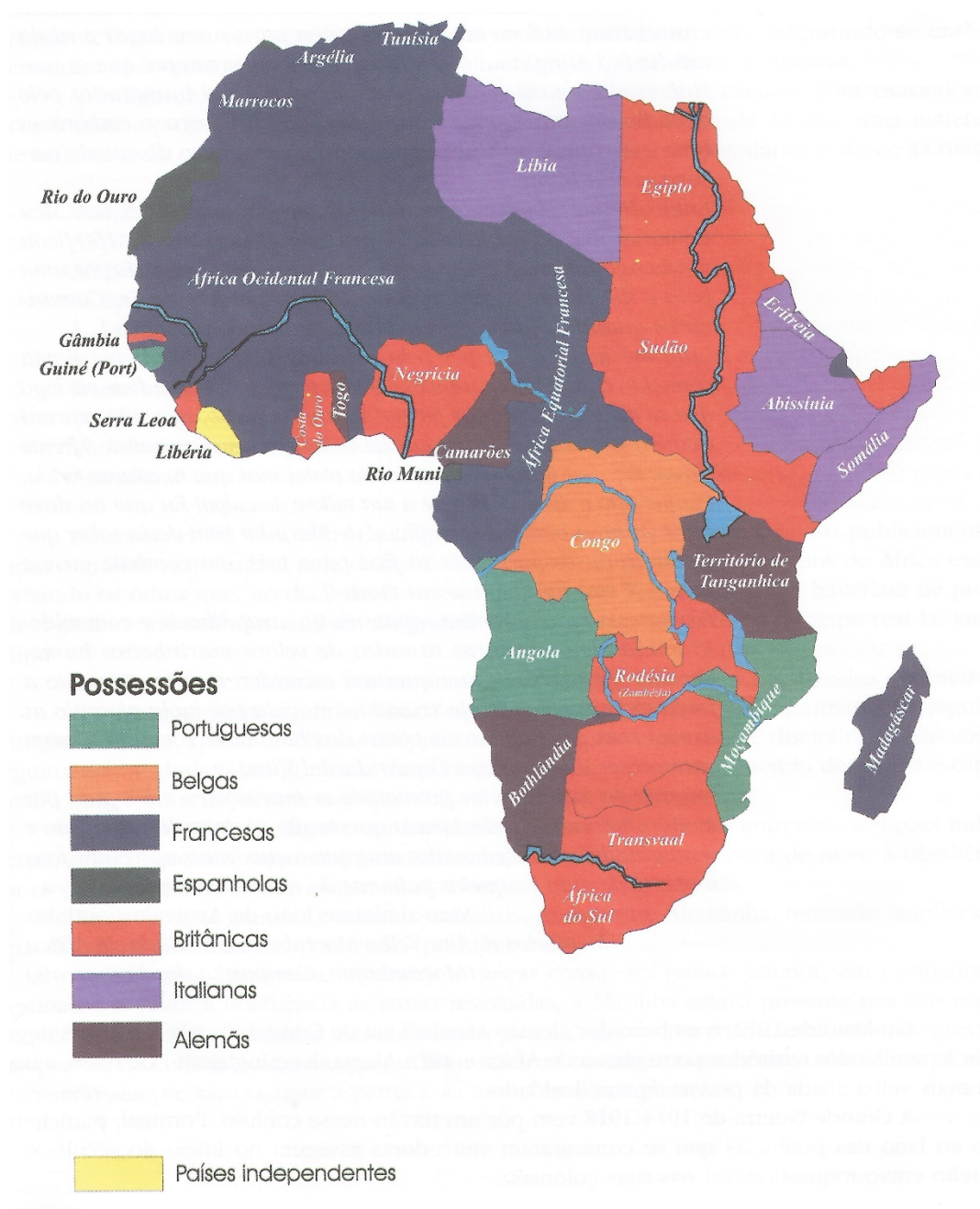


Figura 1 - Carta Política de África em 1914.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.14.

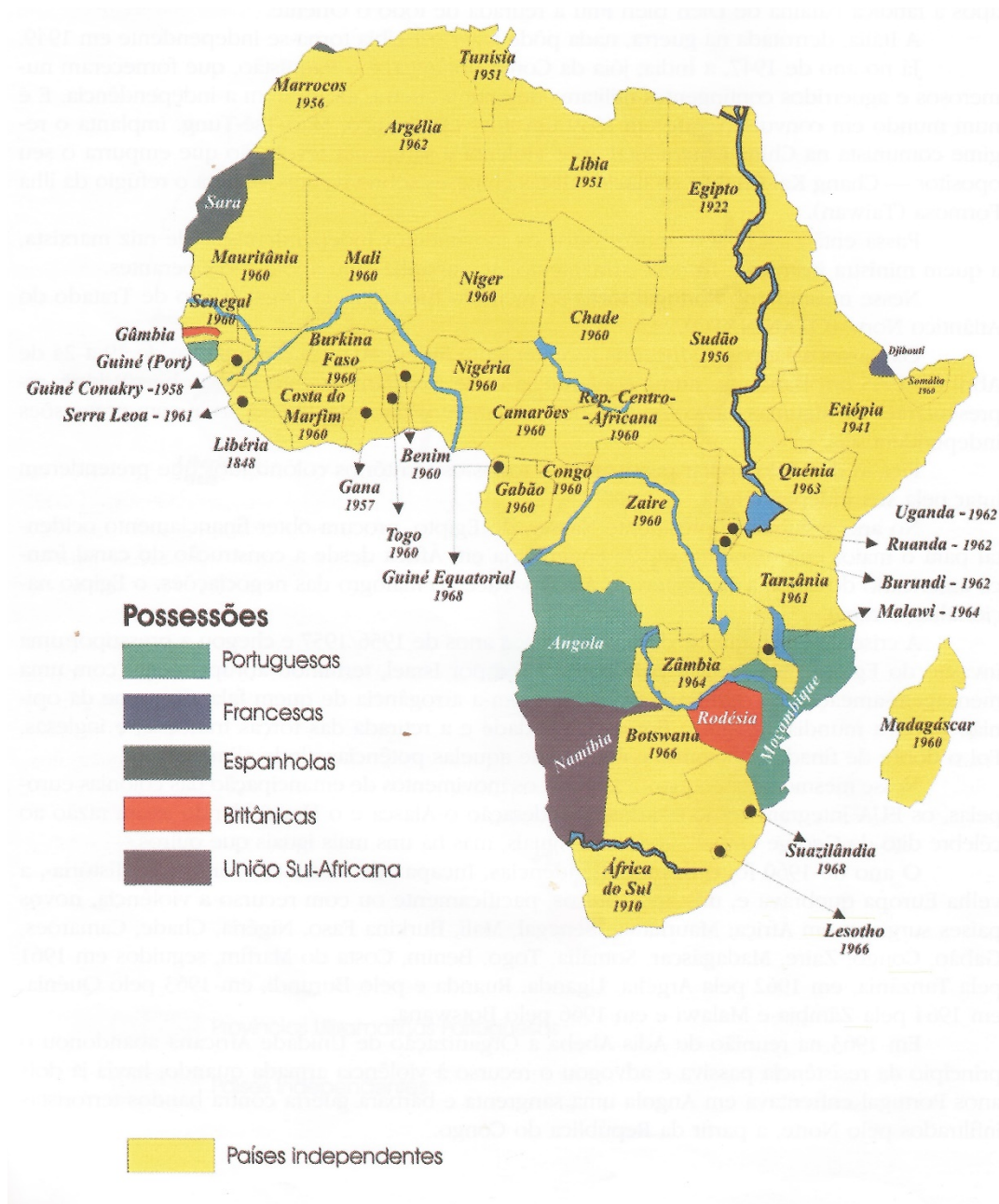


Figura 2 – Carta política de África com os anos de independência dos territórios até ao final dos anos 60.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.18.



Figura 3 - Divisão administrativa da Província de Angola.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.16

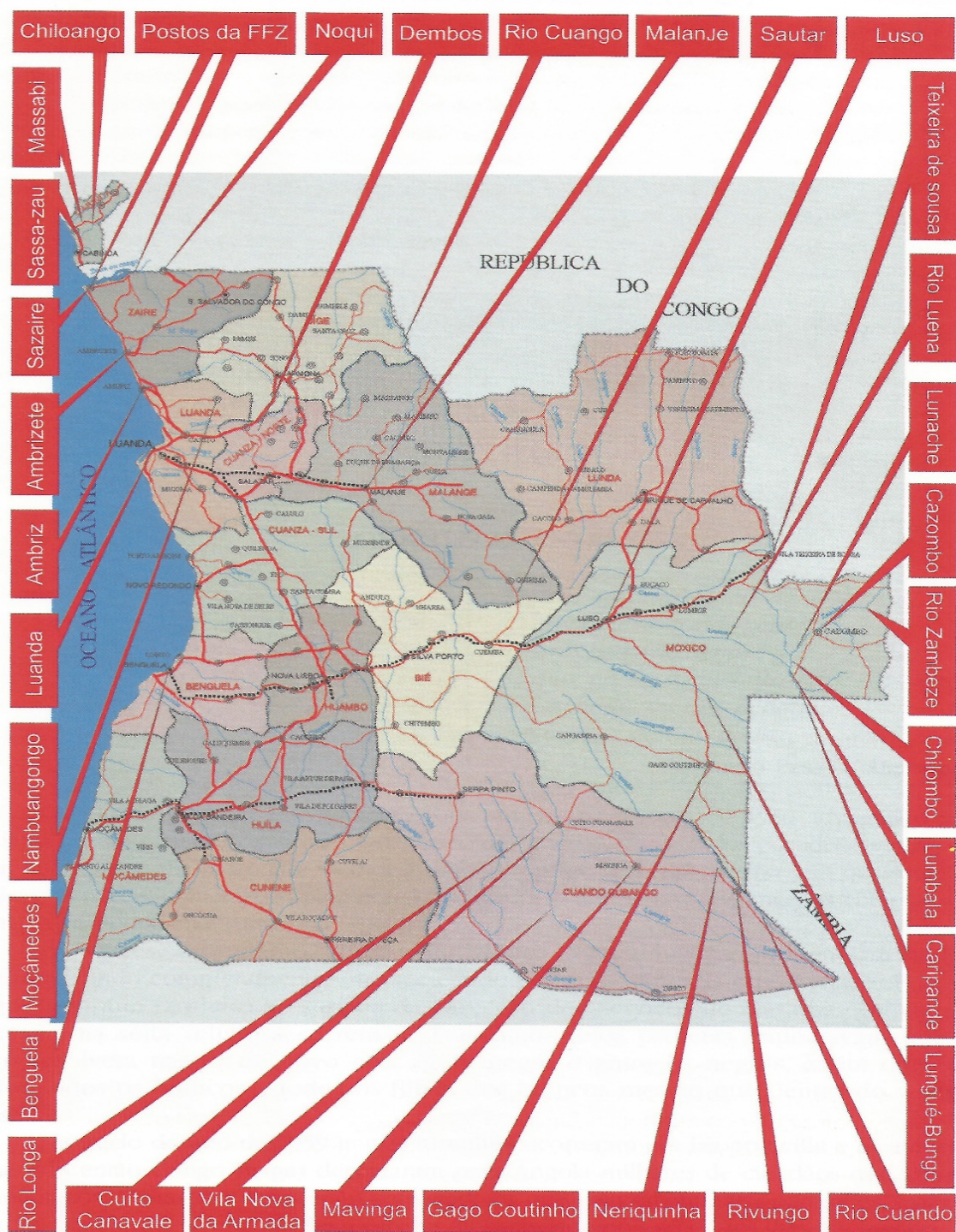


Figura 4 - Mapa da Província de Angola com identificação de pontos chave.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.19.

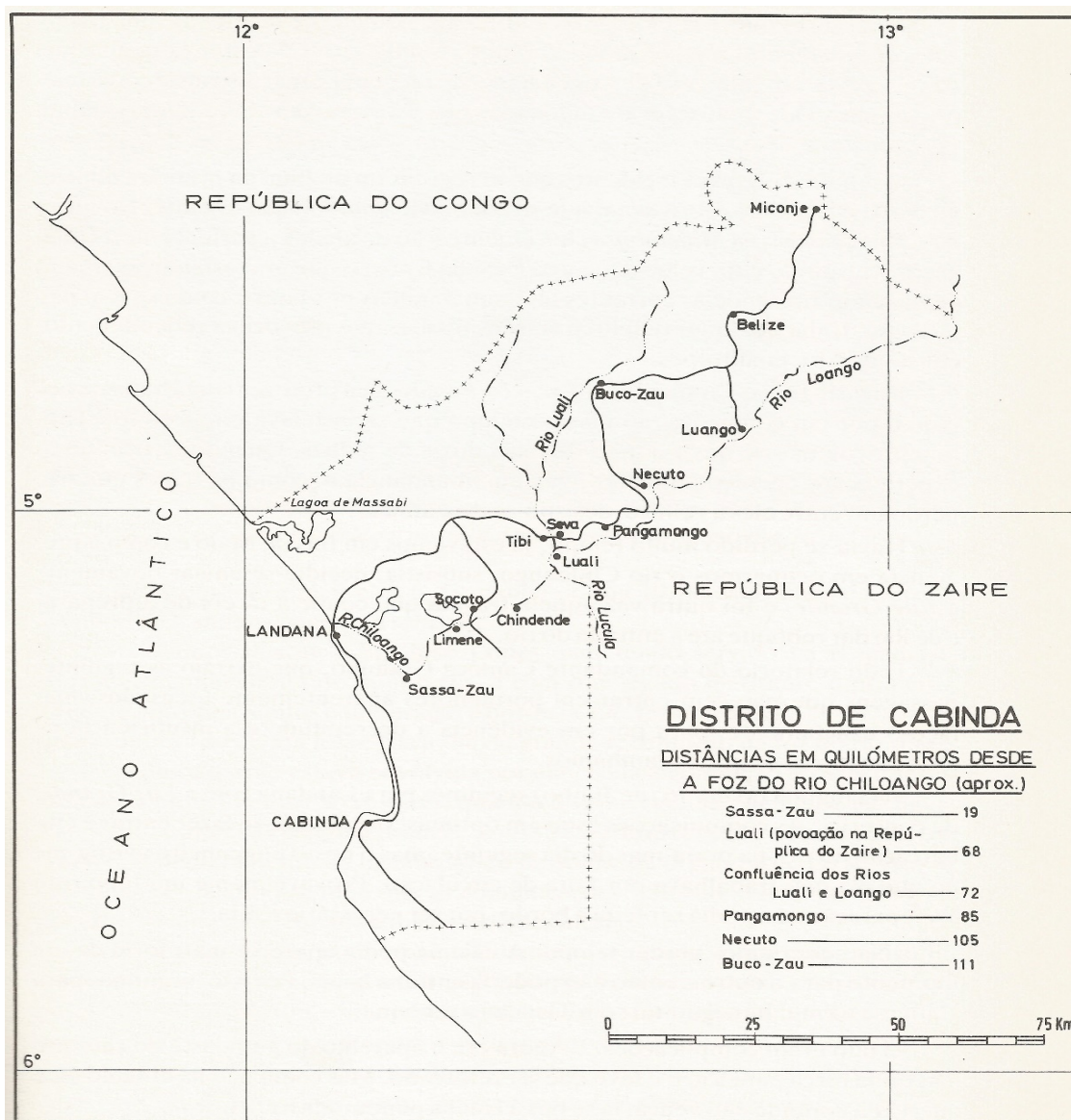


Figura 5 – Distrito de Cabinda, Província de Angola.

Fonte: José Mexia Salema, *Nem a Pátria sabe*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1985, p. 97.

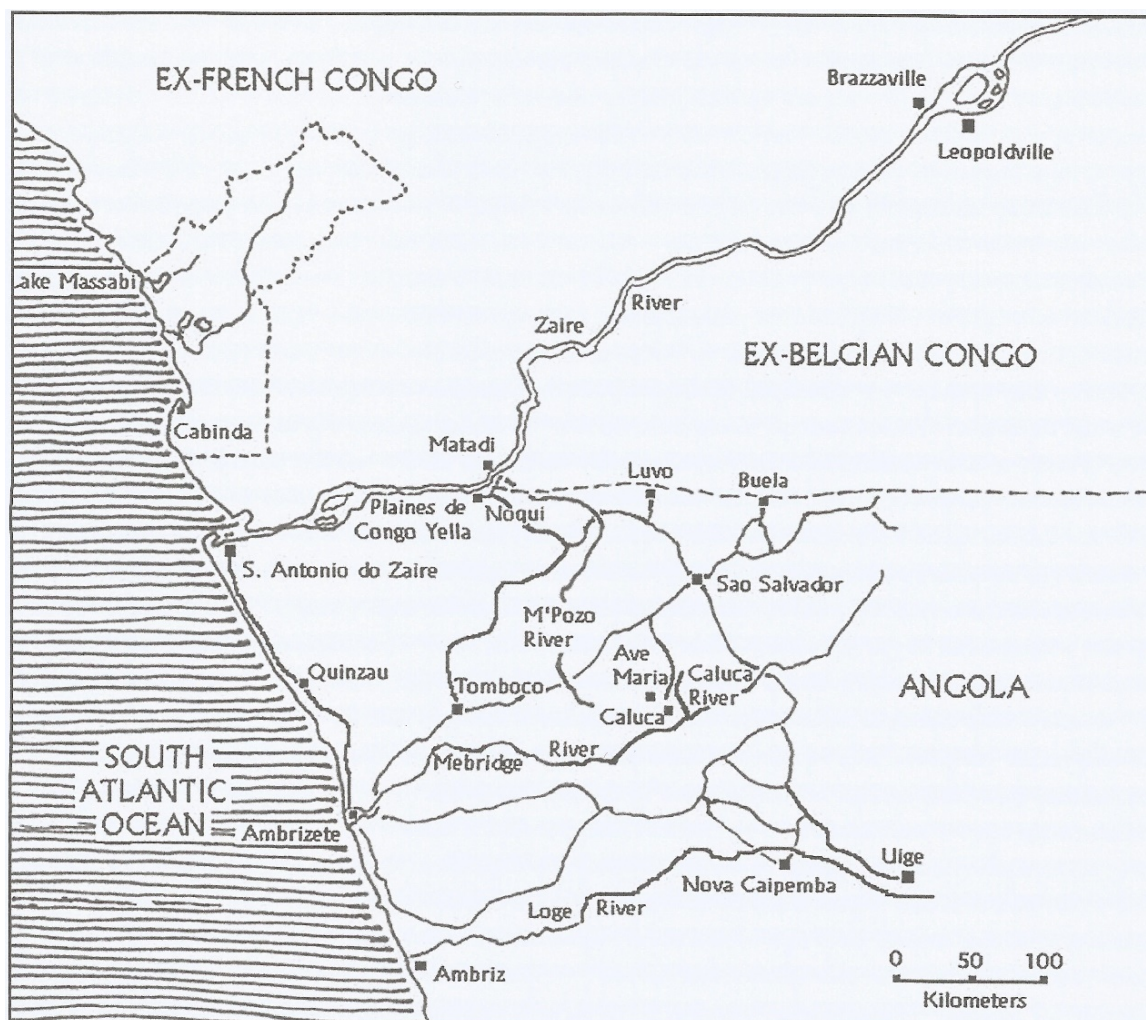


Figura 6 – Região norte de Angola.

Fonte: John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, p.129.



Figura 7 – Situação no norte de Angola nos princípios de junho de 1961.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.35.



Figura 8 – Esquema da reocupação de Angola, da qual se destaca o empenhamento de unidades navais no Zaire, Ambrizete e Ambriz.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.36.

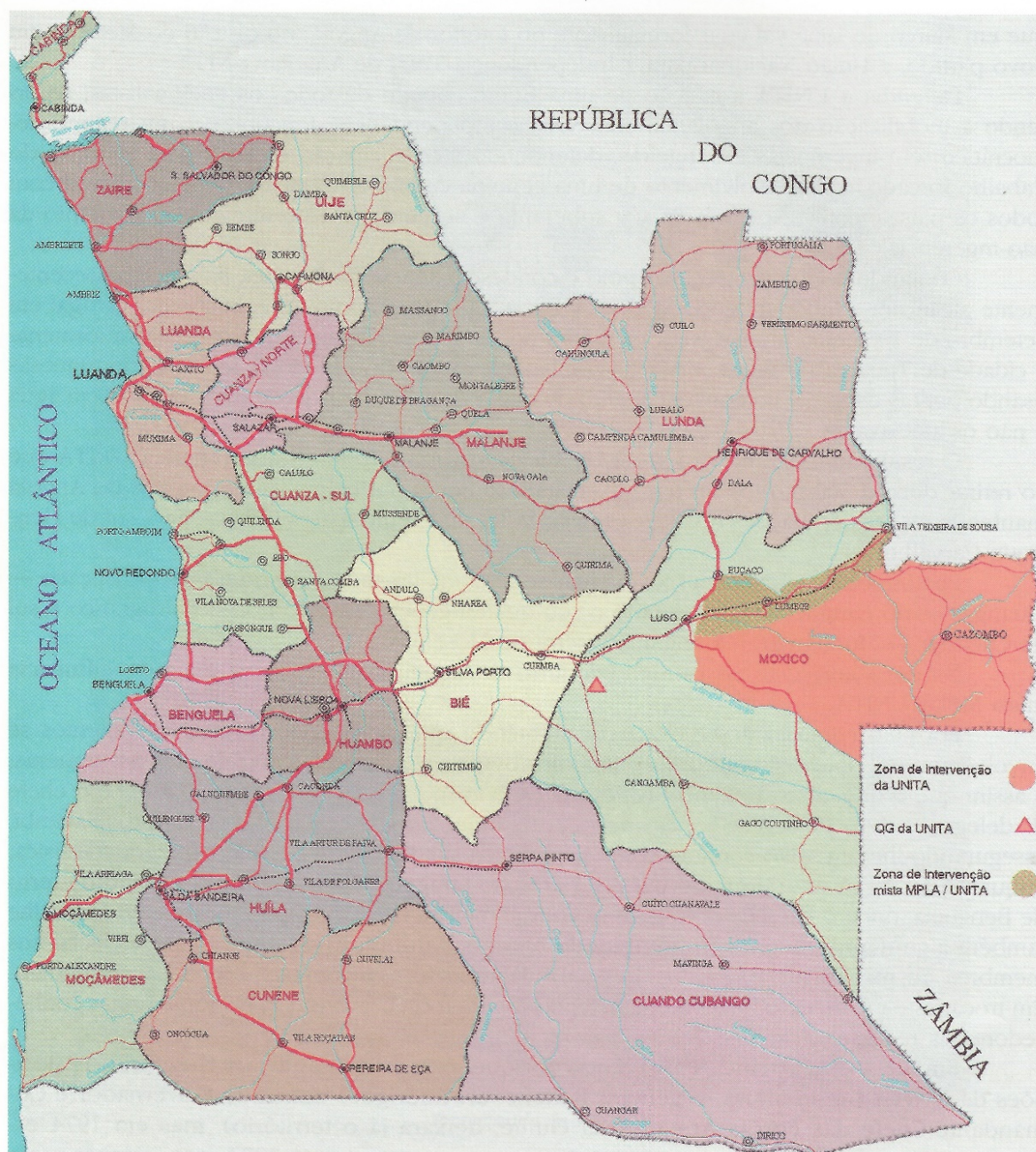


Figura 9 – Zonas de intervenção da UNITA.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Angola*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.92.

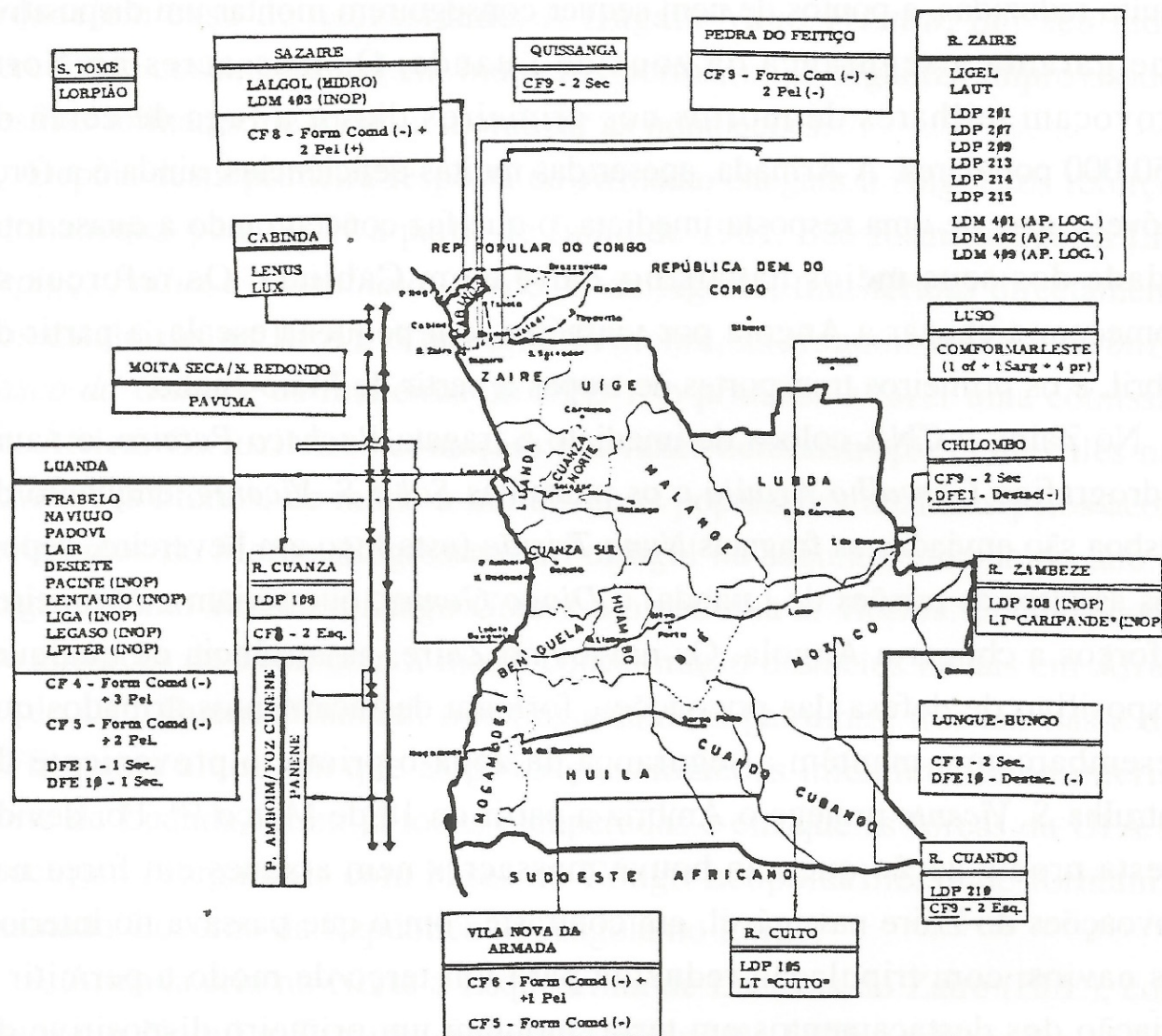


Figura 10 – Dispositivo naval em Angola, 25 de agosto de 1970.

Fonte: António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, p. 597.



Figura 11 - Divisão administrativa da Província de Moçambique.

Fonte: Sanches de, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Moçambique*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.12.

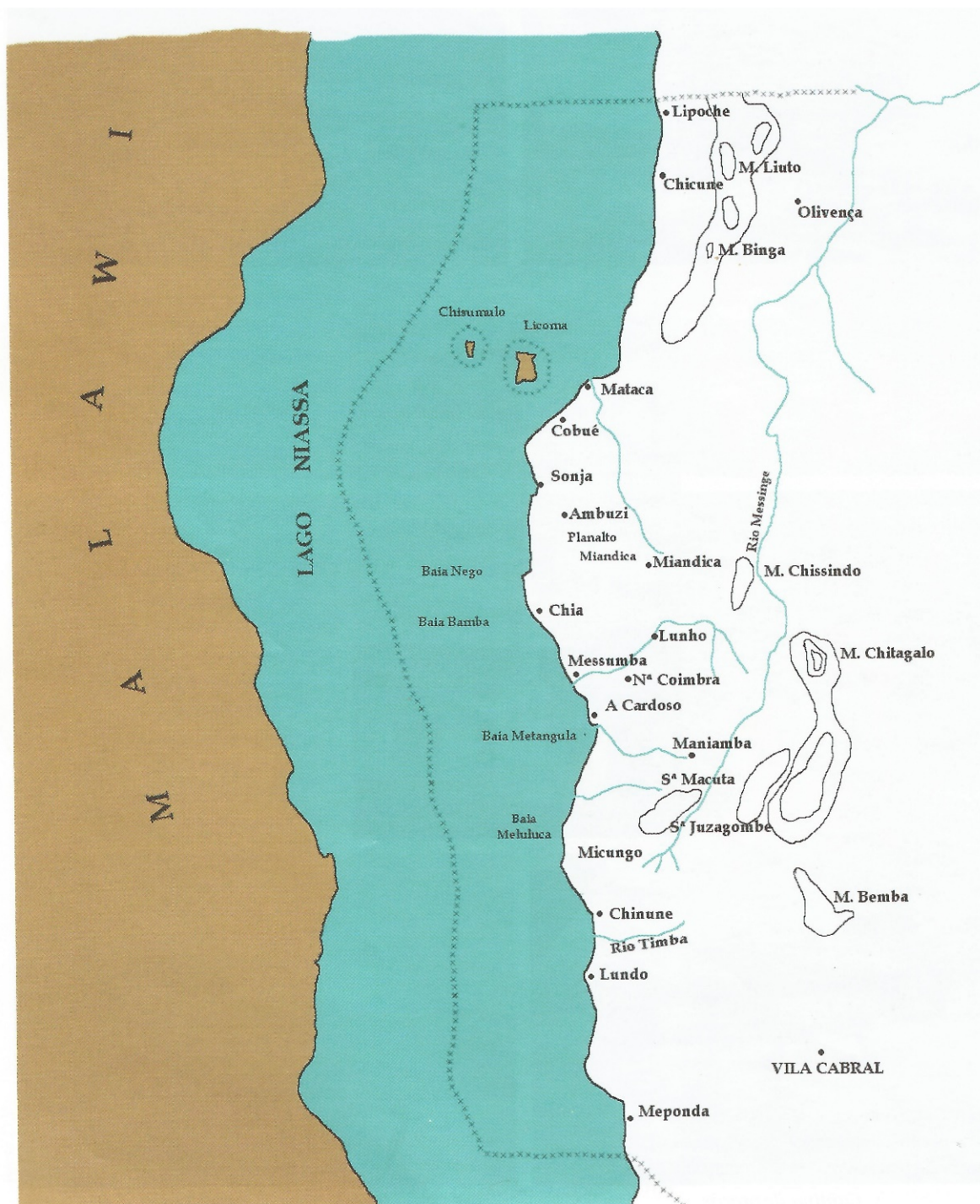


Figura 12 – Região do lago Niassa.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Moçambique*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.38.

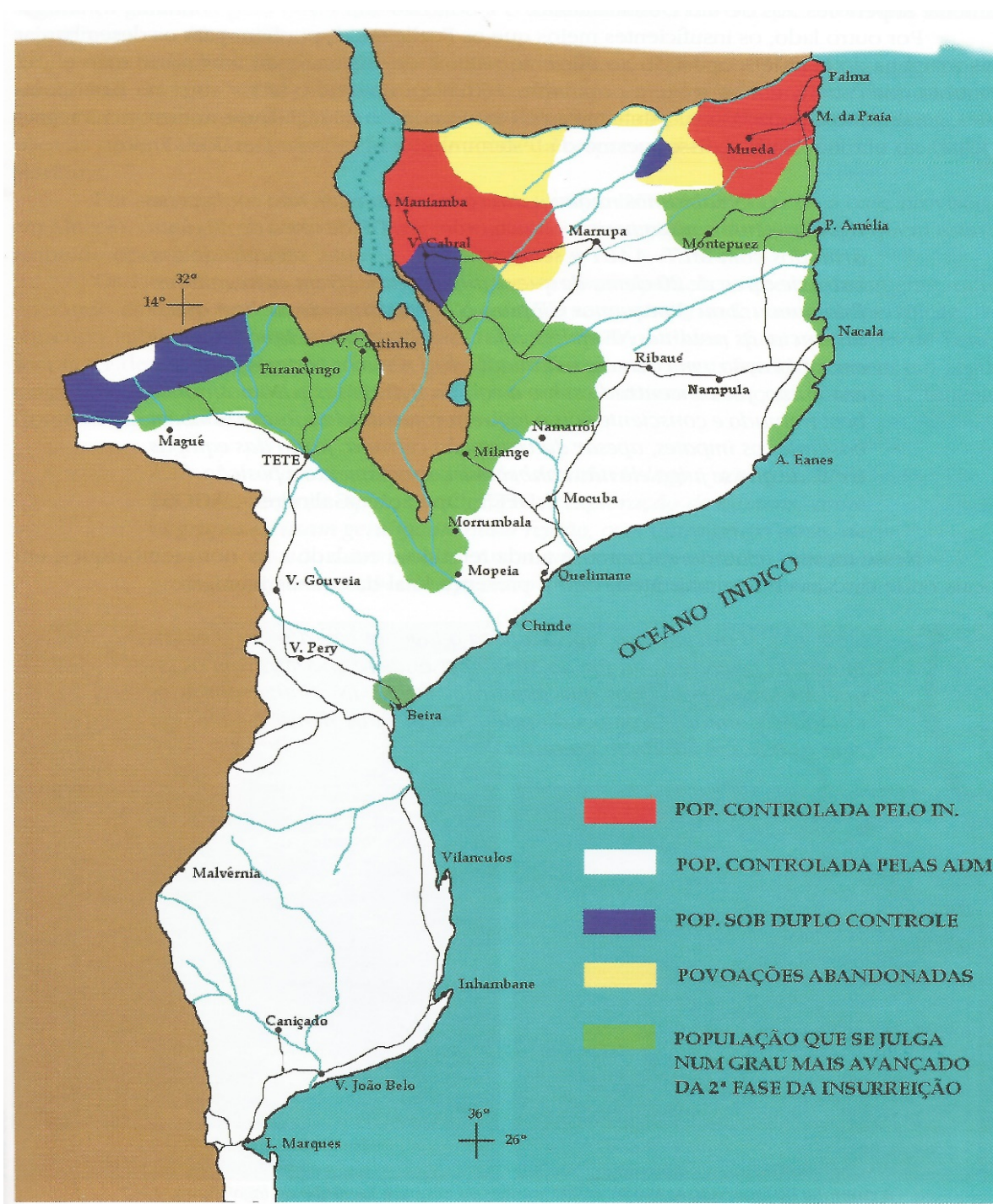


Figura 13 - Atitude das populações da Província de Moçambique em agosto de 1967.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos de Moçambique*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.73.

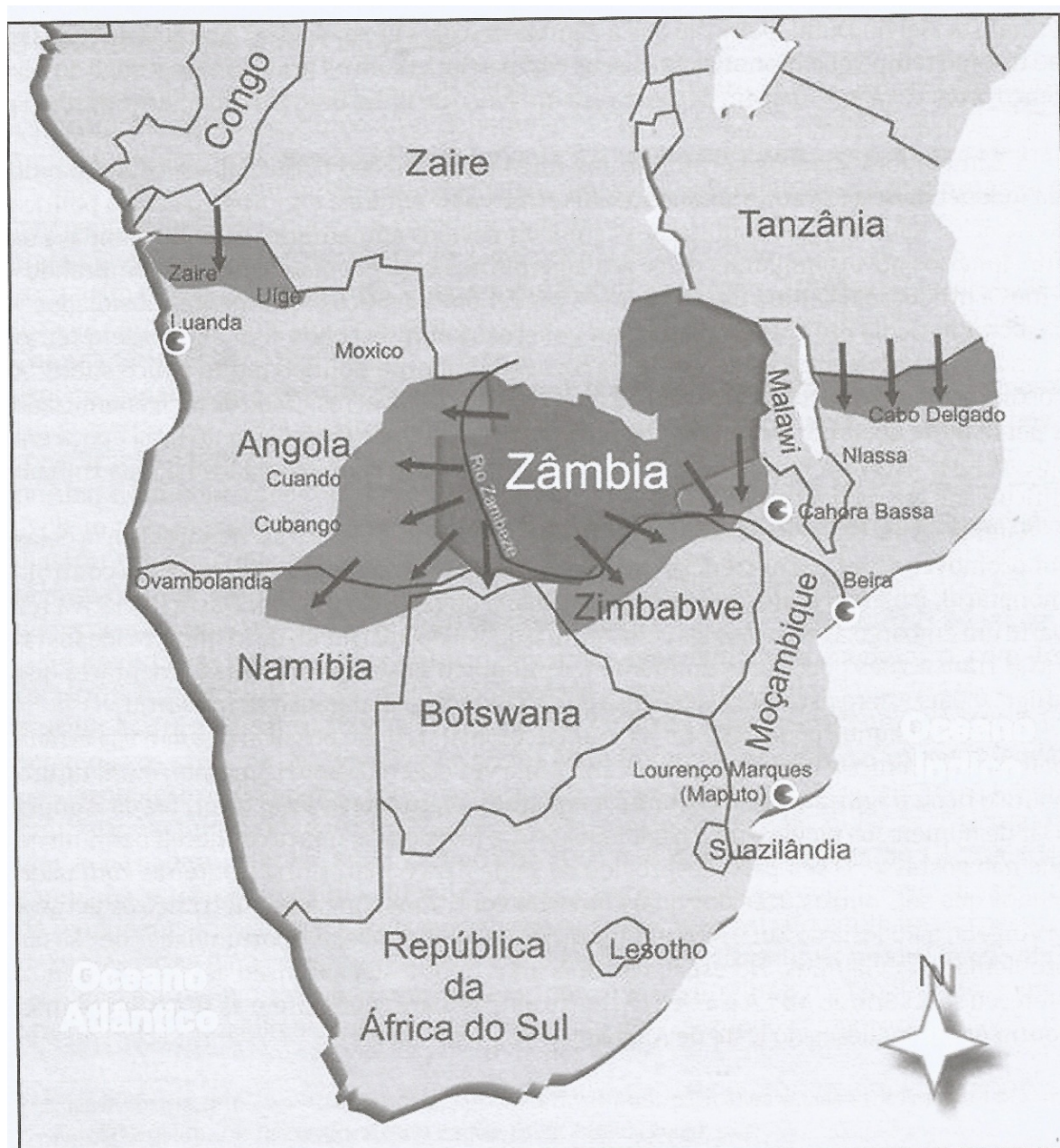


Figura 14 – Direção das movimentações de guerrilheiros, a partir da Zâmbia, para os territórios adjacentes (Angola e Moçambique), 1968.

Fonte: John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, p.230.

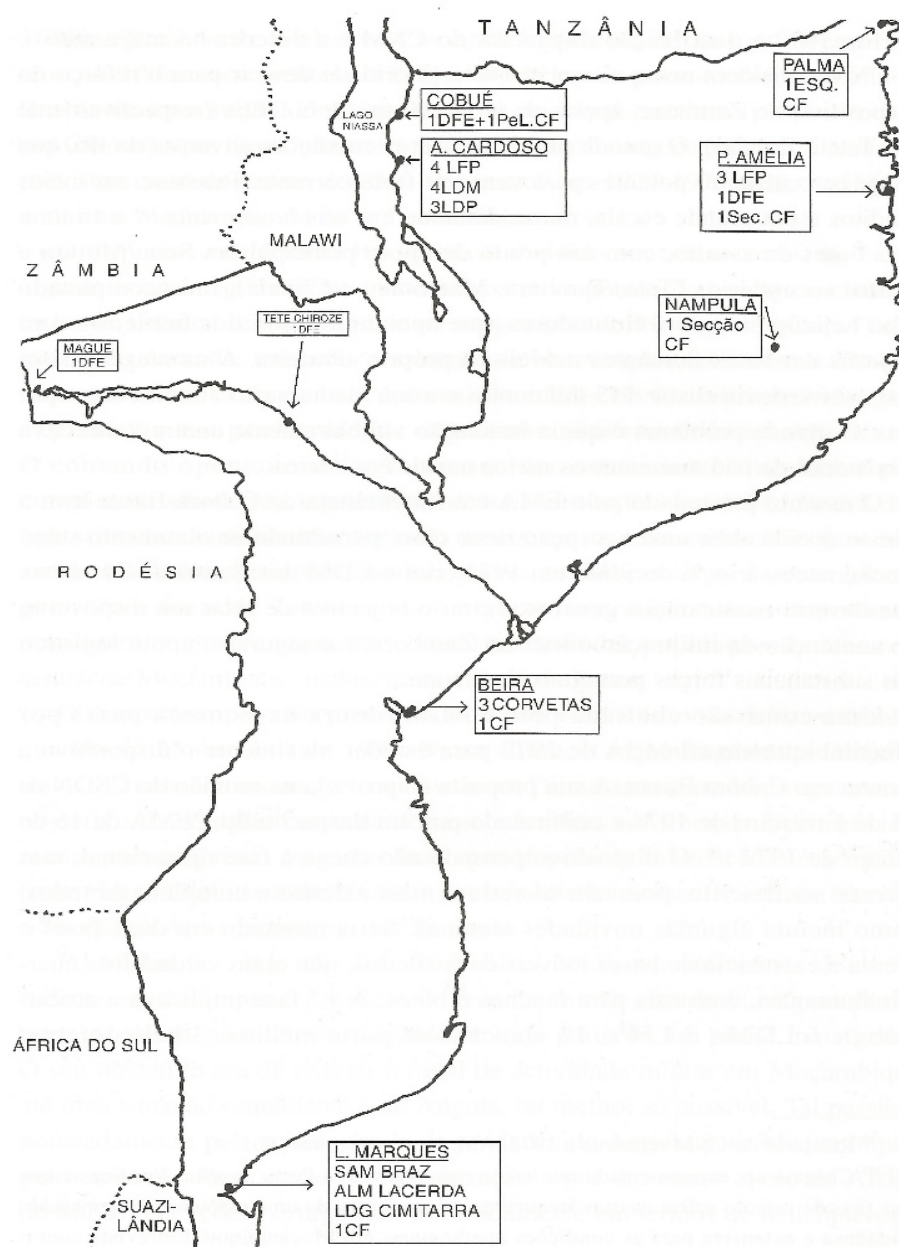


Figura 15 – Dispositivo das Forças Navais em Moçambique, 1972.

Fonte: António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, p. 617.

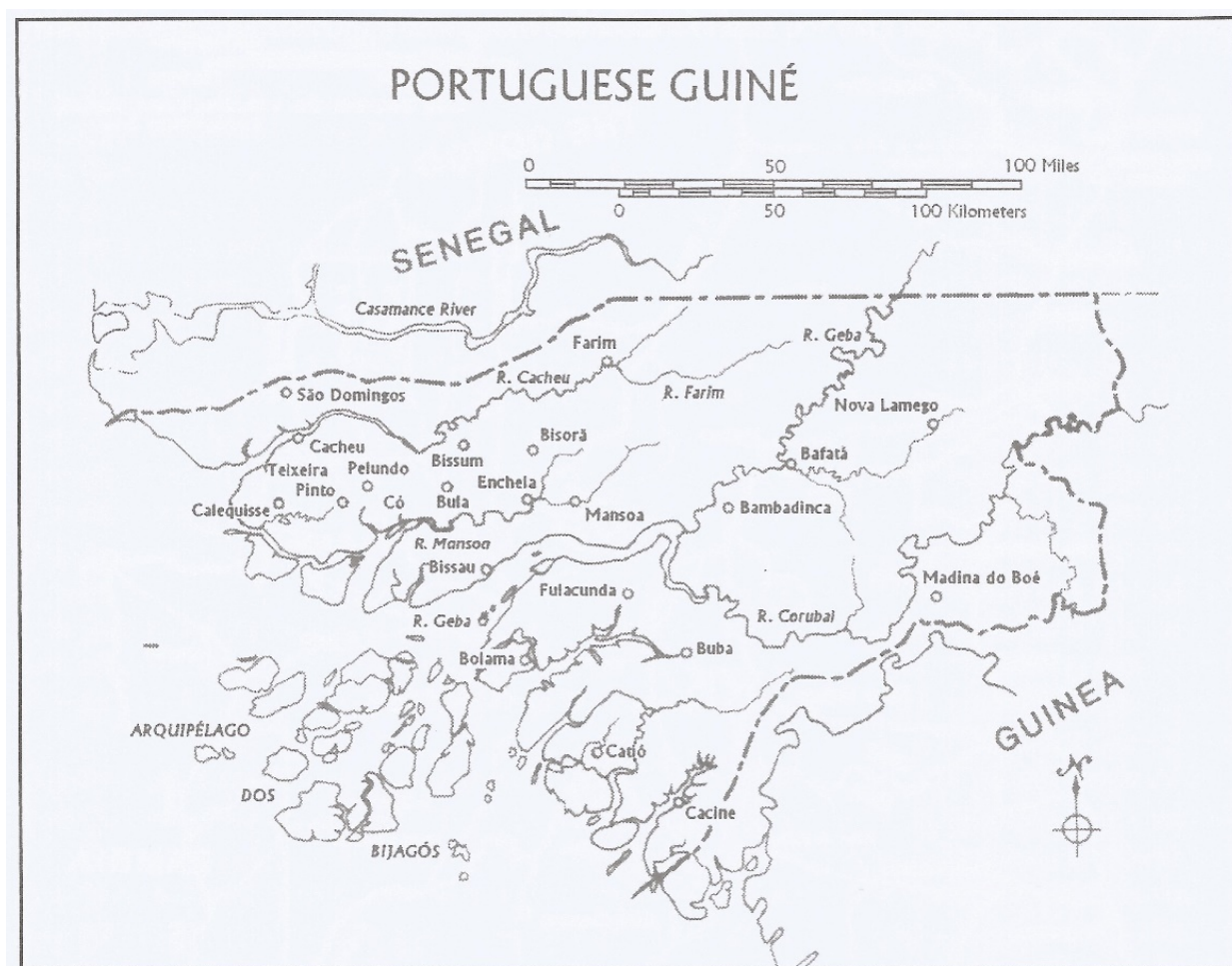


Figura 16 – Mapa da Guiné.

Fonte: John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, p.20.

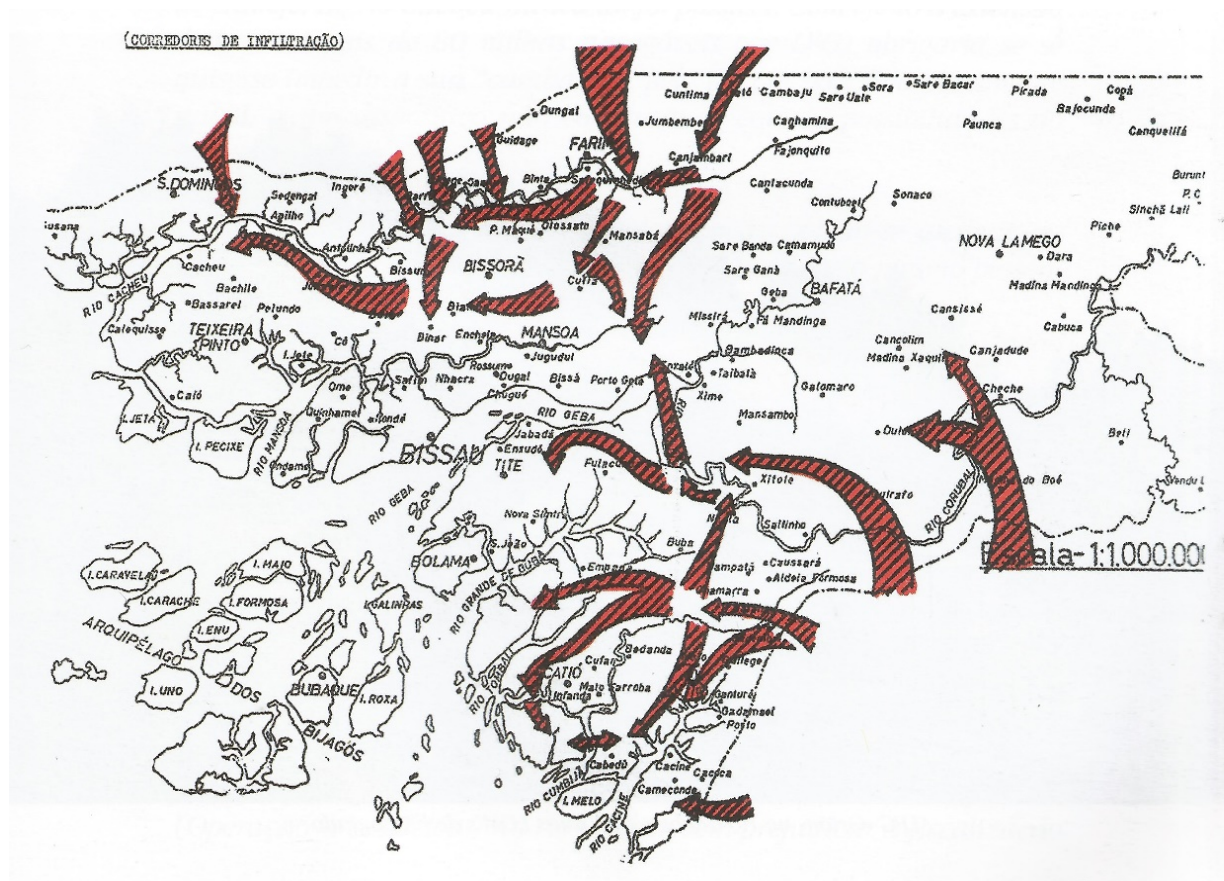


Figura 17 - Corredores de infiltração do PAIGC, a partir do Senegal e da Guiné-Conakri.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974, Crónica dos Feitos na Guiné*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.103.

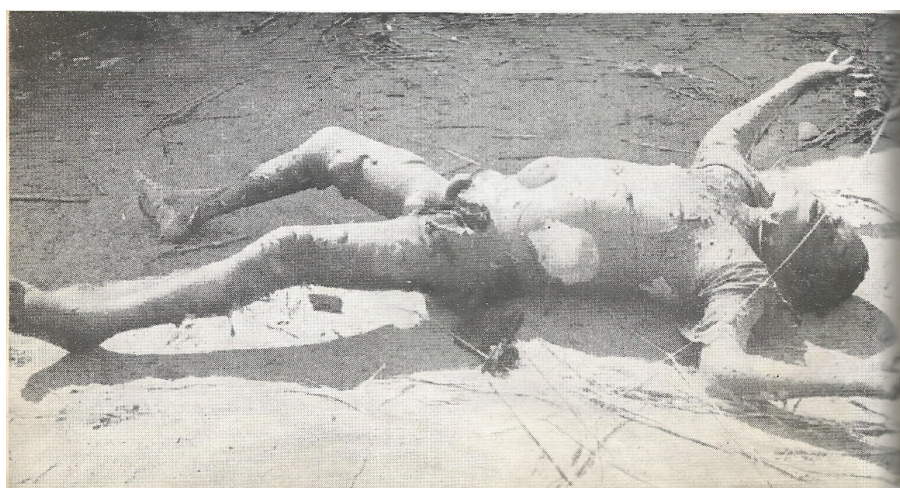


Anexo C – Fotografias



Fotografia 1 - Vítima dos terroristas da UPA: uma criança de onze anos, chacinada no Quitexe, no dia 15 de março.

Fonte: Horácio Caio, *Angola – os dias do desespero*, 9ª edição, Lisboa, Grupo de Publicações Periódicas, 1961.



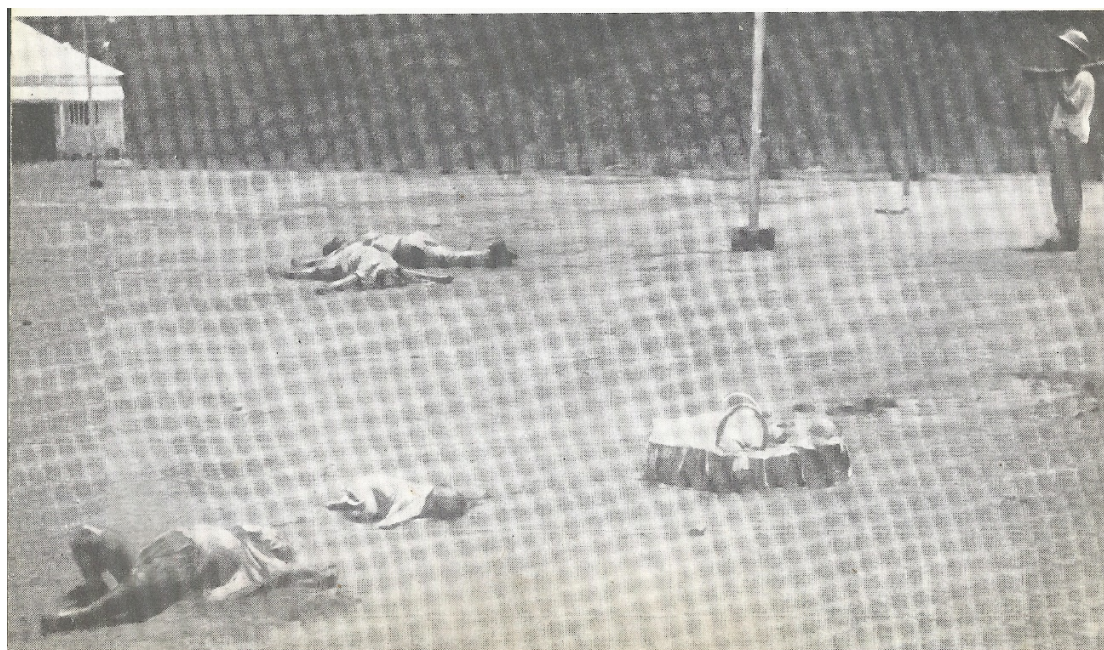
Fotografia 2 – Negro, vítima do 15 de março.

Fonte: Horácio Caio, *Angola – os dias do desespero*, 9ª edição, Lisboa, Grupo de Publicações Periódicas, 1961.



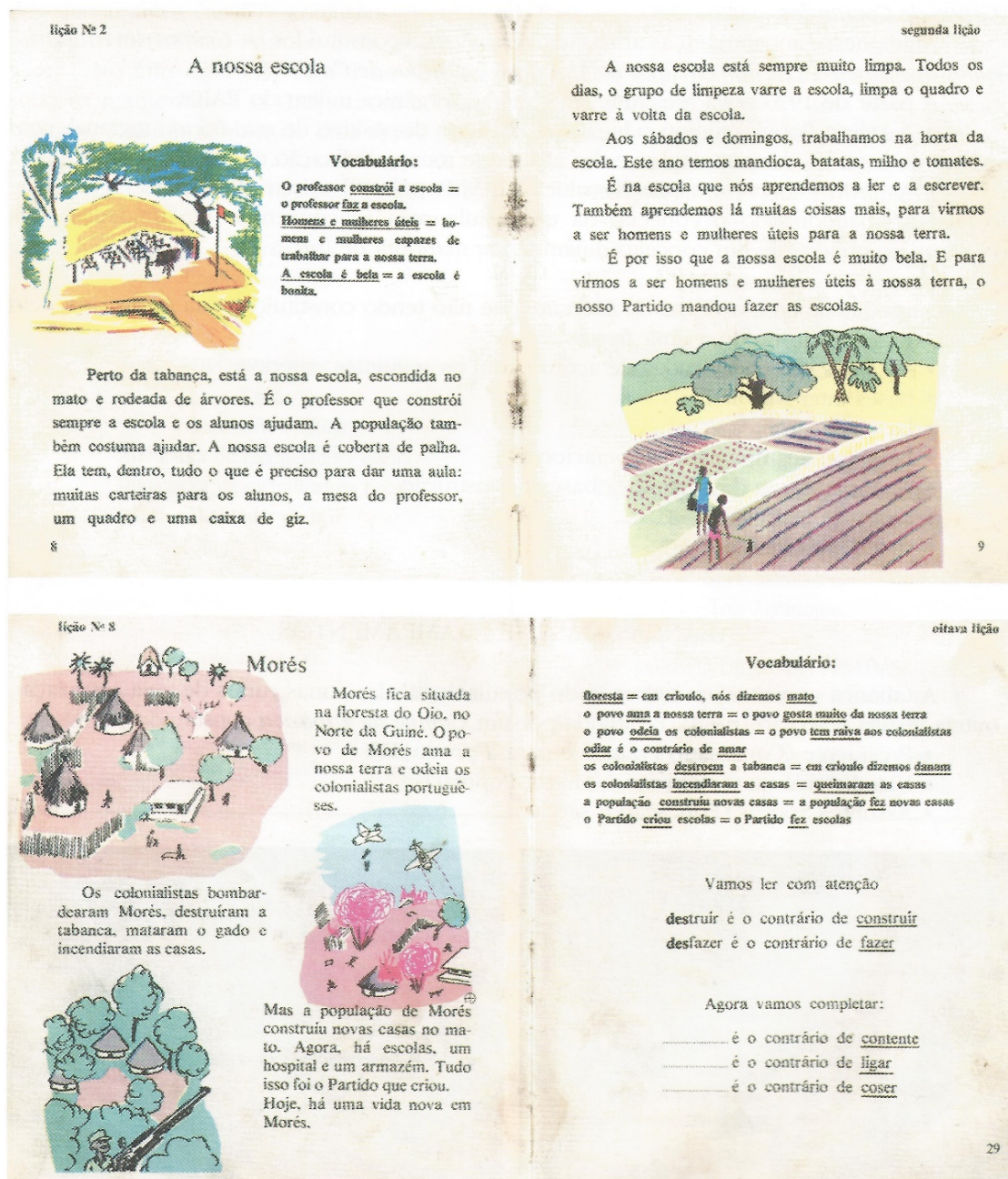
Fotografia 3 – Cabeça de negros não cooperantes com os movimentos da UPA, maio de 1961.

Fonte: Horácio Caio, *Angola – os dias do desespero*, 9ª edição, Lisboa, Grupo de Publicações Periódicas, 1961.



Fotografia 4– Cadáveres resultantes do 15 de março, norte de Angola em 1961.

Fonte: Horácio Caio, *Angola – os dias do desespero*, 9ª edição, Lisboa, Grupo de Publicações Periódicas, 1961.



Fotografia 5 – Livro escolar do PAIGC apreendido pelo DFE12 na Guiné.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, *Crónica dos Feitos na Guiné*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.94.



Fotografia 6 – LFP da classe *Bellatrix*.

Fonte: António José Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organizações (1824-1975)*, Tomo I, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, p. 579.



Fotografia 7 – LFG *Cunene*, da classe *Cacine*.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.65.



Fotografia 8 – LFG *Hidra*, da classe *Argos*.

Fonte: John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, p.159.



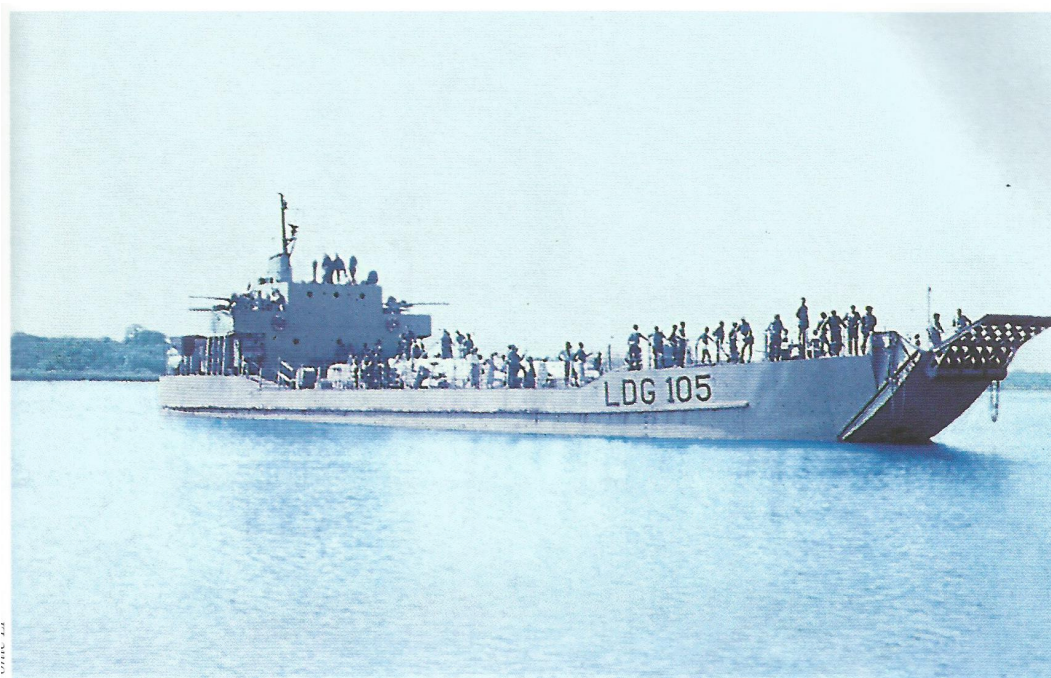
Fotografia 9 – LFP *Saturno*, da classe *Júpiter*.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.65.



Fotografia 10 – LFP *Regulus*, da classe *Antares*.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.66.



Fotografia 11 – Lancha de desembarque grande (LDG), da classe *Alfange*.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.67.



Fotografia 12 – LDM 305, uma lancha de desembarque média.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.67.



Fotografia 13 – LDP 301, uma lancha de desembarque pequena.

Fonte: Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e feitos na Guerra de África 1961/1974*, Comissão Cultural da Marinha - Lisboa, Edições Inapa, 2006, p.68.



Fotografia 14 – Fuzileiros desembarcam, em operações anfíbias, a partir duma LDM.

Fonte: Al J. Venter, *Portugal e as Guerrilhas de África, As guerras portuguesas em Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa 1961-1974*, 1ª edição, Lisboa, Clube do Autor, 2015.



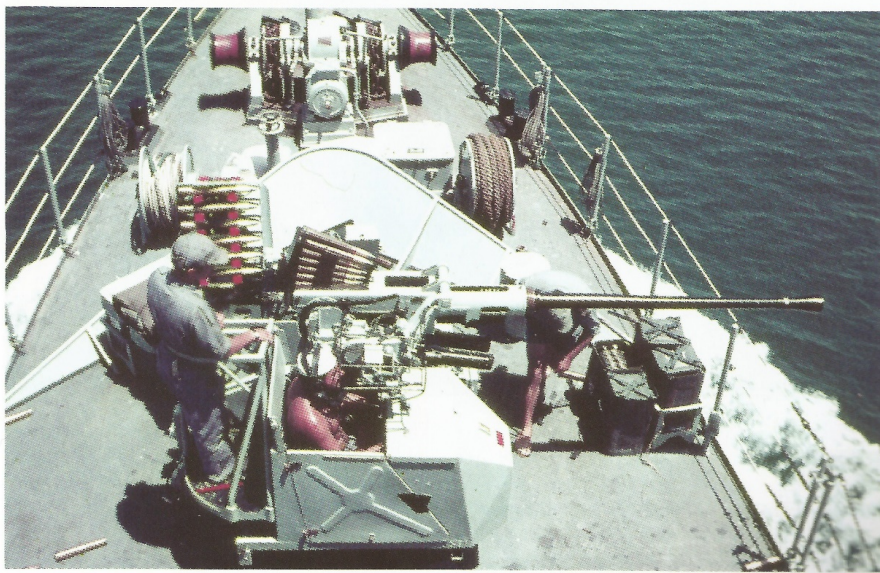
Fotografia 15 – Bote patrulha de fuzileiros em Moçambique.

Fonte: John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, p.135



Fotografia 16 – Transporte da LFP *Mercúrio*, no decorrer da *Operação Atum*.

Fonte: John P. Cann, *A Marinha em África, As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, p.213



Fotografia 17 – Utilização de artilharia pesada contra as bases guerrilheiras do PAIGC.

Fonte: Al J. Venter, *Portugal e as Guerrilhas de África, As guerras portuguesas em Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa 1961-1974*, 1ª edição, Lisboa, Clube do Autor, 2015.